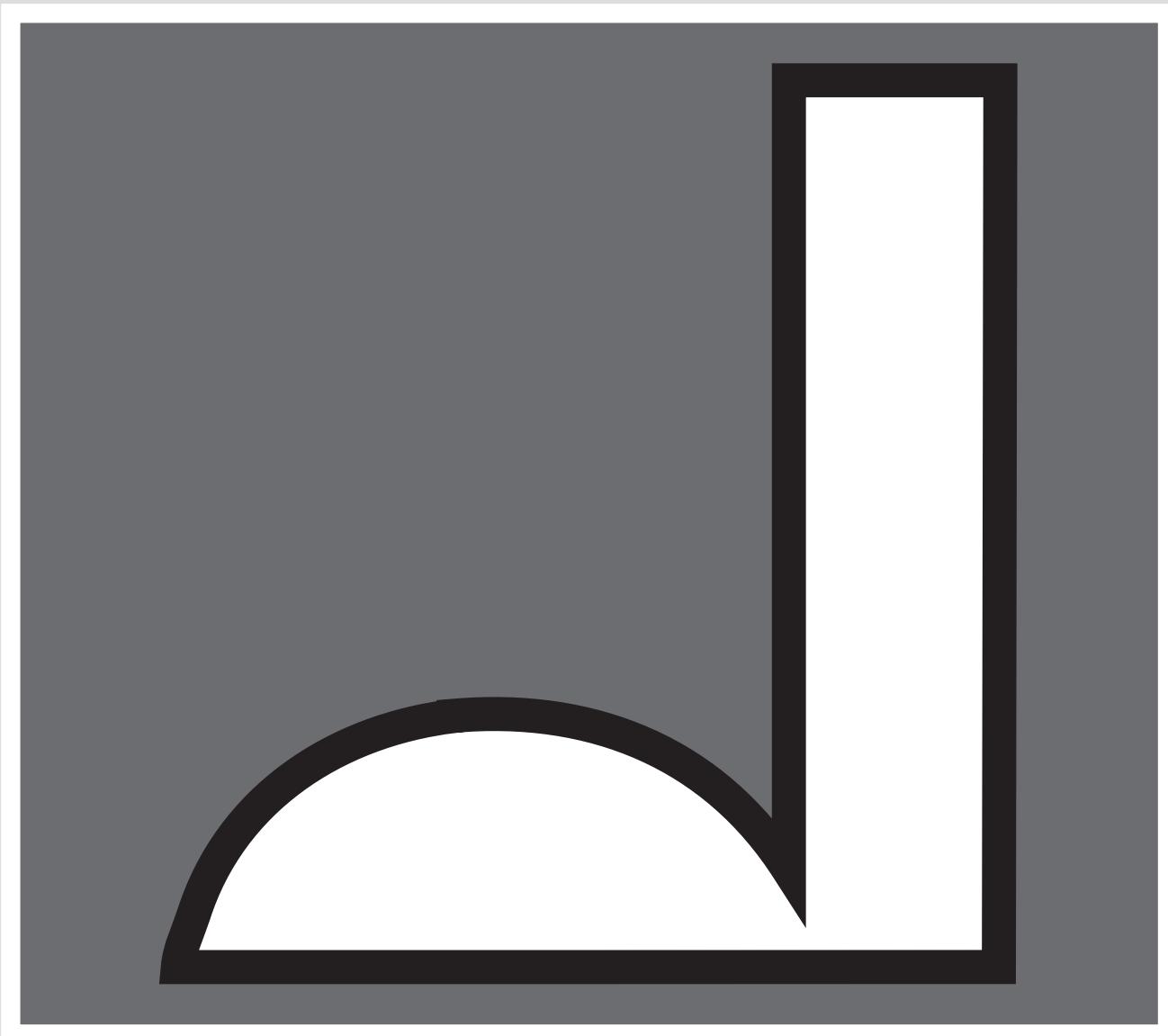




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 035 - TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2007 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR 1º Secretário Efraim Moraes – PFL-PB 2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	3º Secretário César Borges – PFL-BA 4º Secretário Magno Malta – PR-ES	Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3º - João Vicente Claudino – PTB-PI 4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 25 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT (vago) LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR (vago) LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PC do B – 1 (vago) LÍDER DO PRB – 1 (vago) LÍDER DO PP – 1 (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL (vago) LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago) LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago) VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 35ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE MARÇO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da passagem do Dia do Bibliotecário, ocorrido no dia 20 de março e, na mesma data, a comemoração de mais um ano de existência da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal.....

06626

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Relato de experiência com a visita feita por S. Exa. à cidade de Redenção, no interior do Ceará, que aboliu a escravidão em 1º de janeiro de 1883.

06633

SENADOR GILVAM BORGES – Reflexão sobre a questão da segurança pública e da violência no Brasil. Apresentação de projeto com medidas necessárias e exequíveis para a redução do problema.....

06637

SENADOR TIÃO VIANA – Comentários sobre matéria do jornal **O Globo**, edição de hoje, intitulada “*Especialistas fazem ressalvas a relatório sobre má gestão do SUS*”. Repúdio às críticas feitas por jornal acreano à conduta do Padre Paolino Baldassari....

06640

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Transcrição nos Anais do Senado, do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de ontem, intitulado “*O que cresce é o Governo*”.....

06641

SENADOR MÃO SANTA – Considerações sobre as obras inacabadas no Estado do Piauí e apelo em favor da conclusão do Porto de Luis Correia.....

06647

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Leitura de nota do Partido da República intitulada “*A calúnia e a verdade*”.....

06650

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Leitura de matéria sobre a estada no Brasil, do Primeiro-Ministro da Itália, Romano Prodi. Considerações sobre a questão do biocombustível e do etanol....

06651

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Críticas ao projeto de construção da sede do TSE, que custará aos cofres públicos cerca de 335 milhões de reais.....

06654

SENADOR EFRAIM MORAIS – Lamenta a mobilização do governo federal para evitar a instalação da CPI do apagão aéreo.....

06657

SENADOR PEDRO SIMON – Análise sobre o contra-senso entre o Brasil rico e o Brasil pobre..

06664

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro dos 85 anos de criação do Partido Comunista do Brasil.....

06667

SENADOR VALDIR RAUPP – Apelo para recuperação das rodovias federais no Estado de Rondônia. Preocupação com a iminência de nova chacina de garimpeiros na reserva Roosevelt, nas terras dos índios Cinta-Larga. Propostas de legalização de garimpos em reservas indígenas para exploração de diamantes.....

06671

SENADOR PAPALÉO PAES – A usurpação pelo Executivo de atribuições do Legislativo. Equívocos sobre a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na reunião do dia 14 de março último, de recomendar o julgamento da prejudicabilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2004, que pretendia eliminar o instituto da medida provisória.....

06673

1.2.2 – Avisos do Tribunal de Contas da União (autuação)

Nº 3, de 2007-CN (nº 56 – Seses – TCU – Plenário/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 53, de 2007-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do Km 345,4 ao Km 421,3 (TC 002.083/2006-1).

06675

Nº 4, de 2007-CN (nº 89 – Seses – TCU – Plenário/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 103, de 2007-TCU (Plenário), referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do KM 193,3 ao Km 345,4 (TC 002.080/2006-0).

06675

Nº 5, de 2007-CN (nº 273 – Seses – TCU – Plenário/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 354, de

2007-TCU (Plenário), referente à auditoria realizada nas obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-319, no Estado do Amazonas, trecho Manaus-Divisa AM/RO, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes – Dnit (TC 006.374/2006-7)..... 06675

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 34, de 2007-CN (nº 159/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao primeiro bimestre de 2007. 06675

1.2.4 – Pareceres

Nº 172, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 239, de 2000 (nº 8112/SGS-TCU/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 951/2000 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília (TC-007.550/2000-1). 06675

Nº 173, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Aviso nº 9, de 2003 (nº 206/2003, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 158, de 2003, do Tribunal de Contas da União e do Relatório de Auditoria Integrada junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2001 e 2002 (TC-006.440/2002-1). 06676

Nº 174, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre os Avisos nºs 4 e 9, de 2003 (nºs 217 e 206/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminham ao Senado Federal o Acórdão nº 158, de 2003 – TCU, proferido nos autos do Processo TC nº 006.440/2002-1, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, acerca de auditoria realizada sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. 06678

Nºs 175 e 176, de 2007, das Comissões de Educação e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Aviso nº 10, de 2003, (Avisos nºs 303-SGS-TCU e 1.894-SGS-TCU), referentes às auditorias operacionais e de monitoramento realizadas para contribuir ao aperfeiçoamento de focalização do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. 06691

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Arquivamento definitivo dos Avisos nºs 239, de 2000; 4, 9 e 10, de 2003, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 06709

Término do prazo, na última sexta-feira, sem que tenham sido oferecidas emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2006 (nº 5.318/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho. 06709

Recebimento do Ofício nº S/6, de 2007 (nº 348/2007, na origem), de 15 do corrente, do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referentes ao ano de 2006. 06709

Recebimento do Aviso nº 232, de 2007, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 267/2006-TCU (Plenário), proferido nos autos do Processo TC-011.320/2003-2, bem como o relatório e voto que o fundamentam. *Anexado ao processado do Requerimento nº 616, de 2001.* 06709

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado à Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, será dedicado a homenagear a Campanha da Fraternidade de 2007, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, intitulada Fraternidade e Amazônia, com o lema – *Vida e Missão neste Chão*, de acordo com os Requerimentos nºs 135, 137 e 164, de 2007, de iniciativa do Senador Flávio Arns e outros Senhores Senadores. 06709

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 241, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando que o período destinado a Hora do Expediente do dia 25 de abril de 2007, seja dedicado a comemorar os quarenta e cinco anos de atividades da Universidade de Brasília – UnB, inaugurada em 21 de abril de 1962. 06709

Nº 242, de 2007, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa e um anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. 06710

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2007, de autoria do Senador Gilvam Borges, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, para apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com a remuneração e formação de mão-de-obra prisional. 06710

1.2.8 – Despachos

Redistribuição do Ofício “S” nº 3, de 2007, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. 06722

Redistribuição do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2005, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.....	06722
1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADORA MARISA SERRANO – Registro do artigo intitulado “Educação para Terceiro Mundo”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 8 de fevereiro último.....	06722
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do editorial intitulado “Retrocesso à vista na Educação”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 15 de fevereiro último.....	06723
SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da matéria intitulada “Tucanos criticam proposta do governo para o crescimento”.....	06725
SENADOR MARCONI PERILLO – Registro da matéria intitulada “Cadê o espetáculo?”, publicada na revista Época , edição de 5 do corrente...	026726
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Uso do FGTS causa polêmica no Congresso”, publicada no jornal Valor Econômico , edição de 1º do corrente.	06728

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia designada..... 06730

1.3 – ENCERRAMENTO**SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****10 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 35^a Sessão não Deliberativa, em 26 de março de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, Papaléo Paes, João Ribeiro, Gilvam Borges e da Sra. Serlys Shessarenko

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Sem prejuízo da lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Ilustre Senador Papaléo Paes, representante do Amapá no Senado Federal, Sr. Senador Cristovam Buarque, Srs e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna nesta tarde é registrar um evento, a meu ver, muito significativo: a passagem do Dia do Bibliotecário, ocorrido no dia 20 deste mês. Na mesma ocasião comemorou-se mais um ano de existência da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, que nos seus 181 anos de existência renova-se a cada dia.

A Diretora da Biblioteca, Dr^a Simone Bastos Vieira, destacou, na oportunidade, que a referida instituição é pioneira na utilização da Internet desde 1997; e hoje se reformula no desenvolvimento e implantação da Biblioteca Digital que possibilita, nestes tempos de mundialização, maior velocidade de acesso ao texto, som e imagem dos livros, artigos de revistas e jornais, além de obras raras e outras informações da mídia eletrônica.

Para sua implementação, a Comissão da Biblioteca Digital, composta por especialistas no assunto e analistas do Prodases, com a valiosa contribuição do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia – IBICT, optou por utilizar software livre, instalado em plataforma aberta e exportável para outras instituições legislativas ou jurídicas, que permite aces-

sar nossas informações e incorporar os seus próprios textos, tornando possível, assim, o incremento quase infinito em nossa Biblioteca Digital.

Com esta plataforma pode-se – disse a Diretora, na ocasião – formatar um conglomerado de bibliotecas do Poder Legislativo no plano federal – Câmara e Senado –, estadual e, obviamente, municipal, sobretudo porque temos, no País, mais de 5.600 Municípios e quando se fala em democracia não se pode deixar de citar em descentralização, que é a forma de fazer com que as conquistas da sociedade cheguem ao cidadão.

Na referida solenidade, foi assinado o Protocolo de Intenções Técnicas entre o Senado Federal, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologia (IBICT), presidido por uma pessoa que tem toda uma vida dedicada à causa da Biblioteconomia, que é o Dr. Emir Suaiden.

Referido Protocolo permite que a Biblioteca do Senado possa continuar avançando na sua modernização para atender às demandas de uma sociedade que vive um tempo de aceleração histórica.

Esses convênios possibilitarão a gestão cooperativa, tratamento de informações e adoção de software livre para compartilhamento de acervos, melhoria da formação profissional e implementação do conceito de acesso à informação compartilhada e parceria técnica.

Vou ler um pequeno trecho do discurso do Ministro Francisco Peçanha Martins, Vice-Presidente do STJ, que compareceu à cerimônia que marcou o início de um convênio entre a Biblioteca do Senado e o STJ.

Disse S. Ex^a:

Aprimorando-se para servir, inaugura em 2004 a Biblioteca Digital Jurídica do STJ, dando início ao Projeto Consórcio Rede de Informação Digital do Poder Judiciário, inovando

na utilização do *software* livre no âmbito do Poder Judiciário e democratizando o acesso à doutrina e à jurisprudência nacional.

Hoje – disse S. Ex^a –, queremos ampliado o campo de informações e de oportunidades a todos os brasileiros sequiosos de conhecer e interagir em prol da concretização dos ideais nacionais de liberdade, independência, justiça e progresso, com os quais almejamos obter a felicidade do povo.

Encerrou S.Ex^a o seu discurso lembrando uma famosa oração de Castro Alves, no seu poema *Livro e a América*:

Oh! Bendito o que semeia
Livros... Livros à mão cheia..
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar.

Sr. Presidente, não poderia deixar de aproveitar a ocasião para fazer uma moção às palavras do Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o Dr. Emir Suaiden, que, como eu disse, é um grande especialista no tema e, mais, tem toda uma vida dedicada à causa da Biblioteconomia. Eu o conheci quando era Ministro da Educação, nos idos de 1985. Naquela ocasião já era um grande apóstolo da disseminação das bibliotecas e um grande defensor do prestigimento crescente da Biblioteconomia.

No seu discurso, ele lembrou que, “na década de 50, Ortega y Gasset chegou a comparar a missão do bibliotecário como a de um filtro entre a explosão bibliográfica e o leitor. Hoje, – acrescentou ele –, o bibliotecário assume um papel fundamental na sociedade da informação como mola propulsora da inclusão social, da formação da cidadania e da melhoria do processo ensino-aprendizagem”.

E foi mais além quando observou que, “no final da década de 80, o especialista Masuda disse que se encerrava o ciclo da sociedade industrial e a humanidade entrava em uma nova era, denominada sociedade da informação. Para Massuda – cito mais uma vez o texto do Emir Suaiden –, a sociedade da informação seria uma sociedade de compartilhamento de recursos, onde se acabariam as desigualdades sociais. No entanto, cinco anos após, começaram a surgir os opositores a Massuda, dizendo que a sociedade da informação era perversa, uma sociedade feudal, pois

os novos donos do poder seriam os donos dos meios de comunicação e uma sociedade onde haveriam mais excluídos socialmente e digitalmente”.

Mas o fato é que, em que pesem as desigualdades com as quais ainda nos deparamos, ninguém pode negar que a sociedade da informação está correndo e para disseminar o saber e assegurar o acesso ao livro.

Sr. Presidente, não há possibilidade de haver o escritor sem haver antes o leitor. Não conheço um grande escritor que não haja sido antes um grande leitor. E o leitor necessita, obviamente, acesso à biblioteca, mesmo porque o livro ainda é caro no Brasil e nem todos têm acesso fácil a ele. Daí o papel importantíssimo que as bibliotecas desempenham na disseminação da informação.

Sr. Presidente, desejo conceder neste momento um aparte ao nobre Senador Cristovam Buarque, também um grande apóstolo da educação nesta Casa, e dizer que, certamente, estamos avançando nesse campo no Senado Federal, também em parceria com a Câmara dos Deputados.

Ouço o nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Marco Maciel, em primeiro lugar, felicito-o por lembrar, da tribuna do Senado, o Dia do Bibliotecário ou da Bibliotecária, porque poucos lembram isso, e eu pessoalmente, como todos nós, sou visitante, leitor e usuário da biblioteca. Creio que os servidores da Biblioteca do Senado são, sem dúvida alguma, uma base fundamental do nosso trabalho. Em segundo lugar, gostei de sua colocação, quando disse que antes de um escritor vem um leitor, até ele próprio; porém, quero dizer que antes do leitor vem a escola, porque sem esta não temos o leitor. Daí a importância fundamental de termos escolas com bibliotecas e com leituras indicadas para as crianças. Hoje, no Brasil, Senador, praticamente não há a tradição de exigência e indicação de leituras para nossas crianças. As crianças recebem poucas indicações de leitura e ainda menos cobranças do resultado dessa leitura. Então, seu discurso é muito oportuno, e espero que muitos professores e professoras, bibliotecárias e bibliotecários estejam assistindo à sua fala pelo Brasil afora.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Mão Santa, concederei muito brevemente o aparte a V. Ex^a.

Complementando o que disse o nobre Senador Cristovam Buarque, gostaria de observar que, em que pese todo o avanço científico e tecnológico do século XXI, ninguém pode deixar de reconhecer que não se pode abrir mão do livro.

Sou por formação “gutenbergiano”. A escrita impressa, uma grande conquista do século XV, graças a Gutenberg, foi algo fundamental para a civilização, para o enriquecimento cultural dos povos e para a disseminação da chamada cultura letrada. Muitos progressos, que recebemos de forma alvíssareira, decorrem do livro. O livro, obviamente, garante a memória de uma civilização. É por intermédio dele que surgem os leitores; dos leitores surgem os escritores e, com isso tudo, enriquece-se culturalmente uma nação.

Não podemos pensar em uma civilização brasileira, como desejou Gilberto Freyre, sem antes investirmos mais no que V. Ex^a chamou a atenção: educação, a primeira prioridade de uma sociedade democrática. Em consequência, há necessidade de expandir o acesso a outros bens culturais fundamentais para transformar o País na Nação que todos queremos, desenvolvida e, sobretudo, justa.

Ouço, com prazer, o nobre Senador Mão Santa, da representação do Piauí nesta Casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a, como sempre, atento aos problemas do País, lembra o Dia do Bibliotecário, citando a Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado, que tem um corpo funcional extraordinário e é uma excelente fonte de pesquisa, daí por que é bastante freqüentada. Eu, o Senador Cristovam Buarque, enfim, todos nós estamos sempre lá. Mas, já que V. Ex^a expandiu o debate, eu iria à Itália do Renascimento, de Dante Alighieri, o primeiro a escrever em latim e, depois, em italiano. Lá, o Senador romano Cícero disse uma frase... E ouvi V. Ex^a revivendo Castro Alves, nosso libertador, poeta dos escravos, embora o tenhamos perdido com 24 anos de idade.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – É verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Cícero, muito antes dele, antes de o Brasil ser descoberto, disse – e está gravado: “Uma casa sem livro é como um corpo sem alma”. Depois, Monteiro Lobato, que educou nossa geração, disse: “Um país se faz com homens e livros”.

Homens e livros! Essa talvez seja a falha responsável pela violência no País. O computador é a enciclopédia de nossa geração, modernizada pela eletrônica, pela tecnologia, que avançou. Mas não vejo campanha neste Governo para fomentar bibliotecas. Em seu pronunciamento, V. Ex^a falou sobre o ovo de Colombo, aquele que ele pôs em pé. Todos somos seguidores de V. Ex^a, que tem o mérito da vida limpa, democrática e pura, é Senador da República e membro da Academia Brasileira de Letras. Então, o compromisso de V. Ex^a é dobrado na crença, no saber e na educação. Se cada Assembléia Legislativa tivesse uma biblioteca, como temos aqui; se cada Câmara de Vereadores, Senador Cristovam, desse o exemplo da busca, da pesquisa e do saber e usasse o livro, seria um avanço extraordinário. A biblioteca é modernizada: tem os livros, que são formais, antigos e históricos, mas tem também a tecnologia moderna e os computadores. As Assembléias têm muito dinheiro, dinheiro demais, mais do que muito. Lugar para ter dinheiro é Assembléia Legislativa, assim como as Câmaras Municipais, constitucionalmente. Se cada um, a exemplo do Senado da República, criasse uma fonte de cultura, V. Ex^a teria plantado talvez aquilo. Neste fim de semana, estive no Estado de São Paulo e assisti, na cidade de São José do Rio Preto, ao espetáculo do Juca Chaves, aquele compositor, sátiro da nossa época. No meio das piadas, professor Cristovam, ele disse que, nas Américas, o país mais civilizado hoje é o Chile – aquilo que nós dizíamos –, o segundo é o Canadá, e o terceiro, Estados Unidos. O que o Chile tem? Mar nós temos. Eles têm lá as cordilheiras. O que é? Eles investiram no saber. Hoje é lei, recentemente aprovada: a escolaridade mínima era de oito anos, mas o Professor Ricardo Lago, ex-presidente e ex-ministro da educação daquele país, antes de deixar o Governo, obrigou os chilenos a ter doze anos de escolaridade. Repito: eram oito anos. S. Ex^a instituiu ainda a obrigatoriedade de o chileno dominar dois idiomas, Senador Papaléo. Entendo, em uma casa de espetáculo cultural, entre piadas, comentou-se isso. Ele ainda comparou o respeito à cultura no Brasil e na Argentina – lá é muito maior que aqui. Sobre a do Chile, Juca Chaves disse que leu recentemente – é um rapaz muito culto, um grande artista – que o Chile é o país mais civilizado de todas as Américas. Eu não sabia, mas já desconfiava. Sempre bradei daqui. Em segundo lugar está o Canadá e, em terceiro, estão os Estados Unidos. Nós só estamos ganhando do Haiti, como sempre. Graças a Deus existe o Haiti, que é o

nosso canto do rio para que não fiquemos em último lugar. Que nasça da idéia de V. Ex^a uma mudança. Que cada Assembléia ou Câmara de Vereadores seja responsável por uma moderna biblioteca. Outro dia, minha filha veio com as colegas, estudantes de medicina, para pesquisar e estudar aqui. A Biblioteca do Senado serve a Brasília toda. Para uma boa biblioteca vêm estudantes, universitários, pessoas que estudam para concursos. Como tudo se modificaria se todos fizessem uma profunda reflexão sobre o pronunciamento de V. Ex^a! Cada Assembléia se responsabilizaria a manter um centro cultural, uma biblioteca, tanto com livros quanto com computadores, bem como as Câmaras Municipais, que estão espalhadas em mais de cinco mil cidades brasileiras.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a o aparte e devo subscrever muitas das suas idéias aqui expandidas.

Ao lado do prestigimento das bibliotecas, devemos também investir no fortalecimento da função, da profissão do bibliotecário, porque, obviamente, esta é uma profissão que, nesses novos tempos, tende a ocupar um espaço maior.

Há muito, muito tempo, acompanho e busco fortalecer a biblioteconomia no Brasil, por entender que é uma atividade diretamente ligada ao engrandecimento cultural de nosso povo. E vejo, com satisfação, que essa profissão de bibliotecário, a cada dia que passa, robustece-se, fortalece-se, com quadros bem preparados, mercê de excelentes escolas de biblioteconomia e documentação que já temos em diferentes universidades brasileiras, sobretudo nas universidades públicas.

Espero também que possamos continuar investindo numa política cultural que também dê prioridade ao livro, porque somente por meio do livro, ensejaremos o aparecimento de novos pensadores, novos escritores, novos cientistas, novos pesquisadores, enfim, que venham a contribuir para o desenvolvimento nacional.

Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras, gostaria de fazer referência ao que disse, ao final do seu discurso, a Diretora da Biblioteca do Senado, Dr^a

Simone Bastos Vieira: “É também dentro desta mesma visão que ocorre hoje” – ela se referia ao dia do lançamento, dia 20 de março – “o lançamento da série Edições da Biblioteca do Senado Federal, de forma a consolidar as normas e padrões de tratamento da informação, visando a manter a qualidade das informações das bases de dados e zelar para que prevaleçam as condições de integridade e confiabilidade do sistema de informações mantido pela Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional, hoje composta por quinze bibliotecas de instituições federais e do Distrito Federal e gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal, desde 1972.

Inicialmente, estão previstos quatro títulos: *Diretrizes para construção do Thesaurus, Vocabulário Controlado Básico, Análise e Representação de Assuntos e Descrição Bibliográfica* “.

Naquela ocasião, foram apresentados os dois primeiros títulos: *Diretrizes para construção do Thesaurus e Vocabulário Controlado Básico*, o chamado VCB.

A Diretora da Biblioteca, ao finalizar seu discurso, fez menção especial à presença na cerimônia do Presidente Renan Calheiros, do Primeiro-Secretário da Mesa, Senador Efraim Moraes, assim como de muitos Senadores, além do Diretor-Geral da Casa, Dr. Agaciel Maia, e de outros diretores de diferentes órgãos do Senado Federal.

Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a que autorizasse a publicação na íntegra dos três textos que considero muito importantes: os discursos do Ministro Peçanha Martins, Vice-Presidente do STJ; do Dr. Emir José Suaiden, Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; e o da Dr^a Simone Bastos Vieira, Diretora da Biblioteca, para termos, nos Anais da Casa, registradas essas conquistas na ocasião da passagem do Dia do Bibliotecário.

Agradeço a V. Ex^a o tempo que me assegurou.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRIADA A BIBLIOTECA NO TFR, EM 28/6/1948, SOB A PRESIDÊNCIA DO MINISTRO AFRÂNIO ANTÔNIO DA COSTA, OBTEVE O REGISTRO NO CONSELHO DE BIBLIOTECÔNOMIA EM 29/10/1977.

EXTINTO O TFR E INSTALADO O STJ EM 1989, CELEBROU-SE CONVÊNIO COM O SENADO FEDERAL, O QUE PERMITIU À BIBLIOTECA, DENOMINADA MINISTRO OSCAR SARAIVA (EM CUJA PRESIDÊNCIA FOI CONSTRUÍDO O PRIMEIRO EDIFÍCIO, SEDE DO NOVO TRIBUNAL), A PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (SICON), MANTIDO PELO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS (PRODASEN), APERFEIÇOANDO-SE O ATENDIMENTO COM A AMPLIAÇÃO DO ACERVO ÀS INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS.

INTEGRANDO A REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS (RVBI), GERENCIADA PELA BIBLIOTECA DO SENADO, IMPLANTOU-SE O INTEGRATED INFORMATION LIBRARY SYSTEM SOFTWARE (ALEPH), QUE DISPÕE DE CERCA DE 1 MILHÃO DE DOCUMENTOS, O QUAL PERMITIU FOSSE INSTALADO, NO ANO DE 2000, O SERVIÇO AUTOMATIZADO DE EMPRÉSTIMO DE PUBLICAÇÕES POR MEIO DO CÓDIGO DE BARRAS.

APRIMORANDO-SE PARA SERVIR, INAUGURA EM 2004 A BIBLIOTECA DIGITAL JURÍDICA DO STJ, DANDO INÍCIO AO PROJETO CONSÓRCIO BDJUR – REDE DE INFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO –, INOVANDO NA UTILIZAÇÃO DO

SOFTWARE LIVRE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO E DEMOCRATIZANDO O ACESSO À DOUTRINA E À JURISPRUDÊNCIA NACIONAL.

HOJE, QUEREMOS AMPLIADO O CAMPO DE INFORMAÇÕES E DE OPORTUNIDADES A TODOS OS BRASILEIROS SEQUIOSOS DE CONHECER E INTERAGIR EM PROL DA CONCRETIZAÇÃO DOS IDEAIS NACIONAIS DE LIBERDADE, INDEPENDÊNCIA, JUSTIÇA E PROGRESSO, COM OS QUAIS ALMEJAMOS OBTER A FELICIDADE DO Povo.

AGASALHAMOS, NESTA AMPLIADA ASSOCIAÇÃO COM O SENADO DA REPÚBLICA, O CONSELHO AOS GOVERNANTES DO POETA LIBERTÁRIO, O GRANDE CASTRO ALVES, NO SEU POEMA O “LIVRO E A AMÉRICA”:

*“OH! BENDITO O QUE SEMEIA
LIVROS ... LIVROS À MÃO CHEIA ...
E MANDA O Povo PENSAR!
O LIVRO CAINDO N’ALMA
É GERME – QUE FAZ A PALMA,
É CHUVA – QUE FAZ O MAR.”*

ABENÇOADOS SEJAM OS FRUTOS DESTA PARCERIA, NO SÉCULO DA INFORMÁTICA.

O DIA DO BIBLIOTECÁRIO E A BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL

Emir Suaiden – Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

emir@ibict.br

Em primeiro lugar gostaria de parabenizar os profissionais da informação pela comemoração do Dia do Bibliotecário. Incluo também nessa saudação o Senador Marco Maciel que, quando Ministro da Educação, deu prioridade para o desenvolvimento da indústria editorial brasileira e para a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Parabenizo também a bibliotecária Simone Bastos Vieira pela iniciativa da implantação da Biblioteca Digital do Senado Federal. Na década de 50 Ortega y Gasset chegou a comparar a missão do bibliotecário como a de um filtro entre

a explosão bibliográfica e o leitor. Hoje o bibliotecário assume um papel fundamental na sociedade da informação como mola propulsora da inclusão social, da formação da cidadania e da melhoria do processo ensino-aprendizagem.

No final da década de 80 o especialista Masuda que se encerrava o ciclo da sociedade industrial e a humanidade entrava numa nova era denominada sociedade da informação. Para Masuda a sociedade da informação seria uma sociedade de compartilhamento de recursos, onde se acabariam as desigualdades sociais. No entanto cinco anos após começaram a surgir os opositores a Masuda dizendo que a sociedade da informação era uma sociedade perversa, uma sociedade feudal pois os novos donos do poder seriam os donos dos meios de comunicação e uma sociedade onde haveriam mais excluídos socialmente e digitalmente.

Muitos países que na época eram países do terceiro mundo se aproveitaram do advento da sociedade da informação e da revolução tecnológica para darem um salto no processo de desenvolvimento. Cingapura, por exemplo, investiu alto na educação e na implantação de bibliotecas digitais favorecendo o acesso de toda população ao sistema informacional. Tenho um amigo do Paraguai que recentemente foi convidado pelo governo da Cingapura para visitar o país. Ele ficou muito impressionado pois atualmente não existe nenhum tipo de desigualdade e predomina o pleno emprego. A Irlanda, tinha na década de 80 o slogan: o último a sair que apague as luzes. Utilizando fortemente a revolução tecnológica aliada a metodologia de indicadores de impacto social o país deu um salto no processo de desenvolvimento atraindo de novo os Irlandeses com a nova geração de emprego e renda.

Nós brasileiros, não temos que nos acostumar com a violência e a falta de segurança. A utilização adequada das novas tecnologias pode propiciar uma melhoria na qualidade do ensino, na formação de novos pesquisadores e fundamentalmente gerar emprego e renda e propiciar novas oportunidades de trabalho.

Assim sendo, nessa cerimônia, o Senado Federal dá uma grande demonstração de que a implantação de uma Biblioteca Digital representa um passo importante para a democratização do acesso à informação em todos os níveis passando inclusive pelo atendimento aos deficientes, pela inclusão social e ao mesmo tempo promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico.

SOLENIDADE DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO BIBLIOTECÁRIO – 20-3-07

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, completou 180 anos sem carregar o peso da idade. É hoje um centro onde palpita o trânsito ágil de informações, em que se destacam tanto as publicações em papel como aquelas com os conteúdos em formatos digitais com acesso pela internet.

A própria filosofia de nossa Biblioteca considera que informações precisas, objetivas e imparciais são a matéria-prima para o pleno desenvolvimento da democracia, exercida pelos representantes do povo fortalecendo a relação Senado e o cidadão.

A Biblioteca do Senado se mantém atualizada, tanto do ponto de vista do conteúdo, quanto das formas de acesso aos seus documentos. Implantou um moderno **site** na internet, em 1997, que hoje está sendo

reformulado para se inserir nos padrões de acessibilidade e está desenvolvendo a Biblioteca Digital do Senado Federal, para possibilitar uma maior velocidade de acesso ao texto, som e imagem dos livros, artigos de revistas e jornais, obras raras e outras informações em mídia eletrônica.

A primeira versão de teste da Biblioteca Digital do Senado Federal, preparada em novembro de 2006, serviu como base para estudo e validação da estrutura lógica dos dados e da tecnologia de informação que está hoje em fase de implantação.

É a informação se transformando em subsídio estratégico, confiável para a ação parlamentar, na intenção de que serviços de informações de qualidade sejam capazes de aumentar a credibilidade e a eficácia do Legislativo junto ao cidadão brasileiro, proporcionando a acessibilidade digital, inclusive àquele cidadão que possua algum tipo de deficiência.

A seguir podemos ver e ouvir a versão em formato DAYSE, de um trecho da apresentação do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, em uma publicação divulgando a Lei de Acessibilidade.

A partir de um levantamento exaustivo, a Comissão da Biblioteca Digital, composta de bibliotecárias e analistas do PRODASEN, decidiu – com o apoio do Superior Tribunal de Justiça e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia – IBICT – optar por um **software** livre, que teve como incentivador o Massachusetts Institute of Technology – MIT e a empresa Hewlett_Packard HP, instalado em uma plataforma aberta e exportável para que qualquer outra instituição legislativa ou jurídica possa não só ter acesso aos nossos documentos, como também, incorporar seus próprios documentos.

Esta plataforma aberta possibilitará, a exemplo do Consórcio de Bibliotecas Jurídicas- BDJUR, a formação de um conglomerado de bibliotecas do poder legislativo, nos estados e municípios. Já tivemos inclusive uma manifestação positiva das assembléias legislativas dos estados do: Ceará, Goiás, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, informando o interesse em compor esse conglomerado de Bibliotecas do Legislativo.

É nessa perspectiva de gestão cooperativa, de tratamento da informação, da adoção de **softwares** internacionalmente reconhecidos, e em plataforma livre, do compartilhamento de acervos, da melhoria da formação profissional e da substituição do conceito de desenvolvimento de coleções locais pelo acesso à informação e em especial da parceria téc-

nica, que agora estamos assinando o Protocolo de Intenções Técnicas com o STJ e o IBICT.

É, também, dentro desta mesma visão que ocorre, hoje, o lançamento da série Edições da Biblioteca do Senado Federal, de forma a consolidar as normas e padrões de tratamento da informação visando manter a qualidade das informações das bases de dados e de zelar para que prevaleçam as condições de integridade e confiabilidade do sistema de informações mantido pela Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI, hoje composta por bibliotecas de 15 instituições federais e do Distrito Federal e, gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal desde 1972.

Inicialmente estão previstos quatro títulos: Diretrizes para construção do tesouro; Vocabulário Controlado Básico (VCB); Análise e representação de assuntos e Descrição bibliográfica. Hoje apresentamos ao público os dois primeiros.

A adoção de padrões internacionais funciona como uma via de mão dupla, permitindo a busca de informações disponíveis no mundo e, também, que os diversos países possam acessar as informações produzidas por nós, em língua portuguesa.

Ao finalizar gostaria de agradecer a presença de todos, congratular nossa equipe da Comissão da Biblioteca Digital, o Prodases, a Gráfica do Senado Federal, a nossa equipe da Biblioteca – bibliotecários, estagiários e técnicos pelo belo e importante trabalho que realizam, a Teresa Basevi e ao Prof. Helio Karamoto que possibilitaram respectivamente os contatos iniciais com o STJ e o IBICT.

Agradecemos ao Diretor-Geral, Senhor Agaciel da Silva Maia, ao Diretor do IBICT Prof. Dr. Emir Suaiden, ao Primeiro-Secretário da Casa, Senador Efraim Moraes, ao vice-presidente do STJ, representando o presidente daquela nobre instituição judiciária Ministro e ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, por valorizarem a importância da informação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador Efraim Moraes, por vinte minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, meus agradecimentos ao Senador Efraim, que me cedeu, por permuta, esta oportunida-

de de falar, para dividir com os Srs. Senadores uma experiência que tive ontem, ao visitar a cidade de Redenção, interior do Ceará.

Fui a Redenção, porque, no dia 25 de março, comemora-se a abolição da escravidão no Ceará. O Ceará aboliu a escravidão em 25 de março de 1884, cinco anos antes do resto do Brasil. Mas Redenção, que mudou de nome exatamente por esse fato, aboliu a escravidão em 1º de janeiro de 1883, um ano antes do Ceará, que foi um ano antes do Brasil.

Mas o importante não são essas datas históricas, mas o processo, Senador Mão Santa, como foi feita a abolição em Redenção. E, ao mesmo tempo, é importante trazermos para os dias de hoje aquilo que foi feito 120 anos atrás.

Primeira parte: como é que fizeram a abolição? Um senhor de engenho, Senador Mão Santa, chamado Gil Ferreira Gomes, decidiu alforriar – como se chamava então – os seus escravos. E o fez. Mas não se conteve, ele foi aos seus colegas, donos de escravos, e tentou convencê-los de fazer o mesmo. Alguns aceitaram, outros não. Os outros disseram que se queriam que eles libertassem os seus escravos, que fossem lá e os comprassem.

Nos dias de hoje, todos perguntariam quanto custaria. O dono de escravos Gil Gomes não perguntou, ele foi em busca de dinheiro. Foi a Fortaleza e, por intermédio da Sociedade Abolicionista Brasileira, conseguiu recursos e comprou todos os escravos que existiam na área de Redenção. Com uma condição: que os que tivessem vendido não voltassem a comprar escravos. E fizeram esse grande acordo.

Naquele momento, Senador Mão Santa, um dos donos de terra, chamado Coronel Bernardino – aprendi tudo isso, ontem, com uma professora chamada Maria Bandeira – disse que a maior mancha da sua vida era ter um dia sido dono de escravos. Vendeu os escravos ou alforriou-os antes, e Redenção entrou o ano de 1883 sem escravos.

Bem, o que quero trazer para os tempos de hoje, Senador Mão Santa, Sr^{as}s e Srs. Senadores presentes, com esse fato? Quero trazer o seguinte: se fosse hoje, Sr. Presidente, dificilmente isso teria acontecido; primeiro, porque toda vez que queremos falar em completar a abolição, as pessoas perguntam se há dinheiro. E ninguém por aí, com clareza, explicita esta idéia: “eu tenho uma mancha na vida, a de ser brasileiro em um tempo em que existem meninas vivendo na prostituição, em que meninos são abandonados, em um tempo em que não há escravidão, mas há exclusão”. Cento e vinte

anos atrás, um dono de escravos teve a sensibilidade de dizer que a mancha da vida dele era ter vivido em um tempo em que ele era dono de escravos.

Quantos de nós lembrarão que a mancha da nossa vida, a que vai ficar registrada na história futuramente neste País é que vivíamos com todo o conforto, com todas as condições, com todos os recursos disponíveis no mundo moderno, mas rodeados de miséria, rodeados de meninas vivendo na prostituição para poder comprar um pão, rodeados de meninos abandonados, outros empurrados para o crime sem terem nascido para isso. E nem nos lembramos de que isso é uma mancha na nossa vida. Um dia, este País não vai ter mais isso; e as pessoas vão se lembrar, sim, de que vivemos, aceitamos e toleramos viver nesse tempo.

Uma outra lição é que, hoje, em vez de comprar escravos, como fez aquele Gil, para libertá-los, hoje, completar a abolição é construir uma escola para os filhos da senzala como se constrói para os filhos da casa grande.

É isso que complementaria a abolição: que as escolas dos filhos das favelas fossem equivalentes às escolas dos filhos dos condomínios. Mas, quando falamos nisso, qual é a pergunta que vem logo à cabeça de todos: quanto custa isso? Ninguém perguntou ao Presidente quanto custaria fazer o PAC, e ele respondeu: "R\$500 bilhões". E ninguém perguntou de onde vinha esse dinheiro. Todo mundo dá como certo, tranquilo que R\$ 500 bilhões para a economia é válido, certo e devem ser gastos. Quando ele diminuiu nosso Imposto de Renda, elevando o limite de isenção, ninguém perguntou: esse dinheiro não vai fazer falta para alguma coisa? Comemoramos. Porém, quando o Congresso está aumentando o salário de Deputados e Senadores – felizmente, não 92%, mas 26% –, não vi ninguém perguntar aqui, no Senado, de onde viria o dinheiro para aumentar nosso salário. Alguns dizem que isso é inoportuno; outros dizem até que isso não devia ser feito. Mas de onde vem o dinheiro não se pergunta.

Mas, se dissermos que é preciso implantar horário integral em todas as escolas do Brasil, mesmo com a modéstia de dizer que vamos precisar de 15 anos para fazer isso, mesmo sabendo que não são necessários mais que R\$7 bilhões, no primeiro momento, por ano, para a viabilização desse projeto, todo mundo perguntará de onde virá o dinheiro.

Aquele Coronel Gil, dono de escravos, Gil Gomes, não perguntou quanto custava o escravo. Ele foi atrás e conseguiu o dinheiro.

O dinheiro estava disponível. Um País de escravos! Ele conseguiu o dinheiro para comprar os escravos daquela cidade. E, alguns anos depois, felizmente, ainda no Império, não se comprou escravo de ninguém; eles simplesmente foram libertados.

Mas não completamos a abolição. Daqui a um ano, completaremos 120 anos de abolição, vivendo em um Brasil cujas condições sociais dos pobres não são melhores do que a dos escravos. Eles têm direito à liberdade, mas não têm direito a mais nada!

O que fizemos quando libertamos os escravos foi dizer: "vocês não precisam mais trabalhar forçadamente, podem ficar desempregados; vocês não vão mais ter de comer os restos da casa grande, podem passar fome; vocês não vão ter mais de viver nas senzalas, podem ir para debaixo das pontes, podem ir para as favelas". Aliás, a palavra "favela" vem dos escravos.

Não completamos a abolição. E, cada vez que se fala em completá-la, por meio de escola igual para todas as crianças brasileiras, o que se ouve é a velha pergunta: "onde é que se vai arranjar 1% que se precisa da receita do setor público, ou seja, 0,3% da receita nacional"?

Cento e vinte anos atrás, os senhores de engenho da cidade de Redenção nos deram exemplo de consciência, de vergonha, quando disse esse Coronel Bernardino que era a maior mancha da vida dele ter sido dono de escravo, ter vivido em um sistema escravocrata. Mas, com ousadia, eles resolveram o problema naquela cidade.

Hoje, não fazemos isso. Toleramos. Eles não toleraram viver na escravidão na cidade deles, e nós toleramos viver com esta escravidão chamada "exclusão social" nas nossas terras. Por isso é que, lá, eles aboliram a escravidão, e nós não a completamos nos dias de hoje.

Completar a abolição, Senador Mão Santa, consiste simplesmente em fazer com que a escola da senzala seja igual à escola da casa grande; que a escola da favela seja igual à escola do condomínio. Estamos tão atrasados que, quando digo isso, tenho certeza de que a maioria acha que sou um enlouquecido, um desvairado e insensato, por querer algo como isso. Os outros países já o fizeram, e o Brasil tem todos os recursos para fazê-lo.

Não estou propondo um milagre. O que estou falando leva 10, 15 ou 20 anos para se concretizar. Não é milagre, é persistência; não é milagre, é decisão de se querer fazer. E o gasto, gente, não é tão alto!

Já se tentou fazer. Há cidades, no Brasil, que estão fazendo isso, mas são poucas. Somente 200 cidades no Brasil têm boa escola. Mas, e as outras? Deixamos para trás as crianças que nelas vivem?

O próprio plano de desenvolvimento educacional que o Presidente Lula lança – e que temos de elogiar, porque é melhor do que nada – estabelece prestigiar as escolas que vão bem, mas deixar para trás as crianças que vão mal. No fundo, o que nós – e ninguém pode dizer que não tem culpa – estamos fazendo é deixar as nossas crianças para trás.

Todo mundo critica esse Presidente Bush, que faz guerras e que é arrogante, mas, nos Estados Unidos, o Presidente Bush tem um programa educacional chamado “Nenhuma criança é deixada para trás na América”. Por que não imitamos essa idéia do Bush, se é que é preciso imitar?

Por que não tomamos a iniciativa de fazer? “Nenhuma criança deixada para trás no Brasil”, isso significaria completar a abolição.

Se o Brasil fosse do tamanho de Redenção ou se Redenção fosse do tamanho do Brasil, aquela pequena cidade cearense, e se os brasileiros, especialmente nós, Senadores, tivéssemos a consciência daquele dono de escravo chamado Gil Gomes, o Brasil estaria muito melhor do que está nas nossas mãos, porque ele, há 120 anos, teve a sensibilidade, teve a responsabilidade e teve a competência de dizer: “Aqui é território livre da escravidão”. Por isso, ontem fui ao Ceará, para comemorar a data junto do povo cearense.

Antes de conceder um aparte, eu gostaria de dizer que não fui ao Ceará só por isso, Sr. Presidente – quero convidar os Senadores presentes para fazerem isto também. Fui ao Ceará para fazermos a primeira caminhada do Movimento Educação Já. Tudo o que aconteceu de mudança neste País, Senador Mão Santa, saiu de alguma caminhada, de alguma passeata, de alguma manifestação. Nada vai sair de dentro dos escritórios dos governos; e, se sair algo de dentro dos escritórios dos governos, o governo seguinte pára, se o povo não estiver na rua exigindo que continue.

Fizemos as duas primeiras caminhadas pela Educação Já. O Brasil conseguiu a Constituinte com o Movimento Constituinte Já; conseguiu as diretas com o Movimento Diretas Já; conseguiu, sim, a anistia com o Movimento Anistia Já; conseguiu corrigir o erro da primeira eleição de presidente com o Impeachment Já. Está na hora de fazermos o Educação Já.

Nós fizemos a caminhada no Ceará neste fim de semana; vamos fazê-la, dia 2, em Curitiba; no final de

abril, a faremos em Belo Horizonte e, no começo de maio, em Florianópolis. Portanto, gostaria que aqueles que estão me ouvindo não esperassem Senador algum defender a passeata e fizesse a sua em sua cidade. Que os jovens deste País voltem a pintar a cara ou a fazerem outros gestos que signifiquem “vamos completar a abolição”! Educação já é igual a completar a abolição neste País. Há 119 anos demos o primeiro passo, Senador Tião Viana, ao abolir a escravidão no Brasil; há 124, a abolimos no Ceará, e há 125, em Redenção, no Ceará. Não é possível continuarmos adiando ainda por muitos anos a se completar no Brasil.

Sabemos como fazer e temos os recursos. O que está faltando? Exigirmos, irmos para as ruas! Não se muda um país com palavras, mas, sim, com pés, caminhando; são os pés que mudam. Antes, na minha juventude, chegamos a acreditar que era com o dedo no gatilho, fazendo a revolução armada. Depois, começamos a achar que era com o dedo apertando os botões das urnas nas eleições. Mas concluí que nem apertando, com os dedos, os botões das urnas, nem puxando o gatilho que este País vai mudar. Este País vai mudar caminhando, com frases, *slogans*, com a vontade de mudar, uma Nação unida, como se uniram pelas diretas, pelo *impeachment*, pela anistia, pela Constituinte, para completar a abolição com um grito só: Educação já!

O que fazer? Os atos, nos os sabemos: definir escola em período integral, mesmo que sua implantação demore 15 anos. Não proponho milagres. Que a profissão neste País terá uma categoria bem remunerada, desde que bem preparada e dedicada. Não vai adiantar pagar altos salários, com greves de 60 dias. Tem de haver um grande acordo neste País. Pagamos o que os professores querem; define-se a melhor maneira de aumentar o salário dessa categoria ao longo dos próximos 10 anos na condição de que não haja greve por um período de 10 anos também. Isto é possível! Não há qualquer recurso necessário para uma escola que o Brasil não fabrique! Nada disso custa mais do que custou para o Sr. Gil, dono de escravo, que comprou todos os escravos da cidade de Redenção. Ele fez; ele teve a sensibilidade; ele foi competente. Por que não temos a mesma sensibilidade? Por que não somos competentes? Por que não fazemos o que a História do Brasil está aguardando há tanto tempo?

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam Buarque, hoje, 26 de março, o Senador Marco Maciel homenageou a Biblioteca Luiz Viana Filho e

as bibliotecárias. V. Ex^a também, desta tribuna, faz o mesmo, pois tudo é uma coisa só. A roda está descoberta: a palavra é educação. Tanto é verdade que V. Ex^a se refere à liberdade dos escravos. Eu disse, neste Plenário, que foi o saber de uma mulher londrina, que escreveu *A Cabana do Pai Tomás*, que contribuiu, por intermédio desse livro, com a abolição da escravatura. Isso revolucionou todo o mundo. Inclusive, ainda garoto, o romance transformou-se em novela, à época rádio-novela, pois, não havia televisão. *A Cabana de Pai Tomás*, romance de autoria de uma escritora, inspirou-nos a todos. Então, a revolução veio dos livros. Portanto, agora, o Ceará tem essa página bela. Além do empresário que V. Ex^a cita, tem-se o povo, na figura do jangadeiro – não sei o nome dele –, que, lá, recebeu o apelido de *Dragão do Mar*. Daí os nomes do Complexo Cultural e de uma emissora serem *Dragão do Mar*. V. Ex^a sabe mais do que ninguém, um pernambucano como V. Ex^a, que Joaquim Nabuco, em 1779, começou dez anos antes a discursar neste Congresso para libertar os escravos. Era uma voz solitária, por isso não conseguiu se reeleger. Então, foi para a Inglaterra. Ali, foi respeitado, laureado, assim como em Paris, em Portugal, enfim, na Europa. Nabuco, realmente, foi o primeiro brasileiro que manifestou o desejo de liberdade e de sua necessidade. Veja V. Ex^a que os ingleses, que dominavam o mar – a Inglaterra era a rainha do mar – elaboraram leis proibindo o transporte de escravos. Mas, em Pernambuco – daí o nome Porto de Galinhas –, quando a lei entrou em vigor proibindo o tráfico de escravos no mundo, o tráfico ainda existia. Quando os navios chegavam, carregados de escravos, é evidente que não se podia dizer que eram escravos contrabandeados, por isso espalhava-se a notícia de que “as galinhas estavam chegando”. “As galinhas” eram os escravos contrabandeados. Daí o nome Porto de Galinhas. Porém, lá no Ceará, houve um jangadeiro que se contrapôs heroicamente. Quando os navios atracavam, os escravos tinham de ser transportados por pequenos jangadeiros, que os traziam para a terra. Então, ele fez greve, greve forte, no sentido de impedir que os jangadeiros transportassem os escravos. Ele foi preso e levado para o Rio de Janeiro. Portanto, a luta foi grande! V. Ex^a, sirva-se desses exemplos: Castro Alves, aqui declamado pelo Senador de Pernambuco, Marco Maciel; José do Patrocínio, lembrado pelo culto Senador representante do Amapá, Gilvam Borges. Se eles conseguiram, V. Ex^a também conseguirá. Tenho plena convicção de que daqui a dez, vinte anos, todo o País vai se referir a Cristovam Buarque como aquele

que, realmente, levantou a bandeira mais importante para recuperar a nossa civilização: a educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a sempre gentil.

Senador Mão Santa, quero dizer que o Senador Gilvam Borges lembrou bem José do Patrocínio, porque foi ele quem deu dinheiro ao Gil para comprar os escravos de Redenção e alforriá-los.

Sr. Presidente, essa viagem à Redenção para comemorar a abolição da escravatura no Ceará, além da alegria de estar em uma cidade que foi capaz de tal feito, trouxe-me, por outro lado, profunda tristeza ao ver como estamos atrasados na questão dos sentimentos neste País. Hoje, conseguimos conviver com um mundo em que existem coisas que não são piores do que a escravidão: crianças abandonadas; dois terços de nossos jovens deixados para trás por falta de escola; do outro um terço, apenas a metade está em sintonia com as necessidades da educação, ou seja, apenas 18% com educação razoável. No entanto, convivemos com tudo isso. Nós só nos assustamos com a pobreza quando ocorre a violência. Com o resto, não nos assustamos, qual seja, a violência da fome, a do desemprego, a da miséria, a da prostituição, a de ficar para trás, a da exclusão. Para nós, isso não é uma violência; para nós, é como se a única violência fosse aquela produzida por meio de bala. Entristeceu-me ao ver que, hoje, estamos menos sensíveis do que os senhores de escravos – não todos, obviamente – do século XIX. Mas, ainda há esperança. Se eles foram capazes da fazer isso naquele tempo, quando os interesses deles estavam em jogo: conseguiram reorientar os seus interesses para trabalharem com mão-de-obra não servil, certamente nós também conseguiremos? Podemos, sim!

Repto o que disse anteriormente, inclusive relembrando este excelente livro citado pelo Senador Mão Santa: *A Cabana do Pai Tomás*: a palavra não muda. Esse livro foi fundamental. O próprio Presidente Lincoln reconheceu que sem aquele livro a consciência anti-escravidão não teria continuado. Mas, se não fosse a guerra civil enfrentada sob a liderança do Presidente Lincoln, o livro continuaria apenas um livro. Da mesma maneira, a minha fala; ela vai continuar só uma fala. Vou ficar rouco de falar e as escolas não mudarão. O que muda um país são as mãos ou os pés. A voz, a boca é a maneira de canalizar mãos e pés para caminharem e mudarem a realidade.

Insisto: houve um tempo em que cheguei a pensar que eram os dedos puxando fuzis. Cheguei a pensar

que eram os dedos apertando os botões das urnas. Hoje, penso que são as pernas caminhando por este Brasil e as mãos carregando nossos gritos: "Educação já!". É a única maneira possível de completarmos a abolição.

Espero que daqui a 20 anos cada um de nós – pois agora não haverá apenas um Betinho, cada um terá que ser o Betinho da educação – seja lembrado como hoje lembrei aqui de Gil Gomes, um homem que, pela vontade dele, conseguiu abolir a escravidão em uma cidade que passou a se chamar, depois disso, Redenção, e em razão do que fez pelos escravos que ali trabalhavam.

Eram essas as minhas palavras, minhas lembranças, com base na visita que fiz ontem à cidade de Redenção, no Ceará.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, pela visão de Estado que tem e pela responsabilidade com que trata de um tema tão vital à vida nacional. Há um olhar para um novo Brasil, como V. Ex^a vê a educação, e tenho certeza de que o Governo e todo o Brasil têm muita atenção com as palavras de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, realmente, há duas formas de se fazer uma revolução: uma, pelas armas; outra, pelas idéias e pelas letras, pela educação. Está certo e bem abalizado o eminentíssimo Senador Cristovam Buarque, quando marcha, caminha, associa-se e desfralda a bandeira da educação.

Este País só terá a sua emancipação quando debelar definitivamente a ignorância. Pela ignorância, a escuridão se aprofunda. É aí então que precisamos sair da caverna de Platão para abrir os novos horizontes no aperfeiçoamento da sociedade. Quantos pedagogos e cientistas sociais se esmeraram no aprimoramento e nas receitas vitoriosas dos países que passaram por várias experiências até atingirem a emancipação intelectual e, conseqüentemente, a emancipação econômica!

O homem do futuro é o homem esclarecido, é o homem que busca o conhecimento e, por meio do conhecimento, liberta-se, aprendendo a amar, a realizar bons negócios, a ser bom profissional, e assim por diante.

Senador Mão Santa, o Japão foi um exemplo disso. Apesar da sua cultura milenar, de toda a grande experiência, depois da Segunda Guerra Mundial, o Japão ergueu-se. Desenvolveu uma estratégia de planos para cem, duzentos anos; enfim, uma política estendida para gerações. E foi pela educação que esse plano surtiu efeito fantástico e fabuloso. O Japão modernizou-se, saiu das ruínas e partiu para o que tem de melhor.

Os Estados Unidos também não ficam atrás, pois priorizaram o crescimento intelectual e o aprimoramento. Tanto é que, na Segunda Guerra Mundial, os serviços de inteligência norte-americanos já buscavam captar cientistas alemães e outros, a fim de compor a grande gama de homens e mulheres norte-americanos.

O Brasil tem um potencial fantástico pela sabedoria e pela alegria. É um país ímpar. A LDB, projeto discutido há muito nesta Casa e aprovado, já está balizando e aprimorando as regras básicas e necessárias para que o País invista maciçamente na educação.

Portanto, Senador Cristovam Buarque, quando V. Ex^a assume a tribuna e aborda tema da mais alta importância para o desenvolvimento da Nação, é ouvido não só pelos seus Pares, mas pela Nação inteira. Congratulo-me com V. Ex^a, porque sou um caminhador também. Sei como Gandhi fez a grande caminhada do sal, e com um simples gesto vieram muitas coisas. Sei que Mao Tsé-tung também, na grande caminhada em que arregimentou homens, mulheres e idéias, promoveu uma grande revolução. V. Ex^a dá alguns passos e, a eles, somam-se gestos de compromisso com a educação brasileira. É por aí. Não há outro caminho.

Atualmente, uma guerra civil assola nossas principais capitais. Todos os dias, em algumas capitais do País, morrem mais pessoas do que em guerras oficiais, como a que o Iraque enfrenta. Enquanto lá morrem vinte ou trinta, aqui, em alguns Estados, morrem centenas. Será a causa da violência a falta de educação? Por que inúmeras crianças enveredam na adolescência e entram em um arcabouço de valores criminais?

Existe uma grande massa marginalizada. Há uma diferença entre bandido e marginal. Marginal é aquele que vive à margem. São poucos os que conseguem saltar o grande muro da diferença. Naquele mundo obscuro, onde

a qualquer passo morrem milhares de jovens, há escolas em presídios e em centros de recuperação juvenil.

O que há de errado? O que é preciso fazer? Serão necessárias mais leis para coibir, para penalizar? Ou será preciso uma mudança de mentalidade e oportunidade de crescimento na sala de aula, no aprendizado? Será que todo homem nasce mau, perverso? Será, então, que é a carga genética, ou o meio ambiente, ou o clima, ou uma porção de coisas que nos leva a ter essa formação? O nosso meio cultural?

A cultura do banditismo vem pela falta de oportunidade de se ter acesso ao conhecimento. Acredito, Sr. Presidente, que somente pela educação poderemos fazer a grande revolução.

Senador Cristovam Buarque, indignar-se, acomodar-se são situações em que todos nós nos encontramos e às quais, às vezes, não conseguimos sobrepor-nos. Muitas vezes, dizemos: uma só andorinha não faz verão. Faz, sim. Acredito nisso. É como aquela história do pássaro que viu um grande incêndio: ele ia ao lago, pegava uma gotinha de água e jogava no local do fogo. O gavião-carcará passou e disse: "Abestado! Pensa que vai sufocar, apagar esse incêndio?". E o pássaro respondeu: "Estou fazendo a minha parte".

V. Ex^a se desloca, pega um vôo, gasta tempo, preparando-se para fazer sua manifestação, seu discurso, em uma longínqua cidade do Ceará; desprende a parte intelectual e física, deixando sua família e indo cumprir seu papel de homem público, que não só responde às questões do Estado que representa. São esses gestos, essas atitudes, essas ações que realmente fazem a diferença. V. Ex^a está fazendo a sua parte. Lá, bem-aventurados os que tiveram a oportunidade de caminhar a seu lado. Não importa se foi um ou se foram dois, três, cem, duzentos, trezentos. Não importa. O que importa são as atitudes, os gestos.

Sr. Presidente, ainda tenho 14 minutos. Até agora, estava somente corroborando a manifestação acertada do Senador Cristovam Buarque.

A manchete do jornal **Folha de S.Paulo** de ontem, domingo, foi sobre a questão da segurança – ou seria, insegurança? Pesquisa Datafolha revela que a violência é hoje o maior problema do País, na opinião de 31% dos brasileiros. O tema também é o principal ponto fraco do Governo Lula, para 25% da população.

Pois bem. Há cerca de 15 dias, anunciei neste plenário que apresentaria um pacote de projetos para brecar a violência hemorrágica de nosso País. Sabemos todos que medidas pontuais, feitas

no varejo, não serão capazes de erradicar um mal que tem suas raízes na base da pirâmide social.

A desestruturação familiar, a educação capenga, a ausência de valores morais, a descrença religiosa, o desemprego e, sobretudo, a certeza de impunidade são bactérias que infecionam o tecido social da Nação.

Ocupo hoje esta tribuna, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, para apresentar, na forma de projeto de lei, medida efetiva e exequível para solucionar o problema, que, aliás, preenche de medo o que era para ser esperança.

É hora de quebrar resistências, preconceitos e de oferecer uma solução que fuja do lugar-comum. Por isso, é com a mais firme crença nesse ideal que apresento projeto de lei que visa a incentivar as empresas privadas a contratar presos, com uma série de benefícios sociais e econômicos para os empresários.

O nosso sistema prisional erra em um ponto fundamental: não dá a devida importância ao trabalho como meio de trazer o condenado de volta ao pleno convívio social. E cabeça vazia, já dizia minha avó e a de muitos brasileiros, é oficina do diabo. A realidade, ilustres colegas, é uma só: apenas o trabalho é capaz de regenerar.

Por essa razão, proponho incentivo total – isso mesmo, total, 100%, absoluto –, para que as empresas privadas possam deduzir as despesas referentes à remuneração e à formação educacional e profissional de trabalhadores em cumprimento de pena privativa de liberdade ou em prisão provisória, se determinadas condições forem obedecidas.

Posso garantir a V. Ex^{as}s que os empresários não vão perder e a sociedade, como um todo, vai lucrar. Aliás, dada a seriedade da questão, nem caberia o raciocínio farisaico de custo e benefício, porque o pior e inominável prejuízo é aquele que se paga com a própria vida.

Tudo que é feito em prol da vida não tem preço. Mas, como vivemos sob a égide da selvagem economia de mercado, é preciso ressaltar que o meu projeto trouxe o cuidado de não meter a colher do Estado na panela da empresa privada.

Estou cansado dos supostos especialistas que defendem o criminoso como vítima de uma série de injustiças sociais. Estou cansado daqueles que afirmam que o criminoso é criminoso, porque a sociedade é injusta, cruel e desigual. Esse tipo de afirmação é uma ofensa a todos os brasileiros, especialmente àqueles milhões de homens e mulheres que vivem com baixos salários, em habitações precárias, em situações de

penúria e que, ainda assim, não abandonam o valor supremo que Deus consignou aos homens: a importância do trabalho como criador de riqueza e, mais do que isso, como redentor de nossos pecados.

Quantos de nós ou mesmo dos mais altos magistrados do País já estiveram numa penitenciária? Diria que poucos, pouquíssimos. Isso é grave, porque não nos dá a devida medida de como as nossas penitenciárias são autênticas e perfeitas escolas do crime. Todos de lá saem com doutorado do crime. O sujeito que entra lá, exceto quando encontra o caminho da religião ou a ajuda de alguns raros abnegados, retorna à sociedade muito pior. De pequeno criminoso, torna-se grande; de ladrão, torna-se homicida; de batedor de carteiras, torna-se ladrão de bancos; de vendedor de produtos pirateados, torna-se traficante.

Na página de abertura do seu *site*, o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, um dos mais bem informados do País, traz um pequeno texto que é emblemático. É de 1933, mas está mais atual do que nunca. Diz assim:

Um dia vieram e levaram o meu vizinho que era judeu.

Como não sou judeu, não me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram o meu outro vizinho que era comunista.

Como não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia, vieram e levaram meu vizinho católico.

Como não sou católico, não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram.

E, aí, já não havia mais ninguém para reclamar...

Esse texto é de 1933.

Não dá mais para ignorar o problema da violência. O meu vizinho, o seu vizinho, o vizinho dele etc., V. Ex^{as}s, eu mesmo e nossos filhos somos, todos, vítimas da falta de segurança. Não adianta colocar grades nas janelas, alarme nas portas, vidro blindado nos carros, cachorros ferozes no jardim. O perigo dorme e acorda conosco.

Mas não estamos num beco sem saída. Somos, sim, capazes de construir alternativas e colocá-las em prática com a urgência que o problema requer.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a violência que grassa em nosso País é tema que tem, repetidamente, ocupado a minha atenção e tomado de açoite

a minha preocupação, assim como a todos os meus Pares desta augusta Casa e, acredito, de todo o território nacional.

Tenho estudado a questão, tenho conversado com o povo, tenho feito gestões junto a áreas de inteligência e segurança de alguns países e, sobretudo, tenho lido e observado o que ocorre em nosso Brasil.

Ando de ônibus, de bicicleta e mais a pé – sou um caminhador – e, assim, procuro uma alternativa, uma saída ou uma pequena contribuição. Se a mim fosse dada uma varinha de condão e uma oportunidade para alavancar as forças necessárias da sociedade para integrar-se ao Poder Público, sem sombra de dúvida, daria garantias a esta Nação das providências que haveríamos de tomar: mobilizaria o Congresso, os poderes públicos da área de segurança e a sociedade civil organizada, que só está esperando um aceno. Todos nós estamos esperando um aceno, um gesto, uma atitude.

Conforme prometi, estou oferecendo hoje o primeiro de uma série de projetos para pacificar o Brasil. (Aliás, a íntegra do projeto está disponível no meu *site* e cópia dele pode ser obtida junto à minha assessoria de imprensa.)

Acredito piamente, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, que o trabalho é valor fundamental a nos guiar em todos os momentos da nossa vida e é o único meio de nos tornar pessoas melhores.

Além disso, confesso, quero que nossos filhos e netos sejam capazes de, no futuro, olhar para nós e dizer que não nos omitimos quando o Brasil clamava por socorro. Melhor ainda: faço isso para que todos nós, especialmente nossos descendentes, no futuro, possam conjugar ação e verbo no presente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, aqui esteve batendo nesta tribuna, firme e forte – e estou repetindo o gesto dele –, marcando posição pela veemência da sua oratória, o eminente Senador Mário Couto. S. Ex^a desafiou Ana Júlia a usar da sua amizade e do seu prestígio com o Presidente Lula, para amenizar a grande guerra civil que se trava no Estado do Pará.

Sr. Presidente, mais do que bater, eu e Mário Couto, companheiros de Amazônia, vistos por um cangaceiro piauiense, Senador Mão Santa – que agora tem um companheiro “de mão”, o Mão Branca, da Câmara –, precisamos estar perfilados, unidos para poder mudar. Um gesto, uma ação, uma atitude revolucionária; uma palavra muda.

Não se ouve mais o clamor, nem o respeito das lideranças e, quando assume a tribuna, quando dá

entrevistas, a população baixa a cabeça. Perdemos a credibilidade, perdemos a segurança. E, quando nossos líderes estão fragilizados e a palavra não cala fundo no coração e na mente, é sinal de que precisamos reformular, com urgência, as estratégias.

Acredito naquilo que o Senador Cristovam Buarque falou: é pela educação a revolução. E, pela educação, a libertação do nosso belo País, amado e querido por todos nós. Quando, nos aeroportos, nos portos, nas rodoviárias, vejo gente viajando, percebo que eles fazem questão de usar o símbolo da bandeira do nosso País na bolsa. Assim faz minha filha quando viaja para o exterior, para estudar.

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex^a ... Negar ou permitir cabe a V. Ex^a, e irei respeitar a sua decisão. V. Ex^a pode me ceder mais 30 minutos?

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Infelizmente, Senador, não posso.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Então, cumpro o Regimento.

Muito obrigado, meus queridos amigos.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, para uma comunicação inadiável. Logo depois, concederei a palavra ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, de modo muito objetivo, tentarei cumprir o tempo.

Trago um comentário, que julgo da maior pertinência, feito pelo jornal *O Globo* de hoje, com a seguinte manchete: “Especialistas fazem ressalvas a relatório sobre má gestão do SUS”. Aí vem o debate que o Banco Mundial estabeleceu recentemente sobre a crise no setor de saúde em alguns países, e, no Brasil, o foco estava voltado para a falta de uma descentralização da gestão, ou seja, a transferência da autonomia para os hospitais, para as unidades municipais, para as regiões, tirando essa concentração de recursos para a gestão do Sistema Único de Saúde.

E, aqui, especialistas do porte da Dr^a Luíza Regina Pessoa, que desenvolve um belíssimo trabalho sobre o desperdício dos recursos públicos da saúde, entendem que não há como fazer transferência simplificada aos gestores municipais e aos diretores de hospitais sem aumentar a capacidade desses profissionais.

No meio desse debate, muito saudável, o Ministério da Saúde estabelece sua responsabilidade pela qualificação de gestores, entendendo que está fazendo já o curso de gestão para técnicos de nível médio, na área hospitalar, nas áreas dos sistemas de saúde, e o próprio Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, recém-eleito e empossado, Dr. Osmar Terra, do Rio Grande do Sul, ressalta que a prioridade de contratos diferenciados com entidades filantrópicas e o redirecionamento dos investimentos públicos também são fundamentais para melhorar a gestão do SUS. Para ele, o relatório do Banco Mundial tem avanços e tem falhas de avaliação. Diz que, na metade dos Municípios, o sistema funciona bem e que, na outra metade, ele não funciona. Além disso, diz que o Banco Mundial faz um retrato de momento, que seria obtido sem nenhum outro critério de atualização em relação ao nosso País.

Sr. Presidente, é um debate da maior importância no Brasil. O Sistema Único de Saúde depende hoje da concepção de gestão que será estabelecida pelo novo Ministro da Saúde, da responsabilidade em fazer uma descentralização consequente – posso dizer.

Considerando Secretários Municipais de Saúde de mais de cinco mil Municípios brasileiros, vamos ver que 80%, no mínimo, não sabem o que é vigilância epidemiológica. Se transferirmos esse conceito básico da saúde para os Prefeitos, verificaremos que, no mínimo, 90% não sabem o que é vigilância epidemiológica.

Então, como vão fazer uma absorção dos problemas, entender os desafios que tem o Sistema Único de Saúde, estabelecer metas e prioridades e fazer a gestão sem desperdício dos recursos?

Esse debate está colocado na ordem do dia da maneira mais pertinente possível. Espero que a agenda do Ministro da Saúde esteja dentro do Conselho Nacional de Saúde, focando exatamente esse tema, achando alternativa, e esta se dá pela simplicidade, pela obtenção de fatos e, como resposta aos fatos, pela ação simplificada e direta do Ministério da Saúde.

Tenho a certeza de que o Ministro da Saúde está atento a esse debate, tem um posicionamento muito correto. Um ponto extremamente louvável da

atuação do Ministro José Temporão é essa nova forma de contrato de gestão apregoada por S. Ex^a, que estabelece que as unidades hospitalares públicas, hoje, devem ter um direcionamento para um novo contrato de gestão, sob a forma fundacional. Assim, pode haver simplificação na contratação de servidores, de profissionais, e, com isso, melhor mobilidade, melhor dinâmica dentro do gerenciamento, permitindo que se alcancem resultados, já que, ao compararmos os custos entre as unidades filantrópicas e as unidades de gestão pública direta, nos moldes do regime estatutário, verificaremos que, hoje, estas têm um custo pelo menos cinco vezes maior.

Então, temos muito que aprender nesse debate, temos muito que avançar e muito a contribuir. Entendo que a esse tipo de provocação do Banco Mundial, ao fazer uma análise, ao apontar erros, ao apontar uma crise e propor respostas, o Ministério da Saúde responde muito bem, neste momento, e espero que o resultado seja muito favorável à mudança dos indicadores de saúde.

Não podemos hoje ter o olhar simples dos erros. Muitos olham e dizem que a única saída é o Programa de Saúde da Família, os chamados PSFs, que atendem mais de cinco mil Municípios brasileiros. Quando olhamos os centros de saúde, que são unidades intermediárias entre o Programa de Saúde da Família e o hospital – que deveriam resolver 86% a 90% dos problemas de saúde da comunidade, já que o PSF teria uma resolutividade menor –, vemos que eles não estão cumprindo metas, não estão atentos à valorização e ao bom aproveitamento dos recursos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, espero que haja uma revisão criteriosa do Conselho Nacional de Saúde, dos conselhos estaduais, dos conselhos municipais e dos conselhos populares de saúde. Nisso, inclusive, o Acre é inovador e avançou de maneira definitiva na gestão de um novo conceito de controle social e de acompanhamento político.

Peço ainda os dois minutos a que regimentalmente tenho direito – é a prorrogação para os sete minutos –, para fazer um outro comentário, meu caro Presidente.

Não costumo entrar em questões locais, pois entendo que o debate no Senado deve ser amplo. No entanto, quando feridas se abrem sobre questões

vitais de direitos humanos, de ética, de correção, é justa uma intervenção em aspectos locais.

No meu Estado, no dia de ontem, um jornal fez duríssima crítica a uma conduta de liberdade, a uma visão de justiça que tem um religioso do meu Estado. O Padre Paolino Baldassari é, para mim, uma figura ímpar dentro da Amazônia brasileira, homem que entende que a Amazônia é um jardim de Deus e deve ser cuidada com todo amor e carinho e que toda a discussão em volta dela deve ser traduzida em responsabilidade, para procurar uma discussão que gere o bem, não uma discussão que gere o mal, a divisão, a subtração dos direitos dos povos tradicionais e do meio ambiente.

Ali, houve uma duríssima injustiça praticada ao Padre Paolino Baldassari. Já fiz um amplo debate com o proprietário do jornal, entendendo que a imprensa deve ser livre. Não precisa ser justa, como disse aquele magistrado da Suprema Corte americana, mas, nem por isso, devemos deixar de opinar quando julgamos que há equívocos, que há falhas, em relação ao entendimento do significado de algumas pessoas.

Padre Paolino Baldassari é uma figura ímpar no cenário amazônico. No meu entendimento, deveria ser reconhecido com o Prêmio Nobel da Paz, pelo trabalho de evangelização feito há 50 anos com as populações tradicionais. Se eu tivesse de me curvar a algumas figuras, estaria curvado diante do povo, mas pensaria um cenário comparativo ao Imperador Akihito do Japão, que só faz reverência aos professores: eu faria reverência, em primeiro lugar, no meu Estado, à figura de Padre Paolino Baldassari, que promove as discussões a favor do bem e da justiça.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a oportunidade da manifestação.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PL – TO) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder do PFL, por cessão do Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ser muito breve, mas não poderia deixar de, nesta segunda-feira, apresentar um requerimento, uma solicitação e um pedido, para que se insiram nos Anais do Senado os termos do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, publicado na edição de ontem, domingo, dia 25 de março, sob o título “O que cresce é o governo”.

Senador Mão Santa, não sei se V. Ex^a leu o editorial do *Estadão* de ontem, 25 de março. Senador Mário Couto, ele tem um título singelo, muito simples: "O que cresce é o governo". Para se entender, é preciso ler o editorial, curto, interessante, substantivo, baseado em constatações feitas por dois economistas que reputo da melhor qualidade: o Dr. Affonso Celso Pastore, que é professor da USP, ex-presidente do Banco Central; e o Dr. Ilan Goldfajn, ex-diretor do Banco Central. Eles fazem, Senador João Ribeiro, Senador Tião Viana, observações sobre o recente anúncio do crescimento do PIB, feito por revisão do IBGE, evoluindo o crescimento do PIB para 3,2%; em vez de um pouco mais de 2%, 3,2%.

O Governo, curiosamente, guardou festejos de forma discreta. Creio que o Governo, em boa hora, deve ter percebido as entranhas daquela análise. Não há nenhuma crítica ao novo modelo, recomendado pela ONU, Organização das Nações Unidas, que indica novos parâmetros para o cálculo do Produto Interno Bruto dos países; e o IBGE, seguindo a nova cartilha, fez a correção do PIB do Brasil e chegou ao número 3,2. No entanto, chegou-se, com essa constatação, a conclusões perigosíssimas, Senador Mário Couto! Peço a transcrição desse editorial, porque ele é um alerta ao País.

Tenho morrido nesta tribuna de pedir pela remessa da reforma sindical, trabalhista, pela urgência na apreciação e votação na Câmara daquilo que votamos no Senado quanto à reforma política e à reforma tributária.

O que é apreciado no editorial? Primeiro de tudo, há uma constatação básica: a globalização da economia brasileira cresceu, de 1995 para 2006, de 14% para 21%. Em 1995, a economia brasileira se voltava à formação do mercado internacional. Na composição do PIB, representava 14%; o comércio exterior, as trocas, as exportações significavam 14% do PIB. Em 2006, com a nova metodologia e com os dados apurados, evoluímos de 14% para 21% – dado positivo, muito positivo, Senador Mão Santa, porque, no comércio internacional, quanto mais você exporta, mais você importa. Importar não é ruim, não. As importações trazem tecnologia, equipamentos modernos, estimulam a competição, dão à indústria brasileira, Senador Efraim Morais, condições de competitividade. O mercado externo oferece à economia interna equipamentos que produzem, pelo incremento de produtividade, a capacidade de oferta por preço menor. Quanto mais troca internacional, melhor para o

Brasil e para a sociedade. O crescimento de 14% para 21% é uma excelente notícia, e produziu, evidentemente, os seus efeitos sobre o crescimento do PIB. O crescimento do PIB foi, também e muito, decorrente do aumento do mercado internacional, do comércio internacional.

Vêm, então, as constatações perigosas. O crescimento do PIB, revisto pelo IBGE, pelos novos parâmetros, chegou a 3,2%, mesmo com o comércio internacional tendo crescido de 14% para 21%. Vêm, então, as constatações, as declarações, as frases assinadas, que estão contidas no editorial, de Affonso Celso Pastore e do Dr. Ilan Goldfajn.

Senador Mário Couto, a coisa mais perigosa que está contida no editorial e o fato mais perverso que extraio das análises feitas sobre o crescimento do PIB, revisto para 3,2%, é que o PIB do Brasil cresceu graças a gastos do Governo. A receita das exportações, o dinheiro de que o País passou a dispor, em vez de ser gasto em investimentos produtivos, em investimentos que dão sustentação ao crescimento da economia, foram jogados em gastos correntes da União.

Senador Mão Santa, Senador Cristovam Buarque, V. Ex^as sabem qual é o número? O número é perigoso: entre 1995 e 2006, o crescimento dos gastos correntes da União foi de 77%. O que é gasto corrente? É gasto com folha de pessoal, é gasto com despesas previdenciárias, é gasto com educação, com saúde, é gasto com o cartão corporativo, Senador Mão Santa, é gasto com diária de viagem da Funasa, gasto de má qualidade.

Entre 1995 e 2006, os gastos correntes da União cresceram 77%. Ou seja, o Governo apanhou uma receita que cresceu no País, decorrente inclusive do aumento de carga tributária, e, em vez de fazer investimentos e promover poupança, gastou. Os gastos correntes da União cresceram 77% entre 1995 e 2006. E para um crescimento de quanto? Não, mas o PIB pode ter crescido 77%! Entre 1995 e 2006, o PIB pode ter crescido 77%! Ficam elas por elas. O PIB cresceu 30%! E os gastos correntes do Governo cresceram 77%!

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, que é um expert em educação – sou seu admirador pelas teses aqui expostas –, haverá de concordar comigo no seguinte: apesar de a União ter gastado com educação e com saúde, será que recolhemos bons resultados no que diz respeito à melhoria de qualidade na educação que justifiquem esse aumento desmesurado nos gastos correntes? Senador Cristovam Buarque, será que

se justifica o aumento dos gastos correntes da União em 77% com a melhoria na qualidade de ensino do Brasil? Eu queria ter uma resposta de V. Ex^a.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, que é médico: será que a saúde do Brasil melhorou num padrão que justifique o crescimento dos gastos correntes em 77%, quando o PIB cresceu 30%? Será que melhorou a ponto de não nos preocuparmos com os dados que Pastore e o Dr. Ilan expõem em editorial – e fazem uma recomendação que, ao final, quero apresentar a esta Casa?

Ouço, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador José Agripino, fico satisfeito por ouvi-lo falar em algo que parece muito técnico, mas que é fundamental que o povo entenda. Na verdade, quando se aumentam gastos correntes, ou se melhora muito o resultado dos serviços ou o que se aumentou, de fato, foi a ineficiência. No caso dos serviços públicos brasileiros na área de educação, saúde e segurança, para citar três, não dá para dizer que melhorou a qualidade. Não dá para dizer isso, muito menos de forma proporcional ao aumento de 77% nos gastos correntes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Contra 30% do PIB.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Claro! Como proporção do PIB. Então, isso significa que se está gastando em setores que não dão resultados, ou que se está gastando em setores que dão resultado, mas de forma ineficiente. Creio que, no caso, em primeiro lugar, gasta-se em setores que não são eficientes sob o ponto de vista social; e, em segundo lugar, com ineficiências muito grandes, em serviços sociais. Por isso, insisto tanto que o problema maior da educação não é o dinheiro. A falta de recursos é, de fato, um problema, mas não se trata apenas de aumentar recursos, mas de aumentar a eficiência, de fazer com que o dinheiro que se gasta transforme-se nos neurônios das crianças, no caso da educação; que se transforme em saúde para as pessoas. Isso a gente não está vendo. O mais grave é que a gente não está vendo nada acenando para a melhoria desses serviços.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a, que cabe como uma luva dentro do meu raciocínio. V. Ex^a, com a clarividência que lhe é peculiar, aponta para a necessidade de aplicar recursos sim, mas para melhorar a eficiência e simplesmente por aplicar. Recurso aplicado por aplicar

é dinheiro jogado fora. Se é aplicado em setor inconveniente, aí é que é jogado fora mesmo. Se é dinheiro aplicado, e mal aplicado, em cartões corporativos, em diárias de viagens, em passagens aéreas, para não se recolherem resultados, é de se lamentar.

O pior, Senador Cristovam, é que o aumento do gasto público em um percentual de 77%, contra um aumento da riqueza do País, no mesmo período, de 30%, oferece um *gap* de 47%. Os gastos correntes da União cresceram muito mais do que o PIB. E o Governo gastou, se gastou, em setores onde não houve, pela não eficiência do Poder, melhoria na prestação do serviço de educação, de saúde, de segurança. Perdeu-se a rara oportunidade de pegar esse dinheiro, que foi mal gasto, e aplicar em investimentos que gerariam crescimento sustentado; ou reservá-lo para a poupança, para que, aí sim, de forma sustentada, o Brasil pudesse aplicar esses recursos de forma razoável, racional, pragmática e responsável.

Repto, Senador Cristovam: essas observações são da lavra de dois economistas que merecem o nosso respeito, são homens que estão acima de ideologia. Affonso Celso Pastore é uma espécie de Mário Henrique Simonsen de hoje; é um cidadão cuja opinião no campo da economia é ultra-respeitada, ele não tem viés ideológico, não tem *parti pris* político-partidário, ele tem interesse, como nós temos, no futuro do País, e está apontando para um dado perverso contido na revisão do IBGE quanto ao crescimento do PIB.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já lhe concedo o aparte, Senador Mão Santa. Só para completar.

O PIB cresceu por várias razões, muito pelo crescimento do mercado internacional – o comércio internacional cresceu, e a economia do Brasil também se globalizou –, mas isso aponta para um perigo: na medida em que a China diminua seu crescimento e a economia americana trave, o crescimento do PIB vai ser travado. E os gastos correntes que foram feitos são irrecuperáveis, não recuam. Não se estabeleceu um padrão de gasto, nunca vi um decreto contendo a previsão de despesas neste Governo, este Governo não recua. Então, Senador Mário Couto, corremos o risco de ver o crescimento do PIB diminuir, porque os mercados internacionais não vão ser para o resto da vida atrativos e abertos como são hoje. Se houver um recuo da China e do mercado americano, vamos travar ainda mais o crescimento do PIB. Acontece,

porém, que os gastos correntes são uma despesa permanente. O que acontecerá então? Aí é que não vai ter dinheiro para investimento, aí é que não vai ter poupança mesmo.

E o que se impõe? Aquilo que eu dizia no começo: as reformas que o Governo tem hesitado – não sei por que razão – em remeter ou em fazer aprovar. Remeter, cumprindo a palavra, e fazer aprovar, usando a folgada maioria que tem na Câmara dos Deputados, para aprovar o que bem quiser.

Ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a é um extraordinário Líder da necessária Oposição. Sem ela, não há democracia. Estamos aqui sempre repetindo o campeonato de riquezas do mundo, desde Adam Smith. Há esse campeonato todo ano e, ultimamente, o Brasil só não está em último lugar, porque tem o Haiti. O Ipea – e já fiz um pronunciamento sobre isto – lançou um trabalho sobre a eficiência nos gastos, em que o Brasil também está em penúltimo lugar. O Haiti foi melhor que o Brasil na eficiência dos gastos. Nós somente ganhamos da Colômbia – parece, Senador Mário Couto, que está todo mundo lá com maconha. Enfim, contraria-se uma verdade que hoje todo mundo aceita. Bill Clinton mandou estudar a democracia moderna e buscou os melhores técnicos: Ted Gaebler e David Osborne, que fizeram o livro *Reinventando o Governo*. Resumindo, eles disseram que o governo não pode ser grande demais, como está o do Brasil. Sendo grande demais – por exemplo, um transatlântico muito grande afunda, como o Titanic afundou –, o governo afunda. Ele tem de ser menor, ágil, versátil. Este Governo daqui cada vez está mais inchado. Os gastos são para ele mesmo; até apelidaram o PAC de “Programa de Ajuda a Companheiros”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mão Santa, obrigado por sua intervenção. V. Ex^a vai ver que tem razão ao ler o editorial de *O Estado de S.Paulo*. V. Ex^a deve ter visto no noticiário o Governo se vangloriando porque o Brasil ascendeu à 10^a posição no ranking mundial, tornando-se a 10^a economia do mundo.

Affonso Celso Pastore, na análise que fez em determinado instituto – cujo nome não me recordo agora, mas que promoveu um debate ou um encontro de idéias –, registrou uma frase, reproduzida no editorial, e que julgo perfeita, a respeito da ascensão à 10^a economia: “Descobrimos que estamos poupando menos e investimos menos. E ainda assim estamos

festejando porque ficamos mais ricos”. Ficamos mais ricos porque chegamos à 10^a economia, mas descobrimos, pela análise do crescimento do PIB pela nova metodologia, que estamos poupando menos e investindo menos. Gastamos, e gastamos mal, mais.

Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, solicito a inserção nos Anais do Senado desse editorial, como um alerta, porque V. Ex^a, como eu, somos do PFL e quem é do PFL briga com a faca na mão para evitar aumento de carga tributária. Quem gasta muito e gasta mal só tem um remédio para ter dinheiro para gastar. Como o crescimento da economia está vulnerável, porque em 21% depende do crescimento da economia internacional, do mercado internacional, se houver uma trava, para manter o nível de gastos, só há uma forma: aumentar ainda mais a carga tributária, que é o pior dos mundos. É o grande alerta deixado pelos economistas.

Como nós – nós, Governo do Brasil; nós, cara pálida? Eles – estamos gastando muito, não sobra dinheiro para investir, a menos que se aumente a carga tributária. E, para aumentar a carga tributária, com a 232 ou com a Emenda nº 3, vão nos encontrar pela frente. E, antes que seja tarde, vamos continuar exigindo aquilo que o México não conseguiu, mesmo tendo a economia americana como vizinha, alimentando o tempo todo. Mas, pelo fato de não ter feito as reformas estruturais, está parado, patinando num crescimento de 4%. Estamos em 3%.

Assim, antes que seja tarde, trago o meu alerta e a minha colocação pela necessidade das reformas. Este Governo quer nos iludir de PAC em PAC, de Infraero em Infraero, de apagão em apagão.

Queremos, Presidente Efraim, a remessa para este Congresso daquilo que Lula prometeu, que são a reforma sindical, a reforma trabalhista – reformas estruturantes que vão disciplinar a relação capital/trabalho – e a urgente aprovação da reforma política e da reforma tributária, para que o Brasil possa se modernizar e ter índices de crescimento confortáveis e confiáveis.

Encaminho a V. Ex^a os termos do editorial, para que ele signifique, nos Anais, um alerta do que está para acontecer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

O Estado de S. Paulo

O que cresce é o governo

Editorial

Há motivos para festejar o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro constatado pelo IBGE, que adotou nova metodologia para aferir as contas nacionais? Economistas que examinaram com atenção os novos números relativos ao desempenho da economia brasileira de 2002 em diante, como o professor da USP e ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore e o ex-diretor do BC Ilan Goldfajn, demonstram que não.

Eles não criticam a nova metodologia adotada pelo IBGE, que vem fazendo de maneira tecnicamente correta, como recomenda a ONU, a revisão periódica do sistema de contas nacionais, para adaptá-lo às mudanças que inevitavelmente ocorrem na economia. Mas os números divulgados na quarta-feira pelo IBGE mostram que a economia brasileira é maior do que se supunha por um motivo que não merece nenhuma comemoração. O que cresceu na aferição do PIB de acordo com a nova metodologia foi a participação dos gastos do governo.

O que ficou claro, segundo observou Pastore, durante debate realizado no Instituto Fernand Braudel, é que a diferença entre o PIB anterior e o revisado de acordo com a nova metodologia do IBGE está no consumo do governo. "É curioso, mas ficamos mais ricos porque descobrimos que o governo gasta mais", disse o economista, com ironia.

Revisões já feitas pelo IBGE na forma de aferição da produção industrial indicavam que, nesse setor, não haveria grandes diferenças com a adoção das novas regras para o cálculo do PIB. Diferenças poderiam surgir, como de fato surgiram, nas contas públicas.

A evolução dos gastos do governo nos últimos anos já apontava para o aumento do peso do setor público nas contas nacionais. As despesas governamentais crescem em ritmo mais intenso do que a produção de bens e serviços. Os gastos correntes da União - aqueles destinados ao custeio da máquina, ao pagamento do funcionalismo, aos benefícios previdenciários e outras despesas consideradas obrigatórias, como as de saúde, educação e seguro-desemprego - aumentaram 76,5% em valores reais, entre 1995 e 2006. Já o crescimento do PIB no período (antes da revisão feita pelo IBGE) não

chegou a 30%.

O peso das despesas correntes na produção nacional, obviamente, cresceu, tendo passado de (14,9%) em 1995 para 18,2% do PIB no ano passado (sempre de acordo com a metodologia antiga de aferição das contas nacionais).

Instituiu-se no Brasil um regime fiscal que produz um incontrolável crescimento contínuo das despesas correntes do setor público, em todos os níveis. Mudanças de governos, novas propostas ou visões dos governantes para políticas públicas são incapazes de alterar esse quadro, se não se proceder a uma profunda e rigorosa reforma fiscal. As despesas correntes cresceram nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, aumentaram no primeiro mandato de Lula e continuam a crescer. A contrapartida, para evitar o aumento do déficit público, cujos danos o País conheceu em outra época, é o aumento contínuo dos impostos.

O resultado, como apontou Affonso Pastore, é que o setor real da economia tem menos recursos para investir. "Descobrimos que estamos poupanco menos e investimos menos", disse. "E ainda assim estamos festejando porque ficamos mais ricos."

É mesmo um país estranho, diz o economista. Festeja o que não merece ser festejado e aceita com resignação que o governo cresça à sua custa, reduzindo-lhe a capacidade de crescer e de melhorar de vida. Pode até acabar recebendo algum reconhecimento internacional, por meio da obtenção do chamado investment grade que o habilitará a receber mais investimentos e a obter recursos no exterior com maior facilidade, mas, se o governo continuar a pesar desse modo sobre o setor produtivo, o crescimento continuará pífio. "Não sairá dos 4% (ao ano)", previu Ilan Goldfajn.

Segundo ele, viraríamos um novo México, que tem merecido o reconhecimento dos investidores estrangeiros, parece integrado à economia americana, mas cresce pouco, porque não conseguiu fazer as reformas necessárias, sobretudo para reduzir o peso do governo e ajustar o mercado de trabalho. Sérá decepcionante se isso ocorrer - mas não será surpreendente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. João Ribeiro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, sobre Líder, Senador José Agripino.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, V. Ex^a sabe que meu nome é Francisco de Assis Moraes Souza. Pelo parentesco...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – É um prazer ser um primo de V. Ex^a; o primo pobre.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas esse pobre vai dar mais cinco minutos de tempo, pelo parentesco, e fico, então, com vinte e cinco.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Efraim Moraes, Senadora Serys, PAC! Antes se falava muito em propaganda enganosa. Ouço a voz rouca da rua, e um cara diz: é “Programa de Ajuda a Companheiros”, mas acho que é publicidade aumentada e criminosa.

Professor Cristovam Buarque, o Piauí tem uma característica cultural muito forte. Basta dizer que o melhor jornalista da História deste País talvez tenha sido Carlos Castello Branco, o Castelinho, que tinha coluna no *Jornal do Brasil*, a coluna do Castelo. Por que eu falo sobre isso? Porque no regime de exceção da ditadura era o único que manifestava os anseios de liberdade do povo. Na ditadura, ele não se rendeu!

Professor Cristovam Buarque, entendo que o jornalista Zózimo Tavares simboliza Carlos Castello Branco. Ele é da Academia de Letras, é novo, é de rádio, jornal e televisão. Ele escreveu o compêndio *O Piauí no Século 20, 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000*. Na capa, temos o nosso Igaraçu, temos Petrônio Portella – ele que foi um ícone da redemocratização deste País, com a sua inteligência –, temos o Papa chegando ao Piauí, fatos antigos.

No item 94, ele diz: “O fenômeno Mão Santa”, mas não é isso que eu quero dizer, não estou aqui para fazer *marketing* a meu respeito. Senador Cristovam, eu quero é dizer o que o Piauí vem clamando por um século, Mário Couto, e isso por intermédio desse jornalista.

Presidente Lula da Silva, estão lhe enganando. Estão lhe enganando.

Estou fazendo um trabalho – e o Senador Mário Couto está me ajudando – de catalogar três obras federais inacabadas de cada Estado. Já está em anda-

mento. Nossa missão é de oposição: fiscalizar, reivindicar. Isso fortalece a democracia. Então, vou reivindicar pelo Piauí. Para não dizerem que o Mão Santa não gosta do PT, o que é uma verdade, Senadora Serys, digo que não estou na Oposição por ódio; estou por consciência, da mesma maneira que Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Ulysses e Brossard, do meu Partido. O Senador Mário Couto bateu, também vou bater aqui: a Oposição não pede licença para a Oposição. Mas, para dar exemplo, consultei o melhor que há no Piauí para ver essas obras inacabadas.

Atentai bem! “O Sonho Não Acabou”, escreve Zózimo Tavares. Esse é um jornalista puro, autêntico e irredento, como dizia Wall Ferraz, que não se rende, busca a verdade, Senador Mário Couto. O sonho não acabou. O porto marítimo de Luís Correia é uma obra centenária, até hoje inacabada”.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a é professor, sabe tudo – pelo menos, se não sabe tudo, é o que sabe mais entre nós. Isso já é alguma coisa.

Mas quero prestar uma homenagem à Paraíba. Epitácio Pessoa deve ter nascido lá, como João Pessoa. Também nasceu! O Estado já deu um Presidente, outro quase foi vice, mas deram um tiro nele, e o Senador Efraim pode vir a ser. Epitácio Pessoa decretou a construção do porto paraibano. Então, vamos aguardar V. Ex^a chegar à Presidência. Começou – atentai bem, Senador Mário Couto! –, com Epitácio Pessoa. Esse João Paulo Reis Velloso colocou dinheiro lá. São US\$90 milhões enterrados, faltam US\$10 milhões.

Votei no Lula na primeira vez, pensando: “O Governador é do PT, o Lula é do PT”. Que nada! O nosso Presidente foi lá, tomou um banho, que é bom mesmo, pois a água é *caliente*, é morninha. Mas a mídia não registrou o porto inacabado e não gravou a palavra de Lula da Silva, que ganhou lá, pois prometeu que ia fazer o porto. Levou o Alberto Silva, do meu Partido. Disse que ia fazer! Faltam US\$10 milhões.

Então, queremos pedir o porto de Luís Correia. As obras começaram com Epitácio Pessoa. Depois, João Paulo Reis Velloso, e um dos mais abnegados na luta pela construção do porto foi José Mariote Lima Rebelo. A obra está paralisada. Vim aqui pedir ao PT, ao Presidente, que a inclua no PAC. Essa é uma propaganda, uma publicidade aumentada e criminosa. Já temos as obras inacabadas. Faltam US\$10 milhões. Isso não é nada, o PT gasta em uma de suas irresponsabilidades, de que são useiros e vezeiros. O Senador José Agripino estava dizendo que nunca se cobrou tanto imposto, nunca se exportou tanto, nunca se fez tanto dinheiro. E não tem realização, só conversa.

Termine o porto de Luís Correia, Presidente Lula da Silva! V. Ex^a tomou banho lá, viu as pedras, falou, prometeu. Aprenda com Cafeteira! Eu era menino em

São Luiz e ele dizia: "Prometeu, cumpriu". Cafeteira tinha esse *slogan*. Viu, Senador Efraim? Se ele não terminar, vamos eleger outro paraibano para terminar o porto. Senador João Ribeiro, gravou o nome? V. Ex^a está no governo, vamos terminar o porto de Luís Correia!

José Alves de Abreu, Senador Cristovam – V. Ex^a está ligado com o mundo, desligue esse telefone. Interessante, Senador Efraim Morais, V. Ex^a que está atrás dessa mesa, medite. Nunca vi, já assisti de tudo. Entramos num cinema, num teatro, dizem: "Desligue o celular". Numa aula, num *show* para assistir ao Juca Chaves, dizem: "Favor desligar seu celular". Nunca vi, na TV Justiça – e falamos do Judiciário – qualquer um deles pegar o telefone. Temos de rever isso. Para telefonar, temos ali uma salinha tão boa, o Zezinho serve um sanduíche, um cafezinho, um *milkshake*. Liga lá e depois vem para o plenário.

Professor Cristovam Buarque, queremos terminar o porto de Luís Correia, que tem de estar no PAC. Como o Padre Antonio Vieira disse, um bem nunca vem só, é acompanhado de outro bem, e eu digo que um mal também. O porto não saiu e a ferrovia acabou-se.

O pior de tudo é que agora – a campanha foi em outubro – o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi lá e disse que iria reconstruir a estrada de ferro central do Piauí. Senador Efraim, apanhei muito de cinturão do meu pai. O Lula disse que o pai dele desapareceu, então talvez ele não tenha apanhado. Quando eu mentia, era cinturão. Não sei se o pai do Senador Cristovam também era assim. O meu fazia isso e eu lhe sou agradecido. E ele ainda dizia: "Quem mente rouba". O Presidente Lula foi lá, levou Alberto Silva, engenheiro ferroviário, que foi com toda pureza e com o ideal de lutar e de reivindicar. É o Presidente do nosso Partido, engenheiro ferroviário Alberto Silva. Ele me levou uma locomotiva a óleo quando era menino. Ele se entusiasmou: vamos construir! Senador Efraim, nenhum dormente foi trocado. E ele levou todos os votos.

Mas disse que ia fazer. O povo do Piauí é bom, acredita, não mente, é cristão. Acreditou! Quem está livre de ser enganado, Senador Efraim? Quem? O Presidente foi lá e disse, acompanhado do Alberto Silva, 88 anos: "Em 60 dias, estará recuperada". Não trocou um dormente, aqueles paus velhos. O Senador Efraim é engenheiro e entende bem, são ferros velhos enferrujados.

Senador Mário Couto, que país é este? Como se pode condenar essa violência? Tem violência maior do que a mentira? Mentir é roubar a verdade, é roubar a crença no próximo. Tudo começa com a mentira. Tudo! Mentir é roubar a verdade do outro. "Em 60 dias estará recuperada a estrada de ferro Parnaíba – Luís Correia".

Não colocou um dormente. "O sonho não acabou", Zózimo Tavares descreve no jornal.

E mais, Boa Esperança, Senador Cristovam Buarque. Senador Efraim, o PT fala dos militares, da ditadura. Estou é com saudades!

O Jarbas Passarinho era da época da ditadura, não é? É gente boa! Havia uns cabras gente boa! João Paulo dos Reis Velloso, Petrônio Portella, eles não mentiam, não.

Boa esperança é do Piauí e do Maranhão. Ó, Presidente Sarney, o rio nos separa ou nos une. Deu energia nos anos 70. O rio Parnaíba, que separa o Piauí do Maranhão, tem 1.458Km. Ele tinha navegabilidade. Olhem o livro do Zózimo: "A navegação do rio Parnaíba, até o final da primeira metade do século, tinha um tráfego intenso. Era um dos vapores que navegava. Companhia de Navegação a Vapor." – está aqui o Zózimo, que relata tudo.

Ó, Mário Couto, e o Governo da revolução fez; Castello Branco inaugurou a hidrelétrica de Boa Esperança, para dar luz para o Piauí e o Maranhão. Havia uma segunda fase, aclusa. Acabou com a hidrelétrica a navegabilidade do rio. A hidrovia, por que não se coloca no PAC esta obra inacabada, cuja primeira fase foi feita pelo engenheiro César Cals, que foi Governador do Ceará no Governo de Castello Branco, o Deputado Federal Milton Brandão, de Pedro II?

Terminando as eclusas, se isso for para o PAC, faltarão a hidrovia.

No Sul, estão fomentando as hidrovias, é um sonho, é mais barato. O transporte ferroviário ficou não na promessa, mas na mentira, porque disseram 60 dias, que já se passaram. Não é dizer que vão fazer. Eu gostei quando Mário Couto disse que logo é logo, não é para o ano, não é em 2050. É logo. Sessenta dias são sessenta dias. Foi por volta da campanha, deve ter sido agosto, setembro, e sessenta dias já passaram. Estamos com mais de seis meses e não foi colocado um dormente.

Dessas as obras nós não vamos abrir mão. Eu acho que um dos papéis fundamentais de um Senador da República é fazer leis boas e leis justas, mas fiscalizar o Governo e reivindicar pelo seu povo. E eu estou reivindicando aqui, fundamentado na nossa história.

O Epitácio Pessoa, da Paraíba, era idiota? Não era. Era respeitado pela História do Brasil. Ele começou, disseram que o projeto era viável, era necessário, planejou. O Lula foi lá e tomou banho e a fotografia saiu em todas as revistas, mas não foi para o lado do porto. Era a prova de que a obra está inacabada e de que ele mentiu.

Concedo um aparte a esse bravo Senador Mário Couto.

Estou esperando que V. Ex^a, Senador Efraim, me traga o nome das três maiores obras inacabadas mostrando que este Governo só está fazendo propaganda. Por que ele não acaba as obras que começou?

Eu governei o Estado do Piauí e terminei todas as obras que deixaram inacabadas. Esse é o papel do governante.

Com a palavra o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta tarde. Primeiro pelo interesse que V. Ex^a sempre demonstrou neste Parlamento em favor do povo do seu Estado e o sentimento que V. Ex^a tem de amor a sua Terra. Parabéns, Senador Mão Santa! V. Ex^a mostra as obras inacabadas do seu Estado. Com certeza, é aquilo que conversamos ainda há pouco. Se formos somar a cada Estado deste País as obras inacabadas, dará mais de 80. Era o cálculo que fazíamos, grosso modo, ainda há pouco. Mas como V. Ex^a se prontificou a fazer um levantamento dessas obras paralisadas, quero já informar três do Pará, que V. Ex^a pode anotar: as eclusas, semelhantes às eclusas que V. Ex^a citou no Piauí, sendo que as de lá são as de Tucuruí; a Transamazônica, uma rodovia tão importante, parada há tantos e tantos anos, clamando por asfaltamento; e a Santarém/Cuiabá. De cara, já estou citando três obras inacabadas no meu Estado. Se V. Ex^a fizer um levantamento, posso lhe assegurar com certeza que não serão 80, passará desse número, e muito mais. Essa é a grande preocupação, Mão Santa. Anunciam obras novas neste País pelo PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento, e temos de aplaudir.

E essas obras que estão inacabadas? Quando é que o Governo Federal vai se prontificar, levar a sério e acabar essas grandes obras que emperram o crescimento do Piauí, do Pará e de tantos e tantos outros Estados? Precisa-se levar isso a sério, Mão Santa. Por isso quero lhe parabenizar, mais uma vez, pelo seu pronunciamento. Parabéns.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a e sei que é muito mais.

Quis Deus que estivesse na Presidência o Senador Efraim Morais, para continuar o grande sonho de Epitácio Pessoa. Mas não foi ele. Aqui diz Zózimo, que é um intelectual, que Dom João VI demonstrou interesse pela construção. Quem deu o primeiro passo e colocou o material lá foi Epitácio Pessoa.

Deus escreve certo por linhas tortas. Quando comecei a governar o Piauí, recebi uma comissão de Senadores para ver as obras inacabadas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mão Santa, atendendo a solicitação de V. Ex^a, vou conceder a V. Ex^a mais cinco minutos para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em cinco minutos, só não dá para fazer o porto.

Senador Efraim Morais, eu governava o Piauí e recebi uma comissão de Senadores, para ver as obras inacabadas. Acho que este Senado nunca teve um Secretário tão atuante na Mesa Diretora como V. Ex^a, que tem dinamizado, pela sua profissão de engenheiro, que é ligado à obra, engenheiro que faz o progresso. V. Ex^a poderia pensar naquilo que já existiu neste Senado: uma comissão para fiscalizar todas as obras inacabadas. E surte efeito.

Quando eu era Governador do Estado do Piauí, no ano de 1995, recebi essa comissão e uma das obras, Senador João Ribeiro, era a ponte que liga Teresina à cidade de Timon. Estava assim há 20 anos; juntamos os governos, as prefeituras das cidades e, ela, hoje é a Praça da Amizade.

Senador Efraim Morais, seria boa hora V. Ex^a ver a viabilidade de uma comissão de Senadores para andar por este Brasil, como no passado já foi feito, e ver as obras inacabadas que ficarão paradas para satisfazer a vaidade do PAC.

O PAC, na voz do povo, Senador João Ribeiro, é o “programa de ajuda de companheiros”.

Para essas obras, já foram feitas outras licitações; eram outras construtoras, outros interesses! Os interesses agora são outros... Estão paralisando! Sei que são centenas de obras paralisadas. Entrarei com um documento após a Semana Santa, Senador João Ribeiro, listando as principais obras federais, de cada Estado, que estão paradas.

As minhas palavras foram uma homenagem a esse grande escritor, que é Zózimo Tavares. Tudo começa, Senador Efraim Morais, pela capacidade que têm os jornalistas, os escritores.

Hoje cedo, quando adentrava, Marco Maciel falava justamente com o Senador Cristovam Buarque sobre o dia 25 de março, o dia em que o povo do Ceará libertou, em 1884, os primeiros escravos do Brasil.

Eu dizia que tudo havia começado, Senador João Ribeiro, com uma escritora inglesa, de Londres, que escrevera *A Cabana do Pai Tomás*, cuja história chegou a ser radionovela e sensibilizou o mundo todo para o drama da escravatura.

Essas são as nossas palavras, e usarei todos os minutos que o Senador Efraim me proporcionou e todos os dias do meu mandato, outorgado pelo bravo povo do Piauí, para reivindicar de Sua Excelência o Presidente da República as obras inacabadas do Piauí.

Hoje, anotai: está escrito no próprio hino do Piauí, Antonio Carlos Magalhães, que a nossa capital foi criada por um baiano, Saraiva, que foi Primeiro-Ministro deste País.

Piauí, terra querida
Filha do sol do Equador
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

Na luta, teu filho é o primeiro que chega.
E, na bandeira da Paraíba, está escrito "nego".
Jamais poderemos negar o sonho do grande Presidente paraibano Epitácio Pessoa, que começou o porto do Piauí, prometido pelo Presidente Lula da Silva, e que ainda está inacabado.

Essa é a reivindicação do Piauí, confiando em Cristo, que diz: "Pedi e vos será dado".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador João Ribeiro. Em seguida, eu a concederei à nobre Senadora Serys Shhessarenko, como oradora inscrita, e, logo em seguida, também para uma comunicação inadiável, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Tem a palavra o Senador João Ribeiro, por cinco minutos, com a costumeira tolerância desta Presidência.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Muito obrigado, Sr. Presidente. Hoje, V. Ex^a está realmente mais tolerante que nos outros dias. Isso nos deixa muito felizes.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, há alguns dias, tive de ler uma nota e, hoje, novamente, venho ler uma nota esclarecedora a respeito de fatos publicados pela imprensa que envolvem ou tentam envolver o Senador Alfredo Nascimento.

A nota publicada pelo PR, cujo título é "A calúnia e a verdade", diz o seguinte:

O Partido da República repudia e esclarece as calúnias que foram publicadas por alguns órgãos de imprensa sobre o Senador Alfredo Nascimento, Presidente de Honra do PR.

CALÚNIA 1

O CNPJ da coligação eleitoral do candidato ao Senado pelo Estado do Amazonas, Alfredo Nascimento, nº 08.134.682/0001-37 seria falso.

A VERDADE

A Receita Federal informa que o CNPJ nº 08.134.682/0001-37 é, efetivamente, da campanha do Senador Alfredo Nascimento, conforme pode ser consultado no site da Receita Federal [está no site, é só confirmar].

CALÚNIA 2

A campanha do Senador Alfredo Nascimento teria pagado irregularmente a gasolina usada numa carreata na cidade de Manacapuru, no Estado do Amazonas.

A VERDADE

As despesas de compras da gasolina para a carreata na cidade de Manacapuru, adquiridas no Posto Pinheirinho, constam da prestação global de campanha que foi aprovada por unanimidade pelo TRE do Amazonas.

CALÚNIA 3

O Senador Alfredo Nascimento teria oferecido cargos e recursos orçamentários para cooptar parlamentares a entrar no Partido da República. O Deputado Márcio Junqueira (PFL/RR) foi citado como exemplo.

A VERDADE

O Senador Alfredo Nascimento jamais ofereceu cargos e recursos orçamentários para cooptar qualquer Parlamentar a entrar no PR. O Deputado Márcio Junqueira (PFL/RR) desmente a acusação em documento dirigido ao Professor Sergio Tamer, Presidente do Partido da República, que foi divulgado em nota oficial e que pode ser consultado no site do Partido da República.

CALÚNIA 4

As obras da Operação Tapa-Buraco teriam sido superfaturadas.

A VERDADE

O então Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, tomou as seguintes medidas para a execução da Operação Tapa-Buraco:

enviou carta ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria-Geral da União, pedindo fiscalização prévia e concomitante à execução das obras;

todas as despesas das obras só poderiam ser pagas depois de devidamente auditadas;

os orçamentos das obras teriam obrigatoriamente um desconto mínimo de 20% sobre os preços oficiais praticados.

O Senador Alfredo Nascimento entrou com um processo judicial, para que todos aqueles que o difamaram respondam na Justiça por sua calúnia.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que, lamentavelmente, neste nosso País, setores dos órgãos de comunicação não têm a menor preocupação em verificar qualquer tipo de denúncia e de calúnia para difamar um homem público da grandeza e da magnitude do Senador Alfredo Nascimento ou o cidadão Alfredo Nascimento.

Fugindo um pouco da nota do PR, quero dizer que, nesse fim de semana, li uma reportagem sobre a qual

conversei com um amigo. Disse-lhe que, na referida reportagem, li que o Senador Alfredo Nascimento teria sido borracheiro. Ora, Senador Mão Santa! Pensei: se o Senador Alfredo Nascimento foi borracheiro e se isso fosse demérito, como ficaria eu, que fui engraxate e vendedor de picolé, que trabalhei na roça, capinando arroz e fazendo colheita de milho e de feijão, na minha infância e na minha mocidade? Como eu poderia ser tratado, então?

As pessoas brincam muito, isentas de responsabilidade, na hora de fazer certos comentários, principalmente quando se trata de alguém que está em projeção nacional.

Tenho a certeza de que o Senador Alfredo Nascimento, pelos trabalhos que já prestou ao País, é pessoa íntegra. Lembro-me do cuidado que sempre teve como Ministro dos Transportes, de como foi e é exigente no trato da coisa pública. Hoje, conversando com ele, percebi sua indignação com tudo isso.

Fazem vários comentários, sem apresentar provas, documentos. Não há coisa alguma que possa produzir qualquer tipo de prova contra ele para denegrir sua imagem ou mesmo manchar sua honra como homem público. Não podemos permitir que isso continue a acontecer, Senadora Serys Slhessarenko.

É muito duro quando se atacam pessoas que não deveriam ser agredidas. A Senadora Serys sabe disso, porque já passou por isso. São tantos Senadores, tantos parlamentares, tantos homens públicos! Qual homem público que nunca teve um problema como esse, que nunca recebeu uma acusação leviana? Lamentavelmente, isso tem ocorrido.

Espero que essa nota seja esclarecedora. Pretendo encaminhá-la aos gabinetes dos 80 Senadores. Espero que a nota seja bastante esclarecedora, para que possamos pôr um ponto final em tudo isso, para que ele consiga, na Justiça, condenar essas pessoas que estão tentando manchar sua honra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Ribeiro.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por vinte minutos, com a costumeira tolerância desta Presidência.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Efraim Morais.

Senador João Ribeiro, não tenho dúvidas quando V. Ex^a diz que a injustiça é algo terrível, porque ela já pairou sobre minha pessoa. No entanto, uma semana após as eleições, tudo foi esclarecido; nada mais

existia contra mim; já havia, inclusive, depoimentos contrários, dizendo da minha inocência. Mas, enquanto estava disputando as eleições, tudo aquilo caiu sobre a minha cabeça.

Não me prontifico a falar sobre Alfredo Nascimento naquilo que não conheço de sua vida, mas quero dizer que, no tempo em que convivi com ele, como Ministro, ele sempre demonstrou lisura. Qualquer problema, ou alguma suspeita que pairava sobre a área dos transportes, imediatamente ele exigia que tudo fosse apurado, esclarecido. Disso não tenho qualquer dúvida. Durante o tempo em que convivi com o hoje Senador Alfredo Nascimento, então Ministro, não tenho dúvida da lisura de seus procedimentos.

Sr. Presidente, hoje abordarei a tão propalada questão do etanol, atualmente difundida em nosso País e no mundo inteiro. Porém, antes de tratar especificamente dessa questão, gostaria de ler um pequeno trecho de matéria relativa à visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Itália, Sr. Romano Prodi.

O presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) da Itália, Romano Prodi [hoje, em uma reunião na Fiesp], afirmou que seu país pretende investir 480 milhões de euros (cerca de R\$1,3 bilhão) em biodiesel brasileiro. Prodi esteve, nesta segunda-feira, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista, para firmar acordos nas áreas de comércio, investimentos, energia, ciência e tecnologia. Ele espera concluir o acordo amanhã, em visita ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o Primeiro-Ministro, a Itália quer construir quatro fábricas de biocombustível no País e tem a intenção de investir em etanol na África. Ele disse que um acordo será anunciado em breve entre a Petrobras e a italiana Eni, para produzir álcool combustível.

Ele falou ainda que há um compromisso da União Européia em atingir pelo menos 20% da energia gasta pelos países em energias renováveis. "Hoje a Itália está muito distante disso, daí o interesse em biocombustível e etanol", disse.

Prodi afirmou que a Itália hoje tem três prioridades: China, Índia e Brasil. Para ele, o País será uma das grandes potências, tanto na economia como na política, podendo se tornar "um dos árbitros das negociações comerciais no futuro".

Porém, o Primeiro-Ministro disse que considera que o fluxo de importações e exportações entre Brasil e Itália está muito aquém do que poderia estar. A Itália exporta US\$800 bi-

Ilhões, sendo somente 0,5% para o Brasil, que, por sua vez, reserva aos italianos 1% dos seus US\$250 bilhões de exportações anuais.

Romano Prodi também comentou que vê “com muito bons olhos” o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) brasileiro, por mostrar um “sinal de vitalidade do País e a oportunidade de criação de novas infra-estruturas”.

Sr. Presidente, vemos aí a busca do biocombustível por outros países. Em primeiro lugar, fomos visitados pelo presidente dos Estados Unidos; agora é a vez do Primeiro-Ministro italiano. Todos querendo buscar, em nosso País, etanol, álcool combustível, biodiesel, biocombustível. É isso o que ele está propondo.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na semana que passou, uma importante matéria do jornal de Mato Grosso, *Diário de Cuiabá*, bem produzida pelo jornalista Marcondes Maciel, relatou as expectativas apresentadas ao Brasil e ao mundo do “novo ouro” do campo.

Especula-se, Sr. Presidente sobre a criação de um organismo internacional nos moldes do que é a OPEP, para o setor do biocombustível. Pretende-se uma padronização internacional da produção de álcool entre os gigantes do setor, em nível mundial – como Brasil, Estados Unidos, Argentina, Caribe e África Central – e que poderá favorecer diretamente a Região Centro-Oeste e, particularmente, Mato Grosso, que receberia um *boom* de investimentos sem precedentes nos próximos anos.

A previsão é de que, no prazo de uma década, pelo menos 50 novas destilarias de álcool sejam instaladas na região, demandando investimentos da ordem de R\$15 bilhões e gerando cerca de 100 mil empregos diretos. Com isso, o setor assumiria também a liderança no ranking dos maiores contribuintes e geradores de empregos do Estado.

A nação com maior potencial é o Brasil, e, nesse particular, Mato Grosso desponta como “a menina dos olhos” dos investidores internacionais por dispor de uma maior quantidade de área pronta para o cultivo de cana-de-açúcar. Se bem explorada, a área de um milhão de hectares, atualmente disponível, seria suficiente para produzir anualmente dois milhões de toneladas de cana e seis bilhões de litros de álcool a cada safra. E isso, Sr. Presidente, sem abrir nenhuma nova frente, utilizando apenas aquelas áreas já abertas, evitando maiores impactos ambientais.

Quando falo em expectativa, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, refiro-me a nossa logística de transportes, que está totalmente despreparada para enfrentar, como desejamos todos, uma aceleração de crescimento.

No início deste mês, em Cuiabá, apresentei ao PT de Mato Grosso, em reunião do Diretório estadual, as obras do PAC para a Região Centro-Oeste. Diante das expectativas apresentadas, posso garantir que, se tudo que está no PAC se transformar em realidade, Mato Grosso dará retorno fantástico aos investimentos anunciados. Se as rodovias BR-163, 364, 158 e 242 – os chamados eixos estruturantes – se efetivarem; se a Ferronorte chegar, finalmente, a Cuiabá; se a ferrovia Norte-Sul ligar Mato Grosso a Belém do Pará e ao Maranhão; se nossas hidrovias funcionarem; se tivermos energia suficiente, não tenho dúvida, seremos os maiores fornecedores não só de biocombustível, mas de alimento ao restante do Planeta.

Até mesmo Bill Gates, da Microsoft, já manifestou interesse em investir na produção de álcool, pois, nos Estados Unidos, o custo para se produzir o etanol a partir do milho é quase 50% maior se comparado ao produzido no Brasil, a partir da cana de açúcar, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Para se ter uma idéia, em Mato Grosso já foram identificados 11 municípios com potencial para receber usinas de álcool, além de grandes áreas de pastagem que também seriam absorvidos pela cana.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a boa notícia tem de ser dada para todos, não só para alguns. Refiro-me aos trabalhadores. Aproxima-se o 1º de maio, e, mais uma vez, pelos quatro cantos do País, todos nós ouviremos ecoar o Grito dos Excluídos. Em Cuiabá, capital de Mato Grosso, como acontece sempre nesta data, haverá uma caminhada, saindo do Estádio do Verdinho, no CPA, no rumo do Jardim Vitória, um dos mais sofridos bairros da comunidade cuiabana, marcado por muitas e dolorosas carências.

Como preparação para o Grito dos Excluídos deste ano, a Secretaria do movimento realizou o seminário “A Expansão da Indústria da Cana na América Latina”, que veio levantar algumas preocupações neste momento em que ainda vivemos sob o impacto da visita do Presidente Bush e das novas perspectivas que o etanol e o biocombustível abrem para a economia de nosso País.

De acordo com os representantes de entidades e movimentos sociais do Brasil, Bolívia, Costa Rica, Colômbia, Guatemala e República Dominicana, reunidos no seminário sobre a expansão da indústria da cana na América Latina, o atual modelo de produção de bioenergia que se desenha em nosso País e em toda a América Latina corre o risco de ser sustentado nos mesmos elementos que sempre causaram a opressão de nossos povos: a apropriação de território, de bens naturais e de força de trabalho.

Decididamente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos permitir que se estabeleça uma nova

estrutura de dominação e de exploração desse porte. Para que isso não aconteça, é importante nos lembrarmos das lições que a história nos ensina.

Historicamente, a indústria da cana serviu de instrumento para a manutenção do colonialismo no Brasil e nos demais países da América Latina e a estruturação das classes dominantes, algumas que até hoje dominam extensões gigantescas de terra, o processo industrial e a comercialização. Esse setor se baseia no latifúndio, na superexploração do trabalho (inclusive do trabalho escravo) e na apropriação de recursos públicos. O setor se estruturou no monocultivo intensivo e extensivo, provocando a concentração da terra, da renda e do lucro.

A indústria da cana foi uma das principais atividades agrícolas desenvolvida nas colônias. Permitiu que setores que controlavam a produção e a comercialização conseguissem acumular capital e, com isso, contribuir para a estruturação do capitalismo na Europa. Na América Latina, a criação e o controle do Estado, desde o século XIX, continuaram a serviço dos interesses coloniais. Atualmente, o controle do Estado por esse setor é caracterizado pelo chamado “capitalismo burocrático”. A indústria da cana definiu a estruturação política dos Estados nacionais e das economias latino-americanas.

No Brasil, a partir dos anos 70, quando houve a chamada “crise” mundial do petróleo, a indústria da cana passa a produzir combustível, o que justificaria sua manutenção e expansão. O mesmo ocorre a partir de 2004, com o novo Pró-Álcool. Neste sentido, é muito importante que o Governo do Presidente Lula, atento ao clamor dos movimentos sociais, garanta a produção diversificada de biodiesel – de biocombustível, de modo geral – aos pequenos produtores, devendo mesmo fazer dos assentamentos agrícolas um espaço privilegiado desta produção. Não podemos também permitir que esta onda leve a monocultura da cana para dentro das áreas indígenas e para outros territórios de povos originários.

Não por acaso, em fevereiro deste ano de 2007, o Governo dos Estados Unidos anuncia seu interesse em estabelecer uma parceria com o Brasil para a produção de biocombustíveis, caracterizada como principal “eixo simbólico” na relação entre os dois países. O que se tem denunciado é que esta é claramente uma face da estratégia geopolítica dos Estados Unidos para enfraquecer a influência de países como Venezuela e Bolívia na região. Também justificaria a expansão de monocultivos da cana, soja e palma africana em todo território latino-americano.

Por outro lado, o Governo Lula, diante desta conjuntura econômica tão favorável aos combustíveis que somos capazes de retirar de nossas lavouras, não pode

deixar de se mobilizar para que este seja o momento de afirmação dos interesses das grandes massas que vivem e trabalham nos campos brasileiros, e também daqueles sem-terra que podem agora ter a definitiva oportunidade de se beneficiarem intensamente desse novo ciclo econômico, para superarem de vez o estado de carência em que têm vivido.

Por outro lado, acertadamente, como deseja o Governo do companheiro Lula, promete ampliar o rigor da fiscalização sobre o setor sucroalcooleiro. Para o Ministério do Trabalho, a expansão da produção de álcool pode levar a um crescimento dos casos de abuso contra a legislação trabalhista.

Sr. Presidente, estou confiante no avanço estratégico que representa o biocombustível, confiança reforçada após a defesa, bastante plausível, do respeitável economista Otaviano Canuto, do Banco Mundial. Para ele, com uma produção de etanol que cresce a passos largos, os Estados Unidos estão de olho na competitividade brasileira. Além de produzir álcool ao menor custo do mundo – o preço médio do litro no Brasil é de US\$0,22, contra US\$0,30 do combustível feito a partir do milho, nos Estados Unidos –, o Brasil domina a tecnologia dos motores *flexfuel* e, há décadas, adiciona uma mistura de até 25% do produto à gasolina.

Além de mais barato, o álcool de cana-de-açúcar brasileiro é mais produtivo e mais eficiente do ponto de vista energético. Para se ter uma idéia, a produção do álcool da cana-de-açúcar no Brasil não é poluente, não é subsidiada, não necessita de inseticidas ou de fertilizantes, e, quando necessita, do pouco que necessita, o vinhotto, seu subproduto, supre essa necessidade.

Discussão difícil também de ser levada adiante, no momento, diz respeito ao fato de não substituirmos as lavouras de alimentos pelas lavouras da cana. Não há necessidade de que isso aconteça. Com relação às terras para produzir a cana e, daí, termos o álcool combustível, asseguro que podemos continuar produzindo o açúcar. Após a produção do açúcar da cana, o que sobra é o melacho e o bagaço, que são transformados em biocombustível.

Srs. Senadores, diz-se que Deus é brasileiro. Com relação ao etanol, ao álcool biocombustível, parece que é brasileiro mesmo. A cana-de-açúcar faz uma grande diferença em relação a outras matérias-primas utilizadas na produção do etanol. No Brasil, a produtividade do cultivo é mais do que o dobro da americana. Nós produzimos 2.700 litros de etanol por acre de terra, contra 1.200 nos Estados Unidos. E o milho – os Estados Unidos produzem etanol do milho –, para ser transformado em etanol, usa combustível fóssil (ou seja, poluente) numa de suas etapas de produção. No caso da cana-de-açúcar, isso não é necessário.

O resultado é que o etanol produzido de milho só gera 25% a mais de energia do que consome. Na cana-de-açúcar – pasmem –, essa eficiência é de 830%. Repito: o etanol de milho só gera de 20% a 25% de energia a mais do que gasta para ser produzido, enquanto ainda usa poluentes no seu fabrico.

O Diretor Executivo, Sr. Canuto, que recentemente apresentou um estudo sobre biocombustíveis no *Council of the Americas*, explica que os Estados Unidos, até então, associavam segurança energética a auto-suficiência. Isso justificaria as práticas defensivas no comércio, como as tarifas de importação de álcool. A recente aproximação com o Brasil seria resultado de uma nova visão. Os americanos estariam percebendo segurança como diversidade de fontes de energia e de países supridores. Para nações pobres, como as da América Central, argumenta Canuto, o etanol aparece como uma oportunidade de desenvolvimento.

Oxalá ele esteja certo e possamos garantir a nosso País e a seu povo dias melhores. Mesmo diante dessas perspectivas otimistas, deveremos estar atentos para denunciar e combater o modelo agrícola baseado no monocultivo concentrador de terra e renda, destruidor do meio ambiente, responsável pelo trabalho escravo e pela superexploração da mão-de-obra.

Sr. Presidente, precisamos estar atentos. O desafio maior será garantir a expansão da produção de biocombustíveis, sem que isso agrave a situação de fome no Brasil e no mundo.

Precisamos, sim, ter o combustível alternativo, o combustível verde, os chamados combustíveis renováveis. O combustível verde é necessário para que a vida no Planeta permaneça. Mas não podemos, agora, pensar somente no combustível alternativo e deixar a produção de alimentos de lado. É possível, sim, basta que a responsabilidade de todos os países do Planeta seja diferenciada. Aqueles que já destruíram o meio ambiente têm de estabelecer a troca com aqueles que têm o que preservar – e estes devem preservar –, especialmente por meio de tecnologia. Nós podemos produzir etanol, combustível verde, para exportar para muitos países, a fim de que se preserve a vida no Planeta, mas precisamos de auxílio de outros países, especialmente na área de tecnologia, para a produção de alimentos.

E a responsabilidade diferenciada se faz necessária para os chamados grandes economicamente, como os membros do G-8; para aqueles que, como nós, que participamos do G8+5, estamos em desenvolvimento; e para aqueles que ainda estão em fase de subdesenvolvimento. Há necessidade de que cada um dê sua contribuição decisiva, determinada, com ações absolutamente concretas, para que possamos superar toda essa problemática de destruição, de

aquecimento global, de efeito estufa etc. Já sofremos os efeitos das mudanças climáticas e, talvez em dez anos, já não tenhamos mais condições de recuperar o tempo perdido.

Que estejamos alertas! Que o nosso Governo negocie, discuta políticas e acordos sobre etanol com Bush, com Prodi e com tantos outros, com o Planeta inteiro!

Sabemos da responsabilidade e da seriedade do Presidente Lula e da Ministra Marina Silva no tratamento da questão ambiental, por conseguinte temos condições, sim, de produzir etanol, álcool, biocombustível, combustíveis alternativos – e lembro que o HBio já está sendo produzido também.

Tudo é possível, mas prestando-se muita atenção, em primeiro lugar, na preservação da vida. Se isso, por um lado, significa preservação do meio ambiente por meio do uso de combustíveis alternativos; de outro, significa também que o nosso Governo, de forma determinada, deve negociar com outros países buscando a igualdade nas relações comerciais.

Temos condições de oferecer etanol, por exemplo, mas queremos algo em troca, e aí vem a questão da tecnologia, especialmente, como já disse aqui, para a produção de alimentos.

Obrigada, Sr. Presidente, pelos cinco minutos a mais que me foram concedidos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– V. Ex^a merece, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a costumeira tolerância desta Mesa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, ninguém mais do que eu tem prestigiado os tribunais superiores do Brasil. Não digo a Justiça, porque, infelizmente, em vários Estados do País, essa continua a agir, muitas vezes propositadamente, com improbidade.

Já fiz depoimento, inclusive, sobre o Conselho Nacional de Justiça, que trabalha, mas é lento. Temos de dar-lhe mais força, para que produza mais. Ele não produz. Era esperança do povo brasileiro que o Conselho de Justiça viesse consertar muitos dos erros dos tribunais do País. Sempre fiz ressalva em relação aos tribunais superiores.

Hoje, Sr. Presidente, venho a esta tribuna, baseado no que li ontem e que considero um escândalo sem limite. Muitas vezes, somos aqui atingidos por membros de tribunal superior. Alguns respondem, outras vezes não convém responder.

Mas o Tribunal Superior Eleitoral não tem o direito de afrontar o País com uma sede em que gastará R\$335

milhões. Vejam o escândalo que é essa sede! Um belo monumento de Niemeyer, muito bem! Mas muito caro para uma Justiça precária como a brasileira.

O Ministro Marco Aurélio Mello, homem de bem e sério, disse que já encontrou em curso esse projeto, mas S. Ex^a deveria paralisá-lo, até para ser coerente com as críticas que algumas vezes tem feito ao Legislativo, muitas delas até com razão. Mas declarar que essa sede é para as diplomações de Presidente, ocasião em que comparecem muitas autoridades, que não têm lugar para ficar?! É inacreditável! A diplomação do Presidente é um ato de rotina na vida eleitoral do País; a sua posse, isso sim, é no Congresso Nacional.

E cheira também – perdoem-me – a marmelada a firma vencedora chegar bem pertinho dos R\$330 milhões pedidos no edital. A outra chega um pouquinho mais. Mas se faz um consórcio. Estou à vontade porque, nesse consórcio vencedor, está a OAS, tão citada aqui, há algum tempo, contra mim. Hoje, ela realmente é a menina dos olhos de todo o PT brasileiro. Vejam a gravidade.

Sr. Presidente, se isso fosse feito no Legislativo, seria tido como escândalo nacional para paralisar as nossas atividades. *O Globo* mostra que é mais caro que a sede do STJ e do Tribunal Superior do Trabalho.

O STJ tem 33 Ministros. Devo dizer que, nem nos Estados Unidos, encontrei prédio semelhante à grandeza da sede do STJ. Para se andar ali, devia haver até um automóvel interno, tão grande e tão belo é seu salão.

Aqui diz que o TST tem 19, mas são 27 Ministros. Isso é inacreditável! E custou mais caro e custa mais caro o metro quadrado do Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, apelo ao Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon é sempre o homem que vê essas coisas e tem coragem de fazer afirmações.

Veja, Sr. Presidente, isso não pode continuar. O Ministro Marco Aurélio e seus seis companheiros do Tribunal Superior Eleitoral merecem o meu respeito. Todos eles. Mas esse absurdo dessa sede de R\$335 milhões não pode contar com o apoio de ninguém. É muito justo que o Governo, nesse assunto, faça também o contingenciamento dessa verba. É injusto o contingenciamento para a saúde; é injusto o contingenciamento para a educação. No entanto, para uma obra faraônica deve haver contingenciamento.

Perdoe-me o Ministro Marco Aurélio – renovo meu apreço por ele – mas não posso aceitar que ele, na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, faça um monumento digno de faraós, ele que é tão simples, tão digno e tão correto.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon; depois, concederei um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu também tinha um recorte, que deve ser igual ao de V. Ex^a, e pensava ocupar a tribuna. E V. Ex^a, como sempre, em assuntos importantes, tem a visão de tratá-lo de imediato. Eu também me surpreendi, até porque, da maneira como foi colocada a matéria, dá a entender uma certa vaidade de que esse vai ser o mais bonito de todos. O maior e o mais bonito. Se repararmos, ainda não foi feito no mundo, mas se fizerem um levantamento dos tribunais superiores, não sei se há algum país que ganhe de nós. Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem a mais absoluta razão.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Se fizerem um levantamento do que foi gasto em obras de tribunais superiores, não sei se existe algum país que ganhe de nós. Vejo coisas, por exemplo: o prédio da Procuradoria-Geral era um prédio antigo sim, mas, em uma cidade como Brasília, o que é antigo? E está lá um belo, um enorme prédio; fizeram um prédio espetacular. Aí veio o Tribunal Superior de Justiça e quis fazer um mais bonito. Daí veio o Tribunal de Contas e fez outro mais bonito. E agora vem o Tribunal Superior Eleitoral. Acho o Ministro Marco Aurélio uma pessoa sensacional, pela sua autoridade, sua competência, pela coragem dele de se manifestar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Verdade!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Também, como V. Ex^a, tenho profunda admiração por ele. Mas ele está fechando o cerco, porque era o último tribunal superior que faltava. Agora, ele fecha. E nós podemos colocá-lo como ponto turístico de Brasília – claro que eles vão nos responder: e também o Congresso Nacional. E também o Congresso Nacional, mas pelo menos foi uma vez só, só há um Congresso Nacional, não dez, e Câmara e Senado estão no mesmo prédio. Olhem que será um ponto turístico a ser visitado por quem vem ao Brasil, assim como o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar – uma belíssima sede! Eu não sei, sinceramente, eu não sei. Fico a me perguntar, porque eu sempre tive muito respeito,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...até porque, no meu Estado, no Rio Grande do Sul, no Judiciário, temos uma tradição de credibilidade, porque, modéstia à parte, são pessoas de seriedade. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul impõe respeito ao Brasil. Fico a me perguntar sobre essa discussão que está havendo em torno de qual é o prédio mais bonito e em torno de quem ganha o salário mais alto, numa hora em que estamos vivendo uma crise dolorosa e

cruel! É uma crise de ética, de moral, de dignidade, de seriedade! Na hora em que estamos ganhando aqui líquidos R\$8 mil – alguns querem ganhar R\$20 mil e outros querem ficar nos R\$8 mil –, outros já estão com R\$25 mil ou R\$ 24 mil ou não sei o quê. Eu não sei. Sinceramente, acho que está faltando alguma coisa que nos leve – nós, Parlamentares – e, infelizmente, também os Ministros para o chão, a fim de olharmos para trás e vermos o povão que está atrás de nós. Por exemplo, sou contra: agora, falam em fazer um novo anexo do Senado Federal. Para que novo anexo do Senado Federal? Para quê? Para fazer o quê? Anos atrás, pedi autorização para fazer uma capelinha em um canto. A resposta que eu recebi: "Fique tranquilo. V. Ex^a vai ter um local especial no novo anexo que vai ser construído". Eu mandei um ofício respondendo: "Muito obrigado, não quero". Se é para a minha capelinha, retiro. E ela foi construída aqui no cantinho, na escada, e está muito bonita, embora pequena, 4m². Isso apenas para dizer que nós tomamos essa decisão conosco e com os outros. Quanto àquela manchete de jornal, alguns Ministros devem ter visto até com um pouquinho de vaidade, mas outros e eu vimos com mágoa e ressentimento. O jornal traz uma fotografia dos prédios: o que era mais bonito, o preço, os metros quadrados, mostrando que realmente... Se o senhor reparar em Brasília, o que temos de obra nova? O Governo do Distrito Federal fez aquele bolão redondo que parece ser museu ou coisa que o valha, ou biblioteca. Não me lembro de mais nada exceto os tribunais superiores. A OAB fez uma sede. Quanto a obras públicas, só temos os tribunais superiores: todos novos, um mais espetacular do que o outro. Não fica bem. Ficaria muito bacana que o Ministro Marco Aurélio não digo suspensasse, não digo anulasse, mas transferisse, deixasse para mais adiante, decidisse construí-lo daqui a dois anos. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Quando o chamei ao debate, eu o fiz porque conhecia seu pensamento, que quase sempre coincide com o meu, em defesa do interesse público. V. Ex^a se coloca muito bem, e afirmo desta tribuna que não há Tribunal Superior Eleitoral no mundo que possa se parecer com este, que é do Oscar Niemeyer, mas que é um absurdo num país como o Brasil, vivendo os problemas educacionais e os de saúde que estamos atravessando.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, quanto ao Marco Aurélio, penso que todo o Brasil é encantado com a sua postura. Não sei a origem, de quem foi a inspiração desse projeto, mas quero passar um testemunho, pois estamos aqui para ser pais da Pátria – só tem esse sentido. V. Ex^a é

orgulhoso de Rui Barbosa, e eu sou de Evandro Lins e Silva. Evandro Lins e Silva nasceu na Ilha de Santa Isabel. Quando Governador do Estado do Piauí, criei uma faculdade de Direito na minha cidade e fui convidado pelos estudantes para ser o paraninfo. Não aceitei, dizendo que paraninfo é uma pessoa muito mais importante. Convidei Evandro Lins e Silva, que já estava velhinho, como Rui Barbosa, que, quando estava velhinho, foi convidado para ser paraninfo e fez a *Oração aos Moços*. Foi difícil, mas eu o motivei, porque era na cidade dele e era a primeira turma. Ele aceitou. Senador Antonio Carlos, eu disse que faria publicar um livro com a cooperação do jornalista Zózimo Tavares, semelhante à *Oração aos Moços*. Depois, voulhe oferecer. Mas ele esteve na minha casa simples, de praia, comigo e a Adalgisa. Hospedando-o, nunca esqueço quando ele recordava que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal. Disse-me: "Governador Mão Santa, era uma mesinha de madeira, e eu resolvia os problemas". Eu vi Miguel Arraes agradecer a passagem e a força daquele homem que o tirou da ilha de Fernando de Noronha. Ele me contou isso e dizia que o poder do juiz é uma autoridade; é um poder moral. Embora Aristóteles tenha dito que a coroa da Justiça esteja mais alta do que a dos santos e brilhe mais do que o rei, eu acho que o brilho da Justiça não está no prédio. Está, como disse Evandro Lins e Silva, no valor moral de cada juiz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Nós, que acompanhamos a Justiça há tanto tempo – o Supremo principalmente –, não podemos deixar de sempre louvar figuras como Prado Kelly, Evandro Lins e Silva, Hahne-mann Guimarães, Victor Nunes Leal, o grande homem das súmulas do Supremo.

Ora, Srs. Senadores, mais do que nunca, para defender a ética e a correção do gasto público, temos de fazer justiça, condenando aquilo que merece ser condenado, como é o caso desse Tribunal Superior Eleitoral, e aplaudindo os atos dos tribunais quando atendem ao interesse público e aos interesses da Nação.

É isto que faço neste instante, um apelo ao Ministro Marco Aurélio: Ministro, reveja essa situação; cresça ainda mais aos olhos do País, pela sua figura de jurista e, sobretudo, de um grande homem público.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Blo-co/PT – MT) – Com a palavra, de acordo com a inscrição, o Senador Efraim Morais, por 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Srs e Srs. Senadores, senhoras, senhores e companheiros que nos escutam e nos vêem por meio do sistema de comunicação desta Casa, TV Senado, Rádio Senado, observamos no final da semana que passou a comemoração da base do Governo, na Câmara dos Deputados, porque tinha evitado a instalação da CPI do apagão aéreo.

Senador Mão Santa, era como se eles tivessem ganhado uma guerra, guerra essa que a base do Governo ganhou, e a sociedade, o povo brasileiro, perdeu. Veio o fim de semana, quando vimos a crise voltar aos aeroportos, bem como o aumento das denúncias contra a Infraero.

Para que se tenha uma idéia, se olharmos os jornais de hoje ou as revistas do fim de semana, temos, por exemplo, o colunista Rubem Azevedo Lima, que, em parte do seu artigo intitulado "O caos chamado Brasil", diz:

Mais um título para comemorar: éramos o país inventor do avião e somos, hoje, o do governo que inventou o apagão de aviões. Tal conquista coincide com o congestionamento do espaço aéreo nacional, pelas cabeças de brasileiros perplexos no ar, sem entenderem esse caos nem a violência em suas cidades, os políticos e magistrados insensíveis, além da discordância espantosa entre palavras e atos dos governantes.

Solicito a V. Ex^a, Sr^a Presidente, que determine a transcrição nos Anais da Casa deste artigo, "O caos chamado Brasil", de Rubem Azevedo Lima, publicado no **Correio Braziliense**.

Por outro lado, a revista **IstoÉ**, tanto na sua capa quanto em matéria interna, diz : "Por dentro da caixapreta da Infraero". A reportagem de mais de quatro páginas comenta os desvios de recursos da Infraero.

Enquanto isso, nos aeroportos, não se podem fazer investimentos para garantir a segurança dos aviões e dos que neles voam.

Passo a ler parte da matéria de Hugo Marques e Hugo Studart:

Um edifício em forma de caixote na zona central de Brasília de repente virou foco de atenção da República. Ali funciona a sede da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, Infraero, estatal que administra os 67 aeroportos brasileiros. De uns dias para cá, os funcionários da Infraero, outrora pacatos como servidores públicos, entraram em *stress*. Isso porque perto dali, no Congresso Nacional, os partidos de oposição resolveram lutar para criar

uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI do Apagão Aéreo. O alvo visado...

Por se tratar dessa CPI, Sr^a e Srs Senadores, devo dizer que está garantido pela Constituição o direito das minorias. E quem não se lembra da CPI dos Bingos? Muita gente não conseguiu esquecer-la ainda. Quando conseguimos mais de um terço das assinaturas que garantem a abertura da CPI, porque é garantido pela nossa Constituição o direito das minorias, nesta Casa não quiseram implantá-la. Foi preciso que recorrêssemos ao Supremo, e o Supremo determinou que aqui se fizesse a CPI dos Bingos – depois batizada pelos governistas e pela imprensa de CPI do Fim do Mundo. O fato, porém, é que ainda hoje o Ministério Público está indiciando pessoas que foram denunciadas em decorrência do trabalho desenvolvido aqui pelos Senadores e Senadoras na comissão que tive a honra de presidir.

Pois bem, esta matéria que aqui consta fala em licitações, fala em bilhões de reais. Talvez seja por isso, Senador Antonio Carlos Magalhães, que não se queira, de forma alguma, investigar o que está acontecendo nos aeroportos, o apagão aéreo.

Para surpresa nossa, vem uma matéria, ainda no **Correio Braziliense**, que diz:

Segurança de vôo. Ministro da Defesa [conterrâneo de V. Ex^a, o Ministro Waldir Pires] quer a demissão dos responsáveis por problemas técnicos em Cumbica (SP), que levaram ao fechamento da pista.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É o pedido de demissão dele!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Segundo o Senador Antonio Carlos Magalhães, é o pedido de demissão do próprio Ministro. E a manchete diz: "À procura dos culpados". Interessante a matéria, Senador Antonio Carlos Magalhães, e vou ler um trecho dela. Talvez nem precisasse, todos já a leram, mas nunca é demais repetir:

As sucessivas panes em equipamentos nos sistemas de controle de vôos nos principais aeroportos do país levaram ontem o ministro da Defesa, Waldir Pires, a pedir a demissão [não do Ministro] dos responsáveis pelo fechamento, neste fim de semana, do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP). Por dois dias consecutivos, os poucos e decolagens foram suspensos devido a um intenso nevoeiro.

Portanto, o culpado pode ser achado facilmente: é São Pedro! Vamos pedir a demissão de São Pedro, já que, por causa do nevoeiro, vôos deixaram de acontecer.

Na realidade, o que se diz aqui é o seguinte:

O problema foi provocado porque o sistema ILS Cat2, que orienta os pilotos a voa-

rem quando a visibilidade está comprometida, não estava em funcionamento. Sem a máquina, Cumbica teve que ser fechado por cinco horas, no sábado e, ontem, por três horas. A paralisação atrasou 102 vôos.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a explicação é clara: faltam investimentos em equipamentos. Agora, o que ameaça o Ministro, para tentar dar uma satisfação à sociedade, é demitir funcionários que estão trabalhando sem condições. O que faz o Governo? O que faz o novo Governo? Une-se com vários partidos que chama de Base Aliada – são mais de 350 deputados federais que têm como objetivo evitar o trabalho da oposição de fiscalizar.

Pode-se falar em descaso da Infraero? Tenho um caso dentro de casa, se é que posso assim dizer, que responde essa questão. Há mais de quatro anos, Senador Adelmir, no aeroporto Castro Pinto, na capital da Paraíba, arrasta-se uma reforma que é mínima. Quatro anos, e quem desce hoje na capital da Paraíba decepciona-se com o aeroporto.

Senadora Serys, nós, que muitas vezes acompanhamos companheiros Senadores, turistas e amigos, nos sentimos até envergonhados pelo quadro que se vê na chegada em João Pessoa: um aeroporto de péssima qualidade, um aeroporto que envergonha não só os paraibanos, mas, principalmente, a Infraero. Não vou nem compará-lo com a rodoviária da capital do meu Estado! É uma obra que se arrasta por quatro anos...

Enquanto isso, está aqui a denúncia que foi feita contra os empresários paulistas Michel Farah e Ettore Ferdinando Casoria, que:

(...) formam uma dupla de muita sorte nos negócios. Eles ganharam o equivalente a uma mega-sena acumulada no valor de R\$26,8 milhões em apenas um contrato e sem passar pelo desconfortável radar da concorrência pública, como exige a lei de licitações criada para interceptar privilégios em contratos e compras no serviço público. No final de 2003, a Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária), subordinada ao Ministério da Defesa, embarcou os dois em um contrato de primeira classe. A empresa da dupla, a FS3 Comunicações e Sistemas, recebeu a missão de [atentai bem, atentai bem, Senador Mão Santa] “gerenciamento de disponibilidade e comercialização de espaços publicitários aeroportuários.

Traduzindo, a FS3 vai desenvolver um programa de computador para vender publicidade à iniciativa privada nos 17 mil pontos de propaganda espalhados

pelos 65 aeroportos brasileiros administrados pela Infraero e por onde transitam anualmente 72 milhões de passageiros.

O que isso significa? Existem lá os locais, Senador Antonio Carlos Magalhães, para se colocar propagandas nos aeroportos. E o contrato, Senador Pedro Simon, é de R\$26,8 milhões só para o computador indicar onde a propaganda pode ser feita.

No fim da reportagem, diz-se ainda que essa empresa teria mais 25% de cada contrato que fosse fechado. É por isso que está faltando dinheiro para a compra de equipamentos, é por isso que os pequenos aeroportos estão todos, todos, em estado de calamidade, principalmente o da minha Paraíba.

E lamentável a situação em nosso aeroporto, faz pena. É por isso que, quando sevê matérias dessa natureza, não dá para se calar. Por que não se terminam os aeroportos? Por que não se oferece melhor estrutura nos aeroportos, principalmente nos pequenos? Por que não se investe em equipamentos para se garantir a segurança do cidadão que está pagando os seus impostos, que paga a sua passagem?

Não prefere o Ministro, conterrâneo do Senador Antonio Carlos Magalhães, dizer que vai à procura dos culpados. Sinceramente, entendo que já foram longe demais, que já brincaram demais com o povo brasileiro e conosco, que, todos os finais de semana, todas as semanas, deslocamo-nos para nossos Estados de origem ou para outros lugares em outras missões.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vou aguardar, porque confio na Justiça. Da mesma forma que o Supremo Tribunal Federal determinou que esta Casa instalasse a CPI dos Bingos, não tenho a menor dúvida de que uma providência será tomada nesse caso também.

Tenho acompanhado de perto o trabalho dos Srs. Deputados Federais da Oposição, primeiro na Comissão de Justiça, depois em plenário: estão obstruindo os trabalhos naquela Casa, para que não seja instalada essa CPI. Se assim acontecer, não restará alternativa para nós, Senadores da República, senão a de pegarmos as assinaturas e a de instarmos essa CPI aqui, no Senado.

Escuto o Senador Pedro Simon e, em seguida, o Senador Mão Santa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a traz a esta Casa fato que foi um dos momentos mais tristes do Senado Federal. Na verdade, assinaturas apostas – bem mais do que um terço –, foi o documento à mão do Presidente, que o despachou aos Líderes, para que indicassem os nomes. Os Líderes não os indicaram. Fomos à presença do Presidente, argumentando que a tradição, nos Regimentos das Casas, da Câmara e do Senado, é a de que, se os Líderes não indicam os

nomes, cabe ao Presidente indicá-los. O Presidente disse que não os indicava, e os Líderes deram uma nota – PMDB, PT, não sei quem mais –, dizendo, pura e simplesmente, isto: nesta Casa, só sai CPI quando a maioria o quiser. Nunca vi isso. Não me lembro, nem na ditadura, nos atos institucionais, de nenhum ato com essa estupidez. Baixaram atos, cassaram, prenderam, fizeram mil coisas – é claro que os generais da ditadura cassavam quando queriam –, mas nunca disseram “quando quisermos, vamos cassar”, pois isso estava implícito. Com base nesse documento, fomos ao Supremo, o Senador Jefferson Péres e eu. Lamentavelmente, o Supremo levou muito tempo, mais de um ano – um ano e sete meses –, mas deu uma decisão histórica. Por dez votos a um, disse o que tinha de dizer: constitua-se imediatamente a Comissão! Quando mandou constituir a Comissão, já não era uma, mas quatro Comissões. Constituíram-se quatro Comissões, porque os fatos tinham se multiplicado. E aí foi o debacle do Governo do Sr. Lula no que tange à parte ética do seu Governo. Achávamos nós que o novo Governo ia ser diferente. Todos nós estamos aqui na expectativa, e há até um entendimento, a sociedade olha para o Governo no sentido de achar que este Governo vai ser diferente. Para ser diferente, existem algumas marcas que têm de ser dadas, e o respeito à CPI é uma delas. A CPI é o exemplo mundial que demonstra se um país tem um congresso democrático ou não. Em muitos países, não há CPI. Não há CPI na Rússia, não há CPI na China, não há CPI em uma série de países. Mas a Câmara, de certa forma, foi além do Senado. A CPI, na Câmara, foi constituída, foi determinada, mas entraram com um requerimento no plenário da Câmara e o aprovaram, suspendendo a CPI. Mas a CPI é um direito da minoria; um terço de Parlamentares pode constituir uma CPI. Como é que vem a maioria, no plenário, e diz que ela não pode ser constituída? Não é problema de maioria, repito, é um problema de minoria. A maioria do Plenário, a maioria do Governo pode impedir a instalação, pode boicotar, pode indicar os nomes, pode fazer o que quiser para evitar, complicar, esvaziar a CPI, mas não se pode votar no plenário um requerimento que diz que não vai haver CPI. No entanto, fizeram isso. No entanto, fizeram isso. O que dói é que é o primeiro ato que marca o segundo Governo do Presidente Lula. Quer dizer, o segundo Governo do Presidente Lula, que esperávamos que viesse diferente, vem com essa marca. Isso é muito triste, porque demonstra o caminho que vai seguir. Isso demonstra o caminho que vai seguir! Esse problema dos apagões está fazendo com que o Brasil caia no ridículo internacional. Por que, somente no Brasil, acontecem essas coisas? Além disso, isso começa a aparecer. O Governo não deixa fazer, não

toma providências, e as coisas vão acontecendo. Agora, o órgão dos aeroportos já diz o que é o não é, o que gastou e o que não gastou. O Governo começa mal. Se o Presidente Lula começar seu segundo Governo imitando o primeiro, tentando evitar criação de CPI, será uma pena! É um prenúncio muito negativo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Meu caro Senador Professor Pedro Simon, V. Ex^a, realmente, desenha o retrato do que aconteceu nesta Casa e diz muito bem que, no caso da Câmara dos Deputados, a situação é pior. O próprio Presidente da Casa reconheceu o fato determinado, da cadeira da Presidência.

É preciso que se entenda que o que aconteceu na Câmara é mais ou menos o que aconteceu aqui, quando os Líderes deram, no primeiro momento, uma palavra, uma nota, dizendo que a CPI somente seria instalada quando a maioria o quisesse. Na Câmara, isso ocorreu em um estádio mais avançado, como no mestrado ou no doutorado.

E o que significa dizer “só quando a maioria quiser”? Eu disse essa frase quando lutava, desta tribuna, ao lado de companheiros da Oposição.

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a mais cinco minutos, para que eu pudesse ouvir os companheiros e concluir.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Considerando a importância do pronunciamento de V. Ex^a, a Mesa atende o apelo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, que foi um dos que lutou também desta tribuna pela instalação da CPI.

Senador Pedro Simon, eu diria que, se assim for – ou seja, “só quando a maioria quiser” –, pode-se desenhar qualquer tipo de frase, como, por exemplo, “pode roubar, que a maioria garante”, “pode desviar os recursos públicos, que a maioria garante”, “pode fazer o que quiser, que a maioria garante”. Não, não é bem assim! Por isso, existe nossa Constituição, que garante os direitos das minorias.

O que estamos pedindo ao Supremo é o que pedimos antes: que seja respeitada nossa Constituição, no tocante ao capítulo que defende as minorias! E não tenho a menor dúvida de que será determinada, pelo Supremo, a instalação dessa CPI. Mas espero que não aconteça o que aconteceu com a CPI dos Bingos – e que V. Ex^a muito bem apresentou –, cuja decisão demorou quase dois anos. Se isso acontecer, talvez o prejuízo seja bem maior em vidas humanas e para a sociedade brasileira. De acordo com as reportagens, parece-me que o prejuízo financeiro já aconteceu.

Agora, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, temos de cuidar para que não haja um novo vôo da Gol e para que possamos garantir a segurança do povo brasileiro.

Ouço o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, em boa hora, V. Ex^a traz esse assunto. V. Ex^a presidiu, com muita eficiência, a CPI dos Bingos, que apavorou tanto o Governo, que foi apelidada, na mídia, de “fim do mundo”. Mas tem de haver essa CPI. E que V. Ex^a saia, como saiu daquela feita só pelo Senado, já que a Câmara não consegue libertar-se da força do Governo, do Palácio do Planalto! Como V. Ex^a disse, em cem pequenos aeroportos, linhas aéreas foram desativadas. Sexta-feira não é um dia dos mais movimentados, porque, por via de regra, os Parlamentares viajam na quinta-feira. Fui visitar uma filha em São José do Rio Preto. O vôo deveria sair às 20 horas, mas cheguei lá no outro dia, ao meio-dia. Foram 28 horas. Dava para girar o mundo todo. Veja como está o drama! Um passageiro que vinha da Paraíba se aproximou – a televisão nos torna conhecidos – e disse: “Senador Mão Santa, dê um jeito nesse negócio!”. Que jeito? Eu estava lá. Ele vinha da Paraíba e disse-me: “Olha, jogaram-me em Pernambuco, em Recife. Passei um dia lá”. Chegou a Brasília, e havia uma confusão nunca dantes vista na sexta-feira. Eu passei 28 horas para chegar a São José do Rio Preto. Ele queria ir para São Luís do Maranhão. Saiu lá da Paraíba. Olhem o mapa geográfico! Antigamente, havia aquelas linhas que os americanos chamam de linhas aéreas mamárias. São aquelas de pequenos aviões. Falo da TAF, da TAB, a Nordeste, que se interligavam. Essas linhas caíram. O interessante é que nosso líder José Dirceu está ganhando R\$150 mil por mês como consultor. Ele é da TAM. Olho nos aeroportos e vejo que só há avião da TAM. Quem levou a TAM para o Piauí, Senador Efraim Morais, fui eu, quando era Governador. Recebi o Rolim. Não houve impacto nenhum, porque existiam a Varig, a Vasp, a Transbrasil. Hoje, só existe a TAM. José Dirceu é o consultor da TAM. Atentai bem! Todas as pequenas linhas mamárias faliram, foram desapropriadas. Ficou tudo centralizado em Brasília. Na sexta-feira, houve pânico. Em boa hora, V. Ex^a tratou disso. V. Ex^a já tem know-how, experiência. O Senador Garibaldi também está descansado, porque acabou a campanha. Vamos fazer, agora, a CPI transmundial. Um avião anda pelo mundo todo. É como foi apelidada. Felicidades na consecução! Já que a Câmara não se libertou, que o Senado continue sua tradição de grandeza e implante a CPI só do Senado sobre o transporte aéreo!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Vamos aguardar o posicionamento do Supremo. Evidentemente, essa é a determinação dos democratas, e não tenho a menor dúvida de que haverá concordância por parte do Supremo, até por uma jurisprudência, podemos assim dizer: já que valeu para a CPI dos Bingos, tenho a certeza de que irá valer para a CPI do apagão aéreo.

Concluindo, Sr. Presidente, refiro-me à reportagem do **Correio Braziliense**, de autoria da jornalista Aline Falco, da equipe do *Correio*, sobre segurança de vôo: “Ministro da Defesa quer a demissão dos responsáveis por problemas técnicos em Cumbica (SP) que levaram ao fechamento da pista”.

É lamentável que, agora, se procurem realmente culpados, quando sabemos quem são os culpados.

Por isso, agradeço a V. Ex^a a tolerância, Sr. Presidente, permitindo que eu pudesse fazer esse registro, que, a meu entender, é importante para o conhecimento da sociedade brasileira.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

POR DENTRO DA CAIXA-PRETA DA INFRAERO
Como os Correios, a empresa foi loteada entre o PT e o PTB e as falcaturas já descobertas somam R\$ 3 bi apenas em oito aeroportos

Por Hugo Marques e Hugo Studart

Um edifício em forma de caixote na zona central de Brasília de repente virou foco de atenções da República. Ali funciona a sede da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, Infraero, estatal que administra os 67 aeroportos brasileiros. De uns dias para cá, os funcionários da Infraero, outrora pacatos como servidores públicos, entraram em stress. Isso porque perto dali, no Congresso Nacional, os partidos de oposição resolveram lutar para criar uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI do Apagão Aéreo. O alvo visado, curiosamente, não eram os controladores de vôo, principais responsáveis pelo caos nos aeroportos, nem as companhias aéreas. Mas a Infraero. O plano, cantado em verso e prosa pela oposição, era usar o apagão como desculpa para devassar as atividades da estatal e acusar o governo Lula em novas denúncias de corrupção. Do Palácio do Planalto chegou a ordem de não permitir, em hipótese alguma, que a Infraero fosse investigada. Na noite da quarta-feira 21 o Planalto reuniu sua base parlamentar e deu uma surra na oposição, engavetando a CPI. O caso agora será decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Mas o que, afinal, essa estatal tem tanto a esconder?

A empresa é investigada, simultaneamente, e por diferentes razões, pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria Geral da União e pelo Ministério Público Federal. Só no TCU, há 92 processos graves em curso. Somente nas obras de oito aeroportos, incluindo Congonhas e Guarulhos, que juntas somam R\$ 3 bilhões, foram encontrados fortes indícios de superfaturamentos, pagamentos ilegais, licitações dirigidas – e toda sorte de desrespeito à Lei das Licitações. O maior volume de irregularidades ocorreu na gestão do deputado federal Carlos Wilson, do PT, que foi presidente da Infraero entre 2003 e 2006. “O presidente Lula me mandou investir na modernização dos aeroportos”, lembrou Carlos Wilson a ISTOÉ. “Não estou dizendo que pode não ter acontecido algo irregular.” Os documentos levantados por ISTOÉ apontam que os personagens envolvidos nos esquemas têm, quase todos, ligações diretas com o PT e o PTB do deputado Roberto Jefferson. No início do governo Lula, essas legendas lotearam, meio a meio, duas estatais. Uma foi os Correios – estopim do escândalo do mensalão. A outra foi a Infraero. “A sistemática usada nos contratos ilegais da Infraero é igual à que foi usada pelos Correios para financiar o mensalão”, afirma o deputado Onyx Lorenzoni, líder do PFL. “É muita coincidência.”

As maiores irregularidades estão concentradas em São Paulo, onde há três grandes aeroportos em ampliação – Guarulhos, Congonhas e Viracopos. A obra mais vultosa é a reforma de Guarulhos, R\$ 2 bilhões. Segundo relatório do TCU, as obras estão com “sobrelevação de preços, os quais, em comparações procedidas, apresentam variações para mais em relação ao referencial determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias”. Isso significa que o TCU descobriu um superfaturamento descarado no valor total da obra. Outro problema levantado pelos auditores é que uma das construtoras beneficiadas, a Serveng, estava impedida de firmar contratos com o governo “em face de restrições junto à Fazenda Nacional”. A Infraero passou por cima desse detalhe. Em Congonhas, onde os investimentos são de R\$ 150 milhões, o TCU aponta a compra de equipamentos superfaturados, vícios de licitação e subcontratação ilegal de serviços. O caso mais flagrante é o da compra dos fingers, aqueles corredores suspensos que ligam os portões de embarque aos aviões. A Infraero, que ainda não terminou a obra, paga R\$ 2,2 milhões por unidade. Os analistas do TCU acharam muito. Então orçaram o equipamento no mercado e descobriram que podem ser comprados por R\$ 630 mil cada um – quase quatro vezes menos. O relatório foi enviado para julgamento dos ministros do TCU e, simultaneamente, para o Ministério Público de São Paulo,

para que haja punição criminal aos responsáveis pela fraude. “Valeu a pena os fingers custarem um pouco mais”, procura defender-se Carlos Wilson. “Se não estivessem instalados, o apagão aéreo teria sido pior.”

Pagamento ilegal

Quando estourou o apagão aéreo, em fins do ano passado, o ministro Waldir Pires, da Defesa, mandou a Controladoria Geral da União passar o pente-fino na Infraero. Foi, então, encontrado um contrato de R\$ 26,8 milhões, sem licitação, firmado entre a Infraero e a FS3 Comunicação. A empresa, criada quatro meses antes de assinar o contrato, foi convocada pelo ex-diretor comercial da Infraero Fernando Brendaglia para gerenciar a comercialização de publicidade em aeroportos. O caso gerou ação popular na Justiça Federal de Brasília, movida por um empresário que se sentiu lesado. Na semana passada, ISTOÉ teve acesso a um documento interno da Infraero, assinado pelo gerente de tesouraria, Juvêncio Gomes da Silva, apontando “pagamento irregular” de R\$ 5 milhões à FS3. “Solicitamos providências junto ao fornecedor para a regularização de pendências”, escreve o tesoureiro à Superintendência Comercial.

Outra maracutaia envolve a compra de 79 ônibus para carregar os passageiros nos pátios dos aeroportos, por ordem do brigadeiro José Carlos Pereira, atual presidente da estatal. O edital da Infraero sugere o valor de R\$ 49,8 milhões como referencial para a operação. O pregão eletrônico estava marcado para o dia 22 de dezembro passado. Mas o Conselho de Administração achou tudo estranho e, antes do ato consumado, mandou que a direção da empresa justificasse a necessidade da compra. O pregão foi remarcado para 5 de fevereiro. Deu errado de novo. Desta vez, uma empresa que não estava entre os fornecedores tradicionais da Infraero, a Busscar, de Joinville (SC), ofereceu os 79 ônibus por R\$ 28 milhões, quase metade do preço apontado pela Infraero. A licitação está suspensa. O brigadeiro Pereira não decidiu se compra da Busscar ou se anula a licitação.

No começo do governo Lula, Carlos Wilson desembarcou na Infraero com a missão de reformar 65 aeroportos com velocidade de jato. Recebeu R\$ 2,8 bilhões só para investimentos. Recebeu também a ordem do presidente Lula de lotear a estatal entre PT e PTB. A diretora de Engenharia, Eleuza Therezinha Lores, foi indicação do deputado Luiz Antônio Fleury Filho, do PTB paulista. Quase todas as falcatruas com obras passaram por ela. A diretoria comercial foi para Brendaglia (o da FS3), cota pessoal de Wilson. A financeira foi entregue a Adenauer Nunes, cota de Roberto Jefferson (ele foi demitido pelo Conselho por causa de contratos irregulares). A diretoria administrativa foi entregue a Adelmar Sabino, afilhado

do senador Romeu Tuma, do PFL paulista. Sabino e Nunes foram os responsáveis pela maior parte das licitações agora sob investigação.

Esquema mantido

Nos Estados, também houve aparelhamento. A Superintendência de São Paulo foi para Miguel Choueri, cota do prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, do PT. A superintendência do Leste (MG, RJ e ES) foi para Juarez Furtado, da confiança de Jefferson. No Paraná, quem indicou os nomes do segundo escalão foi o deputado Íris Simões, sanguessuga do PTB.

Quando o brigadeiro Pereira chegou, recebeu ordens de cima para manter todo esse esquema. Estão quase todos em seus postos. Por conta das investigações em Congonhas, a Justiça Federal já quebrou o sigilo bancário e fiscal de Carlos Wilson, da engenheira Eleuza e da assessora jurídica Josefina Pinha. Também existe uma apuração da CGU sobre a evolução patrimonial dos diretores da Infraero. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão do Ministério da Fazenda que investiga lavagem de dinheiro, já enviou à CGU relatórios sobre as movimentações atípicas de cada um. O caso mais complicado seria de Eleuza. De 2005 para cá, o patrimônio de Eleuza re-

almente cresceu. Ela e o marido, ex-militar, hoje piloto da Gol, compraram um flat em frente ao Aeroporto de Congonhas e construíram uma casa no Setor de Mansões Park Way, em Brasília. Ela diz que não há nada de irregular. "Está tudo declarado no meu Imposto de Renda", afirma. Na casa, ela gastou pelo menos R\$ 500 mil nos últimos dois anos, conforme ela própria estima. Eleuza, que ganha R\$ 13 mil líquidos por mês, dirige um Mercedes. "É tudo compatível", defende-se. O Ministério Público também a investiga por ter encontrado indícios de favorecimento a um grupo seletivo de empresas, como a Planoway e a Planorcon, subcontratadas pelos consórcios que fazem hoje algumas das principais obras em aeroportos do País. A Planoway, por exemplo, é de propriedade de ex-dirigentes da Infraero. Um dos sócios, o brigadeiro da reserva Theodósio Pereira da Silva, foi presidente da estatal entre 1990 e 1992, no governo Collor. Quanto à suspeita de que empreiteiras contratadas pela Infraero poderiam estar engordando o caixa 2 de partidos aliados do governo, Eleuza diz o seguinte: "Nossas obras são todas com preço justo e dentro dos nossos contratos não tem doação nenhuma." Por dentro, nem poderia haver. E por fora? "Por fora eu não sei", afirma.

O caos chamado Brasil

RUBEM AZEVEDO LIMA

Mais um título para comemorar: éramos o país inventor do avião e somos, hoje, o do governo que inventou o apagão de aviões. Tal conquista coincide com o congestionamento do espaço aéreo nacional, pelas cabeças de brasileiros perplexos no ar, sem entenderem esse caos nem a violência em suas cidades, os políticos e magistrados insensíveis, além da discordância espantosa entre palavras e atos dos governantes.

Vejam só: extorsões melifluas, mas de vulto, são tentadas por agentes do Estado contra empresas prestadoras de serviço ao governo, mas se fala em reconceituar a improbidade administrativa. Foram-se os sanguessugas das ambulâncias, mas alguns partidos põem raposas a cuidar de ricos e sortidos galinheiros públicos.

O apagão aéreo existe, humilha o público e se suspeita de desvio dos recursos em obras feitas nos aeroportos, mas a maioria impede a criação de CPI sobre o assunto, alegando não haver fato "específico" a investigar.

Sob suposição de prática de abusos, procuradores federais, cuja independência foi conquista constitucional, são vistos como répro-

bos, para gáudio dos produtores de escândalos. Na onda do biodiesel, em operação da qual teriam vazado informações sigilosas, a Petrobras comprou parte de uma empresa que destila e distribui... petróleo.

Por isso tudo, parece estarmos no estágio em que — segundo o sociólogo Renato Romano, em seu ensaio *Caldeirão de Medéia* — foi posta a França, durante anos, em decomposição ética e moral pelos que combateram os avanços da revolução de 1789. Aliás, em face da crise do Executivo, Romano quer que os outros poderes se aproximem do povo e que os intelectuais reinventem a política, instituindo novo nexo entre saber e ignorância, para a educação das massas libertá-las e ser crivo da soberania nacional.

Será isso possível? Grandes interesses aproveitam o caos e buscam sócios para transformar o Brasil em canavial, produtor da matéria-prima do biodiesel. A cana é bom negócio, mas seus empregos, sazonais e malpagos, não são trabalho libertador, do qual escapou a família Lula da Silva. Quem não teve tal sorte, logo brigará por vaga com as máquinas dos "heróis" do presidente, os patrões usineiros. Mas esse é outro caos.

SEGURANÇA DE VÔO

Ministro da Defesa quer a demissão dos responsáveis por problemas técnicos em Cumbica (SP), que levaram ao fechamento da pista

À procura dos culpados

ALINE FALÓ
DA EQUIPE DO CORREIO

REPRISE DO CAOS: EQUIPAMENTO QUE PERMITE DECOLAGENS E POUROS QUANDO HÁ NEBLINA NÃO ESTAVA FUNCIONANDO

As sucessivas panes em equipamentos nos sistemas de controle de vôo nos principais aeroportos do país levaram ontem o ministro da Defesa, Waldir Pires, a pedir a demissão dos responsáveis pelo fechamento, neste fim de semana, do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP). Por dois dias consecutivos, os poucos e decolagens foram suspensos devido a um intenso nevoeiro. O problema foi provocado porque o sistema ILS Cat2, que orienta os pilotos a voarem quando a visibilidade está comprometida, não estava em funcionamento. Sem a máquina, Cumbica teve que ser fechado por cinco horas, no sábado e, ontem, por três horas. A paralisação atrasou 102 vôos.

"Os responsáveis, identificados, deverão ser afastados de função, logo substituídos interinamente, e submetidos ao processo administrativo, legal, que se excluirá, se for o caso, do gerenciamento, ou da direção, e até mesmo, sejam demitidos, exemplarmente, da empresa", determina o ministro. O fechamento do aeroporto gerou um efeito cascata, causando atrasos em aeroportos de todo o país.

O presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, comou que o sistema estava inoperante. Segundo ele, há cerca de

dias um raio atingiu o equipamento. Os reparos foram feitos, porém o sistema não foi testado. "Agora adianta só consertar, é preciso calibrar o equipamento em zero", disse. O teste, entretanto, só pode ser feito porque o avião operatório da Aeronáutica que ia utilizado teve problemas no trem de pouso. Com o equipamento desligado, as aeronaves uma pane no Cindacta 1, em Brasília, aliada a um blecaute e as chuvas em Congonhas, provocaram atrasos em quase 30% dos vôos. No dia seguinte, outro problema em equipamento foi registrado em Curitiba.

A sindicância, que será aberta hoje, vai apurar por que depois de quase duas semanas o problema ainda não está resolvido. "O foco das investigações será a averiguação da responsabilidade por essa demora. Em tese, o que gerou o fechamento do aeroporto de Guarulhos foi um problema de tempo de reação às falhas", explicou José Carlos Pereira. Segundo o presidente da Infraero, a sindicância teria demorado em avisar os superiores. "Vamos ver se a culpa foi do avião da Aeronáutica, do pessoal da Infraero ou se houve negligência", disse.

Pereira pediu três dias para a entrega do relatório final das investigações. Mas disse que hoje pela manhã já envia ao ministro Waldir Pires um relatório preliminar. "Não será muito difícil averiguar a responsabilidade. As informações estão disponíveis, não há nada sigiloso."

Efeito cascata

O fechamento do aeroporto de Cumbica por cinco horas no sábado teve reflexo em vários estados e Brasília, que chegou a registrar demoras de até cinco horas. Segundo a Infraero, 22,6% dos 1.353 vôos programados até às 21h do sábado tiveram atraso de mais de uma hora.

A pista de Cumbica ficou fechada, ontem, entre 5h20 e 8h16. Durante esse período, 13 vôos internacionais tiveram que ser desviados para os aeroportos de Viracopos, em Campinas, 95km ao norte de São Paulo e Galeão, no Rio. Ao início da tarde, pelo menos 31 vôos estavam atrasados em Guarulhos. De acordo com informações do site da Infraero, no aeroporto JK, em Brasília, no fim da tarde havia con-

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, a Sra. Serys Shhessarenko deixa a cadeira da presidencia, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, bra-vo representante do Estado do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito comum, em discursos e em artigos publicados na imprensa, a tese de que existem dois Brasis: um, desenvolvido e rico; outro, subdesenvolvido e pobre. Criou-se inclusive uma expressão, Belíndia, um país com as mais belas características da Bélgica e outro com as mais tristes mazelas da camada mais pobre da população da Índia. Poderia ser uma parte França, outra Benim. Ou, uma parte Alemanha, outra Zâmbia. Ou, ainda, uma parte Inglaterra, outra Namíbia.

Essas divisões são comuns em termos mundiais. É o caso, por exemplo, da *apartheid*, na África do Sul, motivada principalmente por conflitos raciais. Um pequeno grupo, branco e rico, e outra grande parcela da população, negra e pobre. Embora não se refira, com tanto vigor, à *apartheid*, ainda persiste na África do Sul algo parecido com a nossa Belíndia. Mais que isso: mesmo nos países desenvolvidos, com ares de Bélgica, todos têm o seu lado Índia, com grupos de população pobre, principalmente nas periferias das grandes cidades. É assim com a França, a Alemanha, a Inglaterra e tantos outros. Mesmo nos Estados Unidos, país considerado o mais rico do mundo, não há como negar a existência de uma *apartheid* social. Lá também existe.

De repente, a gente se dá conta de que o mundo é uma imensa Belíndia. E que é dessa mesma tese que se pode extrair verdadeiramente a tão propalada idéia da globalização. É o planeta que se divide em grupos sociais, de acordo com as condições econômicas, independentemente de onde se localizem as populações. Há um traço de união, muito mais forte hoje, entre integrantes desses mesmos grupos, independente de onde se localizem.

Há um grande país em escala mundial, a parte Bélgica, que pode ser chamada “Mercado”. Ele tem leis próprias, as leis do mercado. Ele tem, além de moedas localizadas, uma outra, mais forte, talvez duas: o dólar e o euro. Tem línguas igualmente locais, mas uma língua oficial quase obrigatória: o inglês. Tem um povo, mas não tem um território delimitado e contíguo. São enclaves, em territórios que mudam de nome, em função de pseudo-soberanias. Assim, o “Mercado”, na Bélgica, tem características semelhantes ao que se

encontra na França, na Inglaterra ou na Alemanha. Mas, esse mesmo “Mercado” possui também “ilhas”, igualmente no Brasil, em Benin, em Zâmbia ou na Namíbia. Esse “Mercado” tem uma capital, os Estados Unidos, de onde emanam as principais decisões, e onde se localizam seus grandes exércitos, em defesa de suas leis. Tudo o que acontece nessa imensa capital repercute imediatamente nos outros enclaves ou nas outras “ilhas”.

Tudo gira em torno das decisões do “Mercado”. Há um apelo constante no sentido do consumo. Programas de televisão e de rádio, jornais, revistas. A demanda por bens e serviços identifica o *status* das populações locais. Esse mercado também tem, portanto, uma religião: é o consumismo.

Ai de quem se colocar fora desse “país-mercado”, quem não aderir a essa “religião”: são obrigados a sobreviver, muitas vezes, de sobras e migalhas, no chamado “lado escuro do mundo”. São verdadeiros “pesos mortos”, enquanto não migram para as “civilizações avançadas”, que consomem bens e serviços, que obedecem à lei que rege a oferta e a procura. A constituição desse imenso país que se espalha por todos os continentes, é a globalização, cujo ditame único é a internacionalização.

É, assim, portanto, o mundo globalizado de hoje: uma parcela incluída, uma outra excluída, com características semelhantes, independentemente de onde estejam localizadas. O traço comum da parcela incluída é, portanto, o consumismo; enquanto o da parcela excluída é a fome e a miséria. O *laptop* do brasileiro, ou do namibiano é semelhante, quase sempre da mesma marca do utilizado pelo americano, pelo inglês, ou pelo francês. A fome é também igual em qualquer um desses mesmos países. O que distingue esse ou aquele grupo, portanto, é a inclusão, ou não, no acesso a mercadorias e serviços. A exclusão social não é uma característica de um país em particular. Há uma escala mundial no mundo dos excluídos.

Essa exclusão, em escala internacional, cria um tipo ainda mais doloroso de exclusão local. É que população incluída construiu verdadeiros muros, a separá-la de seus semelhantes excluídos. Muros reais e virtuais. Reais, como o que separa os Estados Unidos do México. Ou como o que tenta impedir os palestinos de terem o seu próprio território. Ou o que se quer construir na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ou, quem sabe, o que se imaginou erguer para isolar a maior favela do Rio de Janeiro da orla de suas praias mais famosas. Quem negaria que é esse o mesmo propósito de instalação dos condomínios nas grandes cidades? Fecham-nos de muros altos, longe do alcance, nem mesmo da visão de quem está fora. Cram-se novas ilhas de sossego e de segurança. Instituem-se

governos paralelos. Criam-se leis próprias. Um Estado paralelo, à revelia do Estado legal. Tudo em nome da segurança. Tudo em razão da presença, cada vez mais precária, do Estado legal.

Essa substituição do Estado legal por um paralelo, local, de interesses de grupos, não é exclusividade da população incluída. A sua ausência cria, também, governos paralelos nas localidades e entre as populações mais pobres. No caso, com características mais preocupantes, porque a maior fragilidade dessas populações incentiva o poder do narcotráfico, da milícia ilegal e de outros grupos igualmente sub-reptícios.

Há, ainda, outros muros disfarçados em vidros de automóveis, em grades, em circuitos internos de segurança, verdadeiros “big brothers” do dia-a-dia, onde se confinam grupos de vizinhança nos prédios, de estudantes nas escolas, ou de trabalhadores, nos locais de trabalho. Igualmente, em nome da segurança.

Mas o muro mais vergonhoso é o virtual. É o que separa corações e mentes. Chama-se isso de racismo, de discriminação, de segregação ou de outro nome qualquer. Por exemplo, é o que manda prender o pobre e o negro por delitos menores, enquanto inocenta o rico, muitas vezes o elege, embora com flagrantes de grandes falcatruas. É o que vê no excluído um ser menor, muitas vezes desprezível. É a *apartheid* social, aqui ou em qualquer outro lugar do planeta.

Enfim, meus irmãos, há uma grande divisão, hoje, entre dois grandes grupos sociais: de um lado, quem ultrapassou as divisas do mundo do mercado; de outro, quem ficou fora desses muros.

É aí que reside, nos dias atuais, o maior problema do planeta, gerador de diferentes tipos de conflitos: os valores do mercado nem sempre se regem pelo pudor. Ao contrário, eles se fundamentam pela competição. E, como se sabe, competir é sinônimo de disputar, ou rivalizar. O homem criou, portanto, com a globalização, um mundo de competição, de disputa, de rivalização.

A globalização deu origem a uma espécie de gladiador dos novos tempos. As arenas modernas são os vestibulares, o mercado de trabalho, o mundo digital, a concorrência comercial, os concursos com todos os tipos e características: pela vaga na escola, pelo emprego, pela beleza e tantos ouros. Pior: pela vaga no hospital, pelo remédio, pela vida enfim!

Esse mundo de competição gerou novos conhecimentos, tecnologias de ponta e, não há como negar, melhorou a qualidade de vida para a parte “incluída”: carros, redes de comunicação, computadores de última geração. Mas não se pode negar que, por outro lado, destruiu valores fundamentais do comportamento humano, gerou privilégios. E privilégio, segundo os melhores dicionários, é uma “vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito

comum”. Incentiva o ter no lugar do ser. Exclui. Gera fome e miséria. Mata e fere.

Esse mesmo mundo de exclusão incentivou o individualismo, no lugar do coletivo; o consumismo, no lugar dos valores interiores; a esperteza, no lugar da ética. O “mundo dos espertos” tomou o lugar da seriedade, da honestidade, da ética e dos então chamados “bons costumes”. Há, sempre, que se “levar vantagem” em tudo, mesmo que em detrimento dos mais nobres sentimentos dos nossos semelhantes. A falta de pudor criou um vácuo, no qual se sepultou a solidariedade.

O homem passou a ser “um na multidão”. Muitas vezes, coberto por sentimentos paranóicos, de que há alguém a persegui-lo. Tudo isso porque as oportunidades de sobrevivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém no lugar dele. Repito: tudo isso porque as oportunidades de sobrevivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém no lugar dele. Sai de cena a figura do semelhante e dá lugar à imagem do concorrente. O resultado de tudo isso é o que já se chamou de esgarçamento do tecido social, cujas previsões sombrias dão conta de um verdadeiro caos social.

Não importa se esse mesmo homem mora no Brasil, na Alemanha, na Inglaterra ou na França. Ou na Bélgica, ou na Índia. Ou mesmo em Benin, em Zâmbia ou na Namíbia. Ele sempre será uma espécie de contemporâneo e conterrâneo de alguém que também reside em qualquer desses países, desde que se submeta igualmente às leis de mercado. Ele terá dificuldades, por exemplo, de manter seu “passaporte”, se não falar inglês, ou se não conhecer minimamente a linguagem digital, se não navegar pela Internet, se não acompanhar a cotação do dólar, se não se vestir segundo a moda ditada pela televisão, se não estiver de acordo com as tendências do mercado. Quem sabe, se não conhecer ainda Nova York. Existe aí, portanto, uma contradição: ele tem de parecer igual a todos os incluídos, ao mesmo tempo em que tem de se mostrar, na competição do dia-a-dia, diferente, sempre melhor, com “cara” de empreendedor, sob pena de ser também mais um excluído. Tem de estar conectado no mundo, mas vive sozinho entre quatro paredes. O seu padrão social é ditado pela TV e, principalmente, pela Internet. Ele é um ermitão, conectado com a multidão.

Esse “país-mercado” invadiu todos os demais numa guerra virtual. Quando se tenta impedir essa mesma invasão virtual, os senhores do poder apelam para a guerra real, para as invasões com mísseis de última geração. Defendem seus interesses disfarçados em falsos discursos, “em nome da democracia” e, sem medo do pecado, “em nome de Deus”. Invasão virtual, mortes veladas ou guerra real igualmente deixam vís-

mas. Na invasão virtual, mortes veladas, escamoteadas nas estatísticas da fome e da miséria. Na invasão real, mortes reveladas para demonstrar o poderio dos mandantes. Em ambos os casos, mudam-se as formas, mas são os mesmos os objetivos: o poder e a ganância, mesmo que tomando santos nomes em vão. Fala-se em democracia para ter o petróleo e o poder; fala-se em Deus para garantir o mercado e a ganância.

Uma das maiores vítimas desta globalização é a soberania. Cai por terra o civismo, o patriotismo que se aprende na escola. A globalização não leva em conta a idéia de nação, pátria, país. Não há fronteiras para o mercado globalizado. Desmontam-se e demonizam-se estados-nações, derrubam-se governos, atacam-se moedas, desrespeitam-se símbolos nacionais. Privatização, endividamento, sucateamento de exércitos nacionais, desmoralização da representação política local, imposição de costumes alienígenas, usurpação de conhecimentos, tudo isso fundamenta as bases para ataques virtuais ou reais à soberania das nações. E para subtrair a “riqueza das nações”.

Esses fundamentos da globalização não se construíram como um passe de mágica. Ao contrário, eles se desenvolveram nos organismos financeiros internacionais, nas universidades do mundo desenvolvido e nos principais gabinetes do poder.

Quem não se lembra das missões internacionais do Fundo Monetário Internacional? Do Banco Mundial e do BID, com suas “pastas pretas” recheadas de cobranças e de receituários para países e para as nações pobres...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– Senador Mão Santa, há orador na tribuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...que são verdadeiras cartilhas. Repito, Sr. Presidente: quem não se lembra das missões internacionais do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do BID, com suas “pastas pretas” recheadas de cobranças e de receituários para países e populações pobres, verdadeiras cartilhas políticas para os governantes locais? Quem não se lembra da grande discussão sobre o chamado “pensamento único”, uma espécie de lavagem cerebral nas melhores cabeças de todo o planeta, por meio de teorias que, posteriormente, seriam colocadas em prática, não importa o nome e a localização do país? Quem não se lembra dos famosos “consensos”, como os de Washington, com sua pregação...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, quero dizer que sempre que V. Ex^a assoma à tribuna tem o respeito da Mesa

em lhe conceder o tempo de que V. Ex^a necessitar. V. Ex^a precisa de quantos minutos?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, são mais quatro laudas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– Então, concedo a V. Ex^a mais dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quem não se lembra dos famosos “consensos”, como o de Washington, que, com sua pregação privativista e destruidora de Estados nacionais? Quem não se lembra do “Estado-Mínimo”, pregação contraditória dos “Estados-Máximos”?

É evidente que não se trata, em princípio, de qualquer idéia de contra-ataque imediato a esse país-mercado. Seria em vão. Como, por exemplo, mudar, de imediato, corações e mentes, dando conta de que produzir pão é mais importante que produzir canhão? Ou o feijão, no lugar do míssil? Como, hoje, difundir a idéia de que as mais belas, e mais caras, embalagens encarecem o produto, se elas se tornam, de fato, instrumentos de concorrência? Como fazer entender que moda é, muito mais, manipulação do que estilo? Como dissuadir a indústria bélica de sua produção de dor e de morte?

É evidente também que não se quer eliminar a idéia do supérfluo. O que se deseja é redistribuir o necessário – repito: o que se deseja é redistribuir o necessário. Que se propague uma luz no “lado escuro do mundo”. Não tenho esperança, porém, que esse venha a ser um “programa de governo”, do país-mercado. Este País trabalha com escalas de produção que permitem maiores lucros, como se depreende em suas mais básicas publicações de economia. No Brasil, por exemplo, se é verdade que a “parte incluída” da população soma 50 milhões, isso significa um mercado consumidor cativo equivalente a quase uma Argentina e meia! Há ainda outros quase 80 milhões que poderiam ser considerados “emergentes” no Brasil. Mas o que esse mesmo mercado estaria imaginando para os 50 milhões de brasileiros considerados “no escuro”?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– Senador Mão Santa, V. Ex^a não pode cochilar!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu fala-va que o Brasil tem um mercado cativo de 50 milhões, uma e meia Argentina, que estão dentro do mercado consumidor. Ainda quase 80 milhões poderiam ser considerados emergentes, porque estão entrando, mas o que esse mesmo mercado estaria imaginando para os 50 milhões de brasileiros considerados “no escuro”? Como potencial ou como fardo? Que perspectivas teriam esses mesmos 50 milhões, hoje pobres e miseráveis, de migrarem para o país-mercado? Qual o papel do Estado, ainda que desmontando por políticas ditas liberais, para esse grande país de excluídos?

Políticas compensatórias ou degraus para galgar as portas do mercado?

Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido. O consolo é que parece tratar-se de um caminho de volta; e os caminhos de volta são, por definição, conhecidos. Já se passou por eles algum dia, em algum tempo. É história vivida.

Em primeiro lugar, há que se resgatar valores. O ser humano não pode ser meramente um objeto de vitrine. Ele não pode ser visto tão-somente como consumidor em potencial, sob pena de exclusão. Neste caso, não vejo alternativa senão uma volta ao passado: restabelecer as relações de amizade, de vizinhança, de religião, de trabalho, de escola e de família; incentivar os eventos coletivos, para que possam ser discutidos os destinos da humanidade.

Rever currículos, criar instrumentos legais incentivadores de ações cooperativas, buscar ações que permitam reverter as migrações internas que incharam cidades e potencializaram os efeitos da exclusão social, como o desemprego, o analfabetismo e a violência. Mapear e potencializar experiências bem-sucedidas de trabalho voluntário. Resgatar o verdadeiro sentido de comunidade. E, quem sabe, o significado de felicidade.

Há que se resgatar, também, o chamado Estado-Nação, enquanto representante dos interesses coletivos, e que leva em conta a história, a geografia e a cultura de um povo. Quanto mais fortes os sinais da globalização, mais importante o papel do Estado. O que se viu, nos últimos tempos, é um Estado privatizado, controlado por interesses privados e longe das necessidades coletivas, principalmente da porção excluída da população.

No caso brasileiro, por exemplo, estarão prontas as bases para um plano de desenvolvimento verdadeiramente nacional, não um mero apanhado de medidas, quase sempre desconexas, viabilizadoras, unicamente, dos interesses do mercado. Um plano legítimo por que concebido a partir das reais necessidades e dos interesses da população como um todo, e não sob pressão única de grupos que objetivam o benefício individual em detrimento do coletivo. O Brasil, pela sua riqueza natural, é, e sempre será, o território mais cotado pelos interesses do mercado globalizado. Por enquanto, é através da guerra virtual. Se necessário, o será pela guerra real.

Quem sabe, então, estejamos no melhor dos momentos para reconstruir um só Brasil, com sua etnia, sua cultura, sua história e sua geografia? Quem sabe, também, um planeta com divisões geográficas demarcadas pela história de seus povos, cujas fronteiras sejam invadidas, aí sim, por sentimentos de humanidade, de respeito às diferenças e, sobretudo,

pelos direitos mais fundamentais de todos os seus cidadãos? Nem “Belíndia”, nem “Alemâmbia”, nem “Inglamíbia”. A globalização, sim, porém, não a que provoque a exclusão social, mas a que promova a inclusão de todos os seres humanos no seu sagrado direito à cidadania, à democracia e à soberania. À vida, enfim, na sua plenitude.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Mesa agradece o belo pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, que a pediu em primeiro lugar. Em seguida, a concederei ao Senador Mão Santa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^a e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro, que passo a ler:

Ontem, 25 de março, o Partido Comunista do Brasil comemorou seus 85 anos de existência. São décadas de luta em defesa do povo brasileiro, da democracia, da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores.

Com o título *PcdoB: 85 anos de lutas em defesa do povo brasileiro*, o presidente do Comitê Estadual do PcdoB, em Goiás, e membro do Comitê Central, Sr. Aldo Arantes, conhece de perto parte da luta travada pelos comunistas. Durante os anos de chumbo, lutou pela democracia e pagou um preço alto: precisou optar pela clandestinidade, escapou por pouco de ser morto na chacina da Lapa, foi parar nos porões da ditadura e sofreu tortura. Por conta dos 85 anos do Partido, que foi comemorados no domingo, 25, Arantes escreveu, especialmente para *O Vermelho*, um relato do que é o PCdoB. Confira a seguir.

Sr. Presidente, solicito de V. Ex^a o registro nos Anais do Senado desse documento, assinado pelo Sr. Aldo Arantes, Presidente Estadual do PCdoB de Goiás. Peço-lhe também que conste nos Anais do Senado a matéria intitulada *PcdoB é exemplo de coerência ideológica que precisa ser preservado, diz Renan Calheiros*.

Lerei um pequeno trecho da matéria, Sr. Presidente:

Para Calheiros, "os partidos devem ter mais força do que cada um de seus representantes. Devem representar, verdadeiramente, os interesses de uma parcela significativa da população e colocar o bem-estar coletivo acima de interesses imediatos de poder". E é este, disse, "o exemplo do PCdoB ao longo de toda a sua trajetória política" Ele lembrou ainda que o espírito de luta e a capacidade de trabalho que moveram idealistas como João Amazonas, Maurício Grabois, Elza Monnerat, Pomar, Arroio e tantos outros nomes do PCdoB são os mesmos que alimentam, ainda hoje, os representantes e militantes do Partido".

PCdoB: 85 anos de lutas em defesa do povo brasileiro

O presidente do comitê estadual do PCdoB em Goiás e membro do Comitê Central, Aldo Arantes, conhece de perto parte da luta travada pelos comunistas. Durante os anos de chumbo, lutou pela democracia e pagou um preço alto: precisou optar pela clandestinidade, escapou por pouco de ser morto na Chacina da Lapa (1976), foi parar nos porões da ditadura e sofreu tortura. Por conta dos 85 anos do partido, que serão comemorados no próximo domingo, dia 25, Arantes escreveu especialmente para o Vermelho um relato do que é o PCdoB. Confira a seguir.

*Aldo Silva Arantes

No dia 25 de março deste ano o Partido Comunista do Brasil comemora seus 85 anos de existência. São décadas de luta em defesa do povo brasileiro, da democracia, da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores.

Comunistas na Sé, pelas Diretas, em 84

Arte Moderna, realizada em São Paulo, significou um marco na cultura do povo brasileiro. Três meses após o surgimento do Partido Comunista, ocorre o levante do Forte de Copacabana. Em 1924 novas rebeliões militares ocorrem, originando-se daí a Coluna Prestes.

A revolução de 1930 eclode e os comunistas ficam à margem do processo. Não compreendem o grande significado daquele momento da história do Brasil. Vitorioso, o Presidente Vargas adota uma série de medidas contra as velhas oligarquias. Nacionaliza o subsolo, decreta a jornada de trabalho de 8 horas, reconhece os sindicatos e, poucos anos depois, estabelece o voto secreto e convoca a Assembleia Constituinte. Mas o governo Vargas não toca no monopólio da terra e na dominação imperialista de que o País era vítima.

Sob o lema "Pão, Terra e Liberdade", o Partido Comunista lança a Aliança Nacional Libertadora. Com esse movimento, se projeta nacionalmente. Poucos meses depois a ANL é posta na ilegalidade e os comunistas orientam sua atividade para a insurreição armada. O movimento é derrotado e passa a ser duramente perseguido.

Centenas de comunistas foram presos e torturados nos porões do Estado Novo. Olga Benário, esposa de Luís Carlos Prestes, foi deportada e entregue à polícia nazista, que a assassinou na câmara de gás.

Com a implantação do Estado Novo, a ditadura de Vargas, o partido desenvolve a luta pela democracia. Em 1945 junto com as demais forças democráticas do País consegue a anistia dos presos políticos e sua legalidade. Com a redemocratização os comunistas exigem a convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita.

Sob a direção do Partido o movimento sindical ganha força. A bandeira da reforma agrária é levantada pelos comunistas. Nas eleições de 1945 o partido obtém 10% dos votos dos eleitores inscritos.

A legalidade é curta. Em 1947, é posto novamente na ilegalidade. Junto com outras forças o Partido desenvolve a luta em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Em 1958, inicia o processo que levaria a União Soviética ao capitalismo. Desde o primeiro momento surge um grupo de dirigentes do Partido que se opõem a esta orientação dentre eles está João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, dentro outros.

Com a posse de Juscelino Kubitschek cresce no país uma onda desenvolvimentista. Juscelino adota um Programa de Metas visando o desenvolvimento do País mas não toca na questão do latifúndio e da dominação imperialista.

Portanto, Sr. Presidente, peço-lhe o registro deste depoimento do Senador Renan Calheiros nos Anais da Casa.

Em nome do PT, saúdo a todos os companheiros de todas as horas do PCdoB.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.)

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A agremiação comunista foi fundada em 1922 com a unificação de diferentes grupos comunistas e sob a influência da vitoriosa Revolução Socialista na Rússia.

Entre seus fundadores estavam Astrogildo Pereira, Hermogéneo Silva, Manoel Cendon, Cristiano Cordeiro e José Elias.

Era um período da história do Brasil de marcantes acontecimentos. A Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, significou um marco na cultura do povo brasileiro. Três meses após o surgimento do Partido Comunista, ocorre o levante do Forte de Copacabana. Em 1924 novas rebeliões militares ocorrem, originando-se daí a Coluna Prestes.

A revolução de 1930 eclode e os comunistas ficam à margem do processo. Não compreendem o grande significado daquele momento da história do Brasil. Vitorioso, o Presidente Vargas adota uma série de medidas contra as velhas oligarquias. Nacionaliza o subsolo, decreta a jornada de trabalho de 8 horas, reconhece os sindicatos e, poucos anos depois, estabelece o voto secreto e convoca a Assembleia Constituinte. Mas o governo Vargas não toca no monopólio da terra e na dominação imperialista de que o País era vítima.

Sob o lema "Pão, Terra e Liberdade", o Partido Comunista lança a Aliança Nacional Libertadora. Com esse movimento, se projeta nacionalmente. Poucos meses depois a ANL é posta na ilegalidade e os comunistas orientam sua atividade para a insurreição armada. O movimento é derrotado e passa a ser duramente perseguido.

Centenas de comunistas foram presos e torturados nos porões do Estado Novo. Olga Benário, esposa de Luís Carlos Prestes, foi deportada e entregue à polícia nazista, que a assassinou na câmara de gás.

Com a implantação do Estado Novo, a ditadura de Vargas, o partido desenvolve a luta pela democracia. Em 1945 junto com as demais forças democráticas do País consegue a anistia dos presos políticos e sua legalidade. Com a redemocratização os comunistas exigem a convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita.

Sob a direção do Partido o movimento sindical ganha força. A bandeira da reforma agrária é levantada pelos comunistas. Nas eleições de 1945 o partido obtém 10% dos votos dos eleitores inscritos.

A legalidade é curta. Em 1947, é posto novamente na ilegalidade. Junto com outras forças o Partido desenvolve a luta em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Em 1958, inicia o processo que levaria a União Soviética ao capitalismo. Desde o primeiro momento surge um grupo de dirigentes do Partido que se opõem a esta orientação dentre eles está João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, dentro outros.

Com a posse de Juscelino Kubitschek cresce no país uma onda desenvolvimentista. Juscelino adota um Programa de Metas visando o desenvolvimento do País mas não toca na questão do latifúndio e da dominação imperialista.

Jânio Quadros, eleito pelas forças conservadoras, por sua política internacional independente, termina perdendo o apoio dos setores dominantes do país e renuncia. O vice-presidente João Goulart deveria assumir a Presidência da República. Porém, os militares tentam impedir sua posse através de um golpe de Estado. Brizola comanda a resistência democrática contra o golpe e o Partido se coloca na linha de frente da resistência. O dirigente partidário João Amazonas está no Rio Grande do Sul participando diretamente da mobilização popular a da resistência armada contra do golpe.

Fruto das divergências surgidas com Prestes e outros dirigentes do Partido, João Amazonas e outros dirigentes partidários resolvem, em 1962, reorganizar o Partido Comunista do Brasil para manter viva a bandeira do socialismo em nossa pátria. Com o golpe militar de 1964 o Partido desenvolve a luta contra o regime dos generais. Fechadas todas as portas para uma ação institucional o Partido resolve desencadear a Guerrilha do Araguaia. Fato marcante na história política do País e do Partido a Guerrilha obrigou a mobilização do maior contingente militar desde a Guerra do Paraguai. Inúmeros patriotas tombaram no Araguaia destacando-se entre eles Maurício Grabois, Osvaldão, Helenira Rezende, Maria Lúcia Petit, o goiano Divino, dentre outros.

Na luta pela redemocratização do País, junto com as demais forças democráticas e progressistas, o partido levantou as bandeiras da anistia ampla, geral e irrestrita, a revogação dos atos de exceção e a convocação de uma Assembléia Constituinte livre e soberana.

Em 1976, o partido tem uma grande perda com a chamada "Chacina da Lapa" onde são assassinados os dirigentes Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Franco Drumond, este morto na tortura. Vários dirigentes são presos e torturados.

Com a queda da ditadura militar, o partido, após longos anos, retornou à legalidade. Participa das eleições e contribui de forma destacada na Assembléia Nacional Constituinte. Destaca-se na luta das Diretas Já e na eleição de Tancredo Neves para Presidente da República.

A queda dos países do Leste Europeu representou um sério revés para o socialismo. No entanto, o partido, em seu 7º Congresso reafirma o socialismo, o marxismo-leninismo e a revolução. Todavia, tem a coragem de identificar os erros no processo de construção do socialismo: desde a estagnação teórica e o dogmatismo, o autoritarismo e a excessiva centralização econômica. O partido critica a importação de modelos do socialismo e prega o socialismo renovado com base na realidade objetiva do nosso país e da cultura e tradição do nosso povo.

O PCdoB participa na luta do Fora Collor e junto com as demais forças progressistas participa em todas as campanhas pela eleição do Presidente Lula.

Hoje, considera que estamos vivendo um momento favorável às forças democráticas e progressistas na América Latina e no Brasil, que permitem maior audácia. O partido apóia de forma enfática o governo Lula e o Programa de Aceleração do Crescimento. É a primeira vez em muitos anos que o País conta com um projeto de desenvolvimento. Apoiamos as medidas anunciadas pelo governo em relação à educação. Todavia defendemos a necessidade de maiores avanços para assegurar um ritmo mais acelerado de crescimento da economia, com a geração de empregos e a distribuição de renda. Defendemos uma política de redução de juros ousada, uma alteração na política cambial e uma redução dos impostos. Defendemos uma política de reforma agrária mais ampla e efetiva.

O Partido Comunista do Brasil tem crescido e pretende crescer mais ainda participando das eleições municipais lançando candidatos a prefeitos e chapas de vereadores ali onde as condições sejam favoráveis. Para isto convidamos todos os nossos amigos e simpatizantes a ingressarem no Partido e integrarem nossas chapas na disputa eleitoral de 2008.

*Presidente Estadual do PCdoB

23 DE MARÇO DE 2007 - 19h07

PCdoB é exemplo de coerência ideológica que precisa ser preservado, diz Renan Calheiros

Há poucos dias, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL) foi questionado sobre os 85 anos do PCdoB. E a resposta sublinhou aquilo que é hoje uma das principais características da legenda comunista: a harmonia entre seus princípios e sua atuação política. "A coerência ideológica do PCdoB, na luta por uma sociedade mais justa, é, talvez, a maior contribuição da legenda nesta época de infidelidade e descrença partidária", disse o peemedebista.

Para Calheiros, "os partidos devem ter mais força do que cada um de seus representantes. Devem representar, verdadeiramente, os interesses de uma parcela significativa da população e colocar o bem-estar coletivo acima de interesses imediatos de poder". E é este, disse, "o exemplo do PCdoB, ao longo de toda a sua trajetória política". Ele lembrou ainda que "o espírito de luta e a capacidade de trabalho que moveram idealistas como João Amazonas, Maurício Grabois, Elza Monnerat, Pomar, Arroio e tantos outros nomes do PCdoB são os mesmos que alimentam, ainda hoje, os representantes e militantes do partido".

O presidente do Senado lembrou também do passado de batalhas enfrentadas pelos comunistas. "O PCdoB tem uma belíssima e heróica história de defesa das causas populares, compromisso e resistência democrática.

Calheiros salientou coerência do PCdoB

Enfrentou com bravura períodos de violenta repressão, como na ditadura Vargas. E teve momentos de grandes conquistas, como a eleição de um senador e 14 deputados federais em 1947".

De acordo com Calheiros, uma das mais importantes características do PCdoB é a defesa de princípios progressistas e a luta pela construção de um país mais desenvolvido e justo. "A mais antiga agremiação partidária em atividade no Brasil manteve acesos ideais de justiça, igualdade e liberdade mesmo na clandestinidade e, lado a lado com outros partidos de oposição, teve uma atuação decisiva na luta pela redemocratização do país e pelos direitos das camadas mais desfavorecidas da sociedade".

Formado em Direito pela Universidade Federal da Alagoas (UFAL), Calheiros ainda era estudante quando, em 1978, foi eleito deputado estadual pelo então MDB, em oposição ao regime militar. Antes, porém, o parlamentar fez parte do movimento estudantil. Em tom afetuoso, disse que "embora tenha construído toda minha trajetória política no PMDB, sigla da qual tenho o maior orgulho, é com um carinho todo particular que acompanho as comemorações dos 85 anos do PCdoB".

Ele ressaltou ainda que o PCdoB inspirou também sua atuação. "A legenda, da qual sempre fui simpatizante, teve particular influência na minha formação ética e política, ainda nos tempos de dirigente estudantil, em Alagoas". Para Calheiros, "o PCdoB é um exemplo de coerência ideológica que precisa ser preservado. Todos os seus quadros, todos os seus militantes têm a exata noção de que o partido e as suas idéias são maiores e mais fortes do que seus representantes, seus parlamentares, seus dirigentes".

Por fim, disse: "estaremos sempre juntos nesta jornada, na luta pelo crescimento econômico, pela justiça social, pelo fim da miséria e da exclusão social em nosso país, por uma educação de qualidade para nossas crianças, pela saúde, pela moradia com dignidade, pelo trabalho".

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senadora Serys Sihessarenko, a Mesa acata as reivindicações de V. Ex^a e procederá aos registros, conforme o Regimento.

Senador Mão Santa, quero dizer que V. Ex^a é tido nesta Casa como o guardião do Plenário. Portanto, o tribuno ativo não pode cochilar.

Aqui estou para dar prosseguimento à sessão. V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Ralph Waldo Emerson, filósofo norte-americano, diz que toda pessoa que ele vê é superior a ele em determinado assunto. Nesse particular, procuro aprender. E tenho aprendido muito com V. Ex^a, mas, quanto ao que disse V. Ex^a, digo-lhe que minha formação de médico e de professor em Biologia e em Fisiologia dá-me o direito de fazê-lo entender o que é uma reflexão de audição. Eu estava, atentamente, ouvindo este tribuno ímpar da nossa história, que é Pedro Simon. Ouvimos com os olhos, com o ouvido, com o coração e com a mente, alternadamente, para refletirmos.

Já tive o prazer de ouvir os melhores discursos dos 180 anos deste Congresso, que estão publicados em CD. Aliás, está lá o de Pedro Simon, quando homenageia Tancredo Neves; também o de Afonso Arinos; o do Padre Gondim, relembrando a morte de Kennedy; o de Roberto Campos, com seu tratado – ninguém escreveu tão bem sobre a história, sobre o planejamento e o futuro deste País –, e ele reconhece, em seu livro *A Lanterna na Popa*, que não foi mais longe porque não era bom orador, como o é nosso Pedro Simon, melhor orador da História do Brasil.

Portanto, Senador Gilvam Borges, peço a V. Ex^a, que preside a sessão, que junte o pronunciamento feito pelo nosso querido e imortal Darcy Ribeiro que deu origem ao livro *Formação do Povo Brasileiro* – é nossa história, é nosso passado, é a história contada da época dos índios, dos africanos e dos portugueses até os dias de hoje; é o Brasil de hoje e o do futuro – com o extraordinário pronunciamento de Pedro Simon. Juntando ambos, creio que teremos uma das mais importantes publicações da história do Senado.

Era essa minha contribuição. Sr. Presidente, de maneira alguma, eu estava cochilando. Pelo contrário, eu ouvia, atentamente, o Senador Pedro Simon. Eu estava, sim, meditando, tentando acompanhar a inteligência de Pedro Simon, oferecendo-nos, de maneira rápida e sintética, a complexa história da globalização e do mundo atual, de incluídos e de excluídos. S. Ex^a se pautava em um sentido maior, no sentido de levar-

mos os brasileiros e a humanidade ao que desejamos: à felicidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, a Mesa comprehende isso. Embora suas pálpebras estivessem fechadas, creio que V. Ex^a estava compenetrado.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Edison Lobão, ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, acredito que um homem vigilante como o Senador Mão Santa fecha apenas um olho, fica sempre com o outro aberto e com os dois ouvidos bem aguçados.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para falar a respeito da problemática do garimpo de diamantes na Reserva Roosevelt, reserva dos índios Cinta-Larga. Antes, porém, faço um alerta ao Ministério dos Transportes e ao Dnit nacional e também à unidade do meu Estado com respeito às nossas BRs federais.

Com as fortes chuvas ocorridas este ano em todo o Brasil, com muito mais intensidade na Região Norte, em meu Estado, o Estado de Rondônia, as estradas simplesmente acabaram. Percorri mais de mil quilômetros de estradas federais nesse final de semana, saindo da Capital, Porto Velho, até o interior do Estado, e voltando para a Capital. À noite, é risco de vida iminente percorrer a BR-364, principalmente quando está chovendo. São 400 carretas que trafegam dia e noite, transportando soja do sul de Mato Grosso para o porto graneleiro de Porto Velho – lá há dois portos, o porto da Maggi e o porto da Cargill. Imaginem a quantidade de carretas que passam por lá! É claro que essas carretas também são responsáveis pelos buracos na estrada.

O Dnit tem de dar uma resposta. Sei que está chovendo ainda – as chuvas começam a parar agora –, mas é urgente a recuperação daquela rodovia, sob pena de um prejuízo muito grande, causado todos os dias para as transportadoras, para as empresas de ônibus, para os proprietários de pequenos veículos que trafegam naquela rodovia. Além de estragar carros, de estourar pneus, de quebrar peças, há o risco de vida para as pessoas, o que vem ocorrendo com uma certa freqüência, principalmente na BR-364. Não é diferente na BR-429, uma rodovia com menos movimento, mas com pouco asfalto. Há também a BR-421, a BR-425 e a BR-174. São as rodovias federais no Estado de Rondônia.

Portanto, é o alerta que deixo e o pedido de socorro ao Ministério dos Transportes, ao DNIT nacional e à unidade do DNIT no Estado de Rondônia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Meu Líder, Senador Valdir Raupp, V. Ex^a podia conceder-me um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É sobre o assunto das estradas?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É. Eu gostaria de também colaborar com V. Ex^a, que lidera tão bem o PMDB!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – No passado, quando V. Ex^a governava Rondônia e quando eu governava o Piauí, em 1995, fomos visitados por uma comissão de Senadores, para ver as obras inacabadas. Vou dar exemplos, para não cansá-lo. Mostrei todas na época, e elas ainda estão lá. Há aquela ponte – e V. Ex^a se lembra – que liga Teresina e Timon. O relatório dos Senadores foi tão positivo, que o Governo Federal acabou concluindo essa ponte. Trata-se da Ponte da Amizade. Isso também deve ter acontecido em seu Estado. Agora, vou repetir: estou pedindo que cada Senador indique as três obras mais importantes do Governo Federal que estão paradas. Solicito, de público, a V. Ex^a, para incluirmos Rondônia no nosso trabalho, e assim peço também à Senadora Serys Slhessarenko, de Mato Grosso, e ao Senador Gilvam Borges. Já anunciei a do Piauí. Enviaremos um documento ao Presidente da República, para que inclua essas obras no PAC. Do Piauí, são o porto, a eclusa e a ferrovia, que foram prometidos pelos Governos passados e por este.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Mão Santa, pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Antes que V. Ex^a continue o pronunciamento, solicito ao Senador Mão Santa que permaneça no plenário, pois ainda travaremos uma ampla discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Sr^ss e Srs. Senadores, recente edição da revista *Época* trouxe longa reportagem sobre a exploração de diamantes no Garimpo do Laje, situado na Reserva Roosevelt, nas terras dos índios Cinta-Larga, em Rondônia. Essa é uma situação crítica e potencialmente explosiva. Por isso, quis aproveitar a oportunidade da publicação para trazê-la hoje à atenção das Sr^ss Senadoras e dos Srs. Senadores.

Todos se lembram, certamente, da chacina de 29 garimpeiros ocorrida em 2004, no Garimpo do Laje. O assunto apareceu com destaque em todos os jornais brasileiros e chamou também a atenção da imprensa

mundial. Hoje, Sr. Presidente, o risco de que tal coisa se repita é muito grande. O Garimpo, que deveria estar interditado, voltou a ser largamente explorado no início deste ano. Segundo a revista *Época*, quatro grandes máquinas retroescavadeiras já abriram uma cratera de dez quilômetros de perímetro no Garimpo. Garimpeiros, contrabandistas, atravessadores e todo o cortejo de aventureiros e de malfeiteiros que costuma ser atraído pela promessa de grande riqueza, ainda que com riscos consideráveis, e que se aproveita da ilegalidade já voltaram a circular pela região – a região de Espigão d'Oeste, Vilhena e Pimenta Bueno, que circundam a Reserva Roosevelt.

Em 2004, quando ocorreu a chacina, cerca de cinco mil garimpeiros, segundo a revista, circulavam no Laje. Será que vamos esperar que a situação chegue a isso de novo para tomar uma atitude?

De uma coisa, podemos estar seguros, Sr. Presidente: basta não fazermos nada, para assistirmos, em breve, a novo banho de sangue na região. Há ali todos os ingredientes para uma explosão de violência: por um lado, a maior jazida de diamantes do Brasil e uma das maiores do mundo; por outro, a indefinição legal que põe os índios, que têm posse da terra, na impossibilidade de explorar abertamente, de forma racional e benéfica para eles próprios e para o País, a imensa riqueza proporcionada pelos diamantes.

De um lado, estão garimpeiros bem-intencionados, é verdade, querendo transformar seu trabalho em riqueza, para si mesmos e para o País; de outro, aproveitadores de todos os matizes, que enganam os índios e que roubam o País.

De um lado, está uma Polícia Federal que, mesmo com toda boa vontade e competência, é incapaz de garantir a segurança de um território que chega a 2,7 milhões de hectares, boa parte deles cobertos de floresta intacta; de outro, quadrilhas internacionais, que atuam na África, violentas e dispostas a tudo. Entre os dois, milícias de índios, armados e prontos para defender sua terra.

Esse é o cenário, Sr. Presidente. É estupidez pensar que a mera proibição do garimpo possa resolver o problema. As promessas de riqueza são grandes demais, as ambições são extensas, os interesses são suficientemente fortes para fazer esquecer os enormes riscos.

A única solução, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, é legalizar a exploração do diamante, regulamentando a exploração das riquezas do subsolo nas terras indígenas, em Rondônia e em todo o Brasil. Já tive a oportunidade de propor ao Ministro da Justiça, em duas ocasiões em que me encontrei com ele, a criação de uma empresa estatal para negociar os diamantes da

região, acabando com a atividade ilícita. Isso foi com o Ministro anterior, Márcio Thomaz Bastos. O atual Ministro é Tarso Genro, com quem espero me encontrar em breve a fim de tratar do assunto.

Isso seria benéfico para os índios, que contariam com o apoio do Estado brasileiro para administrar essa imensa riqueza, sem correr os riscos de cair nas mãos de contrabandistas e exploradores, e seria benéfico para o País. Sugerí, também, que, além de uma empresa estatal, fosse criada uma cooperativa, talvez administrada pelos próprios índios, em parceria com a empresa estatal, para explorar essa riqueza, que é muito grande. Os índios estão pobres, passando necessidade.

Mas o Governo Federal tem de agir com rapidez, para evitar o que já falei anteriormente, ou seja, uma nova tragédia naquela região.

A reportagem da revista *Época* sugere que, enquanto o garimpo, desorganizado e ilegal, consegue tirar cerca R\$100 milhões por ano em diamantes, um garimpo industrial poderia chegar a render R\$3 bilhões por ano! Seria suficiente, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, para manter praticamente todos os índios do Brasil inteiro.

A estratégia da proibição é a da avestruz: é fechar os olhos, fingir que não há garimpo, esquecer que há, na reserva Roosevelt, uma riqueza imensurável em diamantes. O problema é que, enquanto os honestos fecham os olhos, os desonestos agem livremente.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a situação do garimpo do Laje beira o absurdo. Existe lá uma das maiores jazidas de diamantes do mundo, deixada nas mãos dos contrabandistas.

Se seguíssemos o exemplo de outros países, como o Canadá, onde jazidas de diamantes também foram encontradas em terras indígenas, estaríamos, hoje, entre os três maiores produtores de diamantes do mundo, e os índios, com certeza, ricos, como os índios canadenses e americanos e tantos outros.

É até possível decretar a interdição do garimpo, mas é impossível anular por decreto a atração que os diamantes exercem sobre os garimpeiros e, principalmente, sobre os contrabandistas e aventureiros que lá chegam.

Por mais dificuldades que tenham de enfrentar, mesmo correndo o risco de morte violenta, os garimpeiros voltarão ao Laje, como, aliás, já voltaram.

O resultado é a situação de ilegalidade que se instala na região, com os ingredientes explosivos de que já falei, com todo o séquito de consequências desastrosas que isso implica.

Sofrem os índios, que se vêem forçados a conviver com bandidos e até mesmo a colaborar com eles,

para poder explorar suas terras. Sofrem os garimpeiros, também à mercê de contrabandistas e atravessadores. Sofre o meio ambiente, devastado por uma exploração selvagem e sem controle. Sofre o povo de Rondônia, Sr. Presidente, que vê uma riqueza imensa sendo literalmente roubada sob seus olhos, sem que nada seja feito; que vê o meio ambiente ser destruído por uma atividade predatória e sem fiscalização; que convive com o crime organizado; que se ocupa do garimpo na falta de outra instância. E sofre o País, que vê suas riquezas espoliadas fazerem a fortuna de estrangeiros inescrupulosos.

É urgente, portanto, que tomemos uma posição e que encontremos uma saída para a exploração desse garimpo.

Espero que não tenhamos novamente de envergonhar-nos com as notícias de mais uma chacina bárbara nas ricas florestas de Rondônia, para sair da letargia e começar a agir eficazmente.

Era esse o apelo, Sr. Presidente, que gostaria de fazer no dia de hoje, para que o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, possa agir imediatamente, a fim de evitar uma nova tragédia naquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa, então, tomará providências no sentido de encaminhar o pronunciamento de V. Ex^a ao Ministro de Minas e Energia e ao Ministro da Justiça, se assim convier a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes e, depois, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não vou ferir o Regimento. Vou apenas ouvir o nobre Líder Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não, nós dois vamos ficar aqui.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, há muitos critérios que se podem utilizar na avaliação do maior ou do menor grau de sucesso de um sistema político, no contexto de uma democracia. Embora a lista desses critérios possa ser objeto interminável de discussão, um entre eles estará certamente fora de qualquer con-

traditório ou de qualquer polêmica: justamente o que avalia o equilíbrio entre os Poderes.

É neste ponto que pretendo centrar meu pronunciamento: no Brasil, o Executivo usurpou, pelo uso que fez do instituto da Medida Provisória, as atribuições do Legislativo, e existe pouca chance de aprimorar nosso sistema político, enquanto subsistir essa distorção.

De fato – e não sou o primeiro a registrá-lo desta tribuna –, não há como negar que, hoje, toda a agenda legislativa, no âmbito federal, regula-se pela necessidade de dar vazão ao fluxo avassalador de medidas provisórias diuturnamente produzidas pelo Governo.

Todo dia, debates importantíssimos são interrompidos nesta Casa, simplesmente porque acabou de chegar da Câmara dos Deputados mais uma medida provisória, recebida para exame do Senado em curtíssimo prazo. Todo dia, decisões congressuais relevantes são adiadas. O motivo? A pauta de uma das Casas está trancada, precisamente em função da tramitação de uma medida provisória. Tudo pára no Legislativo, porque sua verdadeira prioridade ficou sendo uma só: processar as propostas de lei remetidas, em regime de marcha batida, pelo Poder Federal.

Está claro, Sr. Presidente, que não haverá progresso na qualidade do nosso sistema político, se antes não se remediar essa situação; que os vícios do hiperpresidencialismo no Brasil não serão superados, sem que cesse o seqüestro da agenda do Congresso Nacional; que o Legislativo jamais assumirá, em nosso País, o grau de importância que lhe é natural em toda parte, enquanto o instituto da medida provisória fizer letra morta o princípio de equilíbrio entre os Poderes.

Confesso que não tenho ilusões sobre a utilidade das tentativas de aprimoramento do conjunto de mecanismos que regem o instituto da medida provisória. A última delas, trazida pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que cassou a reedição da medida provisória vencida em prazo, embora parecesse à época uma boa idéia, não trouxe nada de efetivo.

Prova disso é que a quantidade média de medidas provisórias anuais elaboradas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso – que era de 40 no primeiro mandato – subiu após a adoção da emenda, chegando, no primeiro Governo Lula, à impressionante marca de 60 medidas provisórias por ano.

E por que tudo isso, Sr^{as}s e Srs. Senadores? Acaso não existem mecanismos de urgência previstos na Constituição? Acaso alguns dos temas importantes impostos pelo Executivo à nossa apreciação, tais como a regulamentação dos bingos e dos caça-níqueis – são realmente urgentes e relevantes?

Longe disso, Senador Mão Santa! O que há, de fato, é uma enorme indisposição do Executivo para negociar politicamente com o Congresso, ao menos nos moldes republicanos. O que há, de fato, é a inca-

pacidade do Governo em planejar-se adequadamente – o que lhe sai barato, visto que uma medida provisória resolve qualquer problema. O que há, em definitivo, é que, assim – a cada medida que edita –, o Executivo coloca o Congresso na condição de refém de seus desejos e de sua agenda, na contramão da harmonia entre os Poderes e em prejuízo da República e da pedagogia democrática, em nosso País.

É por esse motivo, Sr. Presidente, que considero equivocada a decisão tomada pela CCJ na reunião do dia 14 de março último, de recomendar o julgamento da prejudicialidade da PEC nº 47, de 2004, que justamente pretendia eliminar o instituto da medida provisória do nosso ordenamento jurídico.

Do ponto de vista técnico, a prejudicialidade somente pode ser recomendada por perda de oportunidade, ou em virtude de prejulgamento do Plenário em outra deliberação.

A oportunidade da proposta é, por tudo o que expus preliminarmente, clara e inofensiva, e não pode ser negada senão em distorção de seu mérito.

A alegada hipótese de prejulgamento, por sua vez, é ainda mais frágil, uma vez que feita em relação a uma outra proposta, a PEC nº 72, de 2005, que pretende trazer uma série de modificações ao instituto da medida provisória, sem, contudo, prever sua supressão.

Embora reconheça que os ajustes oferecidos pela PEC nº 72 sejam razoáveis, eles o são apenas na perspectiva da manutenção do instituto, ou seja: se pretendemos, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Senador Papaléo, peço a V. Ex^a uma prorrogação para prorrogar a sessão. Aproveito para fazer um apelo ao Senador Mão Santa, para que se prepare e pare de ler o jornal, pois há um orador na tribuna.

Senador Mão Santa, o Senador Papaléo...

Está prorrogada a sessão.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O Senador Mão Santa é um dos companheiros Senadores que todos os dias mostra o seu conhecimento, a sua atualização, a sua capacidade de abordar um conjunto de assuntos, e, ao fim do seu discurso, todos nós ficamos encantados e aprendemos muito com eles.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Mesa comunga da opinião de V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É um homem de uma grande leitura, e não abre mão, quando dispõe de um jornal ou de uma matéria importante à sua frente, de ler, para se preparar para os próximos discursos.

Muito obrigado, Excelência, pela prorrogação.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, embora reconheça que os ajustes oferecidos pela PEC nº 72 sejam razoáveis, eles o são apenas nas perspectivas da manutenção do instituto; ou seja, se pretendemos

de fato que o Executivo continue a legislar via medida provisória. Mas é imperativo perguntar: por que permitir que as medidas provisórias continuem a trazer o dano que trazem, se os mecanismos constitucionais são suficientes para tratar da situação em real urgência e de real relevância? Por que deveria o Congresso Nacional dar continuidade a um mecanismo que tanto tem operado em desfavor da eficácia de sua agenda? Por que jogar fichas e queimar cartuchos no aprimoramento de um equívoco que, em vez de aprimorar, melhor seria eliminar?

Compreendo perfeitamente que a Liderança do Governo queria, no encaminhamento das matérias, privilegiar ajustes ao mecanismo das medidas provisórias e não sua supressão. Afinal, embora profundamente danosas às instituições republicanas, as medidas provisórias resolvem muito da incompetência administrativa e da incapacidade governamental em articular-se politicamente na Câmara e no Senado.

Não posso compreender, entretanto, que seja negada a esta Casa a oportunidade de avaliar – uma vez ao menos – a extinção do instituto da medida provisória e dos malefícios que ele traz à prática de um sistema de governo efetivamente democrático em nosso País.

É por isso que lamento profundamente a decisão da CCJ. É certo que problemas estruturais exigem soluções estruturais; que problemas sensíveis exigem decisões tomadas com sensibilidade. Não foi esse, entretanto, o encaminhamento que, no meu entender, foi dado à PEC nº 47.

É por isso, Sr. Presidente, que tomei a decisão de submeter ao Plenário do Senado Federal recurso visando a reverter a indicação de prejudicialidade da PEC nº 47, na forma em que se manifestou a CCJ. O assunto é muito grave para que se deixe consumar, sem qualquer reação contrária, a tentativa de inviabilizar a manifestação desta Casa.

Estou certo de que, assim procedendo, será possível dar ao Senado Federal a oportunidade de tomar posição, sem meios-termos, em relação ao estatuto que o Legislativo merece ter como Poder efetivamente autônomo, independente e eqüipotente. Estou certo de que, assim procedendo, não será essa oportunidade subtraída por uma manobra regimental interesseira e equivocada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento, Senador Papaléo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Aviso nº 3, de 2007-CN (nº 56 Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 53, de 2007-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do Km 345,4 ao Km 421,3 (TC 002.083/2006-1).
- Aviso nº 4, de 2007-CN (nº 89-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 103, de 2007-TCU (Plenário), referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do Km, 193,3 ao Km 345,4 (TC nº 002.080/2006-0).
- Aviso nº 5, de 2007-CN (nº 273-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 354, de 2007-TCU (Plenário), referente à auditoria realizada nas obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-319, no Estado do Amazonas, trecho Manaus-Divisa AM/RO, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes – DNIT (TC nº 006.374/2006-7).

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os Avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Mensagem nº 34, de 2007-CN (nº 159/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao primeiro bimestre de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 172, DE 2007

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Aviso nº 239, de 2000, (nº 8.112/SGS-TCU/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 951/2000 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília (TC-007.550/2000/1).

RELATOR: Senador HERÁCLITO FORTES

RELATOR “AD HOC”: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão cópia da Decisão nº 951/2000, do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República (PGR) em Brasília (TC-007.550/2000-1), encaminhada por intermédio do Aviso nº 239, de 2000, do TCU.

Consoante ressalta o Relator da referida decisão, a auditoria foi realizada em junho de 2000, havendo detectado diversas ocorrências, que motivaram diligências junto ao Ministério Público Federal (MPF) e a audiência do Secretário de Administração do órgão. Ainda segundo o Relator, a despeito de a maior parte dos questionamentos ter sido esclarecida, remanesceram “alguns problemas, decorrentes de faltas constatadas no projeto executivo da obra”, que foram objeto de determinações ao órgão, não caracterizando irregularidades graves. Desse modo, o Tribunal decidiu:

- 1) acolher as razões de justificativa do Secretário de Administração do MPF;
- 2) determinar ao MPF que:
 - a) atentasse para a necessidade de realizar licitação nas contratações de novos serviços atinentes à construção do edifício-sede da PGR que não se enquadrassem nos termos da Decisão nº 949/1999, do Plenário do TCU, segundo a qual a contratação sem licitação, por inexigibilidade, fundada em notória especialização do contratado só se

justifica quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, o qual não poderá ser subcontratado, caso em que se caracterizará a viabilidade de competição;

- b) apurasse a ocorrência de possíveis danos ao erário resultantes do subdimensionamento de quantitativos constantes do caderno de especificações da obra, mantendo a Corte informada a respeito;
 - c) científicasse o Tribunal dos resultados da apuração de fatos relatados no Processo MPF nº 08100.005992/97-97, que tratava de solicitação de resarcimento de despesa efetuada pela administração com a realização de testes de carga para fixação de tensão, não prevista no projeto executivo da obra, elaborado pela empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda..
- 3) remeter cópias da decisão aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, ao Procurador-Geral da República e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando a esta última que, apesar das impropriedades detectadas, não subsistiam, até aquela data, irregularidades graves na execução da obra.

II – ANÁLISE

Trata-se de comunicação do TCU a respeito de atividades de auditoria nas obras públicas de construção do Edifício Sede da Procuradoria-Geral da República.

Conforme salientado anteriormente, na auditoria empreendida, o TCU não identificou irregularidades graves na obra auditada, mas apenas falhas e impropriedades, que motivaram determinações ao Ministério Público Federal.

A primeira determinação apenas reitera a que havia sido feita na Decisão 949/1999, para a estrita observância da Lei nº 8.666, de 1993, quanto da contratação, sem licitação, por notória especialização. Como constatou a equipe de auditoria no caso ora em exame, não houve, nessa etapa de fiscalização, infringência da lei no tocante à contratação por inexigibilidade.

A segunda determinação refere-se a falhas na execução da obra, que deram ensejo a complementações dos projetos por parte da empresa contratada. Segundo o órgão, tais complementações foram feitas sem ônus para o erário. Ainda assim, a Corte determinou que o MPF apurasse a eventual existência de dano, em razão de tais correções.

Por fim, o Tribunal determinou ao órgão que o informasse dos resultados de processo administrativo instaurado com o fim de obter, junto à empresa contratada, resarcimento de despesas efetuadas pelo MPF, em virtude de erros no projeto executivo a ela imputados.

Em resumo, verificamos que o TCU não identificou irregularidades graves nas obras auditadas, havendo feito as determinações cabíveis para o saneamento dos vícios encontrados.

III – CONCLUSÃO

À luz do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Aviso nº 239, de 2000, do Tribunal de Contas da União, bem assim dos documentos que o acompanham, haja vista não haver, segundo entendemos, quaisquer providências a serem tomadas no âmbito do Senado Federal com respeito à matéria objeto da Decisão nº 951, de 2000, do Plenário daquela Corte de Contas.

Sala da Comissão,

**Senador Leomar Quintanilha
Presidente**



**Senador Heráclito Fortes
Relator**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 239 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/02/2007 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>L. Quintanilha</i>
RELATOR: "A) Hoc"	<i>Senador Valdir Raupp</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	<i>Renato Casagrande</i> FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT	<i>Sibá Machado</i> AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	<i>Fátima Cleide</i> SERYS SHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	<i>João Ribeiro</i> INÁCIO ARRUDA-PC do B
FERNANDO COLLOR-PTB	<i>Fernando Collor</i> EXPEDITO JÚNIOR-PR
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	<i>Leomar Quintanilha</i> ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	<i>Wellington Salgado</i> GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	<i>Valdir Raupp</i> GARIBALDI ALVES
VALTER PEREIRA	<i>Valter Pereira</i> GERALDO MESQUITA
PFL	
SEU RESENDE	<i>Seu Resende</i> ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	<i>Heráclito Fortes</i> DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO	<i>Jonas Pinheiro</i> EDISON LOBÃO
JOSÉ AGRIPIINO	<i>José Agripino</i> RAIMUNDO COLOMBO
PSDB	
CÍCERO LUCENA	<i>Cícero Lucena</i> LÚCIA VÂNIA
MARISA SERRANO	<i>Marisa Serrano</i> MÁRIO COUTO
MARCONI PERILLO	<i>Marconi Perillo</i> SÉRGIO GUERRA
PDT	
JEFFERSON PÉRES	<i>Jefferson Péres</i> VAGO

PARECER Nº 173, DE 2007

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Aviso nº 9, de 2003 (nº 206, de 2003, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 158, de 2003, do Tribunal de Contas da União e do Relatório de Auditoria Integrada junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2001 e 2002 (TC-006.440/2002-1).

RELATOR: Senador EURÍPEDES CAMARGO

RELATOR "AD HOC": Senador FLÁVIO ARNS

I – RELATÓRIO

Chegam à Comissão de Educação, para conhecimento dos Senadores, por meio do Aviso nº 9, de 2003, cópias do Acórdão nº 158, de 2003, aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), bem como do Relatório da Auditoria Integrada feita em relação ao desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos anos de 2001 e 2002, com seu respectivo Voto e anexos. São objeto da auditoria, de forma direta, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e de forma indireta, 67 Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) de Estados e Municípios.

A auditoria foi realizada no decorrer do exercício de 2002, envolvendo, além do FNDE, 58 prefeituras municipais de 21 estados e 9 secretarias estaduais de educação, consideradas executoras do PNAE. O relatório foi produzido por analistas da 6ª Secretaria de Controle Externo do TCU.

A auditoria se justificou pela substancial soma de recursos federais - R\$ 1,815 bilhões no biênio 2001/2002 – empregados na aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar de 37 milhões de alunos do pré-escolar e do ensino fundamental, por mudanças relevantes efetuadas no programa e por freqüentes denúncias de irregularidades na mídia e nas casas legislativas.

O funcionamento do programa é disciplinado, atualmente, pela Medida Provisória nº 2.178-36/2001, em conjunto com resoluções do FNDE. Três são as alternativas de operá-lo: as prefeituras e as secretarias estaduais de educação podem executar as ações (centralização); podem transferir os recursos para as escolas, que se responsabilizam pela aquisição dos alimentos (escolarização); ou podem contratar empresas para o fornecimento de merenda pronta (terceirização). Das entidades executoras, treze praticavam a escolarização e somente duas a terceirização, encaixando-se a maioria (52) no modelo de centralização.

O foco da auditoria se deu sobre o processo de controle das prestações de contas, no FNDE e nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) de cada município e estado, encarregados legais do acompanhamento dos gastos pelas entidades executoras.

A comprovação mais eloquente da melhoria do processo foi a constatação de que na maioria dos municípios a merenda escolar foi distribuída em quase todos os 200 dias letivos de 2000 e 2001, enquanto pesquisa de 1990 havia registrado uma média de 58 dias de atendimento.

Não obstante, a auditoria revelou inúmeras irregularidades, como falta de merenda em quatro dos 58 municípios, desvios de finalidade no uso dos recursos, com grande materialidade na SEDUC/BA (R\$ 1.892.223,30) e PM de Londrina (R\$ 940.695,73) e em grande proporção em Estância, SE (18,26% das verbas).

A atuação das CAE, segundo a auditoria, é sofrível, não somente pela irrelevância de suas análises das prestações de contas das unidades executores, como pelo fato de serem na maioria presididas por quem deveria ser controlado e de não terem seus membros capacitação mínima para as funções de controle.

Quanto ao FNDE, malgrado os esforços de racionalização dos mecanismos de avaliação das prestações de contas encaminhadas pelos CAE, ficou patente a impossibilidade física do controle, uma vez que se trata de acompanhar o PNAE em mais de 5.500 Municípios.

Daí a conclusão do trabalho, que considera a atual sistemática formal e inefetiva, “incapaz de assegurar a correta execução do programa, especialmente quanto aos aspectos de economicidade e legalidade”.

Não obstante, as conclusões do relatório, assim como o voto do Ministro-Relator, Guilherme Palmeira, encaminham para recomendações e sugestões, inclusive de mudanças legislativas. Uma delas, citada mais de uma vez no relatório, é “a exclusão de representante do executivo da composição dos Conselhos”. Também são recomendados debates entre o Legislativo, o Executivo, o FNDE e os CAE para aperfeiçoar os mecanismos de controle.

II – ANÁLISE

No âmbito do Senado Federal, quando da recepção de relatórios do Tribunal de Contas, cabe à Comissão de Educação tomar conhecimento e à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), de acordo com o inciso IX do art. 102-A do Regimento Interno, “propor ao Plenário do Senado as providências cabíveis em relação aos resultados da avaliação, quanto ao resultado das diligências realizadas pelo TCU”.

Neste sentido, cumpre-me, como relator da matéria, refletir para os senadores da Comissão a leitura que fiz do Acórdão, do Relatório e do Voto do TCU e, eventualmente, recomendar à CFC que proponha ao Plenário alguma providência cabível.

Em primeiro lugar, o PNAE, mesmo tendo tido uma origem errática e um desenvolvimento gerencial que por muitos anos comprometeu sua eficiência e eficácia, se constitui, hoje, em uma ação pública de grande importância, não somente por movimentar mais de R\$ 3 bilhões anuais na aquisição e distribuição de merenda, como principalmente por contribuir para a alimentação efetiva de quase 40 milhões de crianças e adolescentes do País.

Existem inúmeros testemunhos de que a primeira fome do dia de milhões de alunos nas periferias das cidades e nos recônditos do interior é minorada por essa pequena, mas substancial refeição, que se tornou uma instituição nacional, a merenda escolar. O trabalho meticuloso e sério do TCU ajuda a descrever os aspectos legais, operacionais e pedagógicos desse programa, de forma crítica e competente.

Em segundo lugar, é importante registrar que, não obstante a pequena contribuição por aluno/dia do FNDE (R\$ 0,13), as deficiências operacionais das unidades executoras e os limites patentes dos CAE em sua função de controle, o PNAE está se aperfeiçoando ano a ano, como demonstra o fato significativo, comprovado pelas visitas e questionários da auditoria, da extensão crescente dos dias de merenda em cada ano escolar.

Em terceiro lugar, o capítulo das recomendações, encaminhamentos e conclusão do relatório da auditoria, resumido e interpretado no Voto do Ministro-Relator Guilherme Palmeira e no Acórdão do TCU, fornece aos Senadores e demais destinatários dados riquíssimos para o aperfeiçoamento do PNAE, assim como para uma reflexão política sobre a educação escolar e as ações sociais com ela articuladas.

Finalmente, cumpre-me registrar que não podem passar em branco as irregularidades detectadas, mesmo que limitadas pelo caráter amostral dos trabalhos do TCU, sob pena de estarmos encobrindo erros e irresponsabilidades.

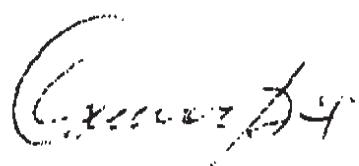
As informações contidas nos documentos trazidos ao exame desta Comissão mostram que o TCU tomou, em relação ao PNAE, as providências decorrentes da competência a ele conferida pela lei, inclusive mediante recomendações para a promoção de mudanças nos mecanismos de funcionamento da alocação de recursos e aquisição de gêneros para a alimentação escolar, em que a União tem uma responsabilidade não central, mas suplementar, como preceituam os arts. 208 e 213 da Constituição Federal.

Uma vez que é do interesse desta Comissão acompanhar os desdobramentos das iniciativas do Governo Federal na melhoria da qualidade da educação, inclusive das ações sócio-educativas, recomendamos a promoção de debates sobre a matéria com as autoridades responsáveis pelo PNAE, com os especialistas da academia e outros representantes dos Poderes Públicos e da sociedade civil envolvidos nessa ação.

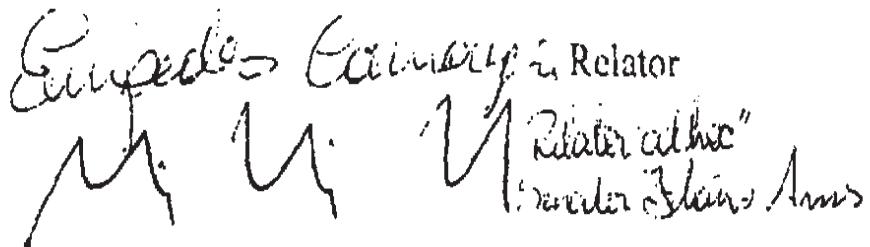
III - VOTO

Em face do exposto, concluímos, nos termos do art. 133, V, d, do Regimento Interno do Senado Federal, que a matéria seja encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle, para que seja analisando nos termos do inciso IX do art. 102-A do citado Regimento.

Sala da Comissão. 11 de novembro de 2003.



. Presidente


Enredo: Enunciado Relator
M. M. "Relator ativo"
M. M. "Relator ativo"

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO AVS N° 009/03 NA REUNIÃO DE 27/3/07 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Assinatura do Presidente)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE

1- TIÃO VIANA

FLÁVIO ARNS

(Assinatura)

2- ROBERTO SATURNINO

IDEI SALVATTI

3- EURÍPEDES CAMARGO

JOÃO CABIBERIBE

4- (VAGO)

DUCIOMAR COSTA

5- (VAGO)

AELTON FREITAS

6- (VAGO)

VALMIR AMARAL

7- (VAGO)

HELOÍSA HELENA

8- (VAGO)

PMDB

HÉLIO COSTA

1- MÃO SANTA

MAGUITO VILELA

2- GARIBALDI ALVES FILHO

VALDIR RAUPP

3- PAPALEO PAES

GERSON CAMATA

4- LUIZ OTÁVIO

SÉRGIO CABRAL

5- ROMERO JUCÁ

JOSE MARANHÃO

6- AMIR LANDO

PFL

DEMÓSTENES TORRES

1- EDISON LOBÃO

JORGE BORNHAUSEN

2- JONAS PINHEIRO

JOSÉ JORGE

3- JOSÉ AGRIPIÑO

EFRAIM MORAIS

4- MARCO MACIEL

MARIA DO CARMO ALVES

5- PAULO OCTÁVIO

ROSEANA SARNEY

6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA

1- ARTHUR VIRGILIO

LEONEL PAVAN

2- EDUARDO AZEREDO

REGINALDO DUARTE

3- TEOTÔNIO VILELA FILHO

ANTERO PAES DE BARROS

4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS

1- JEFFERSON PÉRES

ALMEIDA LIMA

2- JUVÉNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI

1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

PARECER Nº 174, DE 2007

Da COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, aos Avisos nºs 4 e 9, de 2003 (nºs 217 e 206/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminham ao Senado Federal o Acórdão nº 158, de 2003 – TCU, proferido nos autos do Processo TC nº 006.440/2002-1, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, acerca de auditoria realizada sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Relator: Senador HERÁCLITO FORTES

Relator "AD HOC": Senador SIBÁ MACHADO

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão os Avisos nº 4 e nº 9, de 2003, do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminham ao Senado Federal cópias do Acórdão nº 158, de 2003 – TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam.

O Acórdão nº 158, de 2003, refere-se a auditoria realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o objetivo de avaliar a regularidade da execução e a adequação da sistemática de controle do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como o programa da merenda escolar. Além do FNDE, a auditoria realizada avaliou o PNAE em seus executores diretos, a partir de uma amostra de cinqüenta e oito prefeituras municipais e nove secretarias estaduais de educação. A auditoria referiu-se aos exercícios de 2000 e 2001.

O enfoque central da auditoria foi o processo de controle das prestações de contas dos entes executores, no âmbito do próprio FNDE e nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) de cada estado ou município. Malgrado a identificação de boas práticas e a constatação de indiscutíveis melhorias na implementação do programa – como o fornecimento da merenda durante os duzentos dias letivos em praticamente todas as localidades auditadas, raros casos de emprego dos recursos em finalidades diversas das

previstas na legislação e a utilização de contas únicas e específicas para a movimentação das verbas da merenda –, as conclusões do TCU apontaram irregularidades e desvios, submetidos às medidas cabíveis, além de fragilidades passíveis de aperfeiçoamento por parte dos órgãos gestores do PNAE, em todas as esferas de governo.

Encaminhado à Presidência do Senado Federal, o Aviso nº 4, de 2003, foi despachado diretamente para análise desta Comissão. O Aviso nº 9, por sua vez, foi encaminhado à Comissão de Educação, onde obteve parecer da lavra do Senador Eurípedes Camargo, sob a relatoria *ad hoc* do Senador Flávio Arns, pelo encaminhamento da matéria a este colegiado. Por versarem sobre o mesmo assunto, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentei o Requerimento nº 271, de 2006, aprovado em Plenário, para a tramitação conjunta de ambos os Avisos.

II – ANÁLISE

Desde a década de 40 do século passado, o programa de merenda escolar tem-se destacado como importante iniciativa para suprir, parcialmente e em caráter suplementar, as necessidades nutricionais dos estudantes brasileiros. Ao longo dos anos, o programa sofreu diversas transformações e aperfeiçoamentos, atingindo hoje um universo de mais de trinta e sete milhões de alunos da educação infantil e do ensino fundamental obrigatório, com um orçamento que ultrapassa R\$ 1,5 bilhão.

A auditoria que ensejou o Acórdão nº 158, de 2003, foi realizada em um momento crucial de mudanças no programa. A partir de 1999, por força da edição da Medida Provisória (MPV) nº 1.784, de 1998, reeditada com alterações na MPV nº 2.178, de 2001, principal norma que ainda hoje rege a execução do PNAE, os repasses do Governo federal às entidades executoras (secretarias estaduais de educação e prefeituras) passaram a ser baseados em valor *per capita* nacional e no número de alunos apurado pelo Censo Escolar do ano anterior. Com isso, os repasses da merenda passaram a ser regulares e transparentes, sem a necessidade da intermediação via convênios anuais que dava margem a favorecimentos políticos e casuismos, prejudicando milhões de alunos em todo o País. Essa medida consistiu numa etapa importante do processo de descentralização e racionalização do programa, iniciado em 1995.

Um dos pilares desse processo foi a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), instâncias de participação e controle social da execução do programa. A partir de 2000, os CAEs passaram a ser responsáveis, dentre outras atribuições, pela análise da prestação de contas das entidades executoras. Por essa razão e por seu caráter incipiente, a auditoria do TCU dedicou considerável atenção ao funcionamento desses Conselhos. De modo geral, foram constatadas significativas lacunas na atuação dos diversos CAEs analisados, relacionadas, em grande parte, à ausência de treinamento específico para os conselheiros e de procedimentos uniformes e informatizados para facilitar sua atuação.

A auditoria também enfocou o trabalho do próprio FNDE na sistemática de monitoramento e acompanhamento do PNAE. Nesse sentido, verificou a insuficiência de recursos humanos dedicados às tarefas de fiscalização e controle, ressaltando a incompatibilidade da estrutura daquela autarquia com a magnitude de suas competências legais. A fim de aperfeiçoar a atuação do FNDE nessa tarefa, a auditoria recomendou não somente a dotação dos recursos necessários, mas também a modificação de procedimentos operacionais e avanços rumo à informatização dos processos de prestação de contas.

Hoje, quase cinco anos após a realização da auditoria, o PNAE apresenta muitas melhorias operacionais, além de ter, finalmente, aumentado o valor *per capita* repassado aos estados e municípios (de R\$ 0,13, no caso do ensino fundamental, e R\$ 0,06, no caso da pré-escola, para R\$ 0,22, em ambas as etapas). Sua abrangência também foi ampliada, passando a contemplar toda a educação infantil, além de repassar valores diferenciados para escolas indígenas ou localizadas em áreas remanescentes de quilombos (R\$ 0,44 *per capita*).

O FNDE implementou, ainda, novo sistema de auditoria anual *in loco*, por amostragem, adicionalmente aos mecanismos universais de prestação de contas das entidades executoras. Ademais, tem havido considerável esforço para aprimorar a capacitação dos integrantes dos CAEs, por meio de ações pedagógicas e cartilhas não só do FNDE, mas também do próprio TCU.

No que se refere especificamente ao Poder Legislativo, além de dar-lhe ciência das conclusões da auditoria, o TCU havia sugerido a promoção de debates, com a participação dos diversos atores envolvidos no programa (Ministério da Educação, FNDE, TCU, CAEs, órgãos de controle interno etc), a fim de discutir e aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos de controle dos recursos repassados às esferas estadual e municipal por meio de transferências automáticas. De certo modo, isso já vem sendo feito sob a coordenação dos próprios gestores do programa, juntamente com representantes dos órgãos de controle interno e externo, como demonstram os encontros anuais promovidos pelo FNDE com representantes das entidades executoras, da Controladoria-Geral da União e do TCU.

Por tudo isso, consideramos que a auditoria realizada pela egrégia Corte de Contas cumpriu seu objetivo e foi de extrema importância para o aperfeiçoamento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar e de seus mecanismos de controle e fiscalização.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento dos Avisos nº 4 e nº 9, de 2003, ao arquivo.

Sala da Comissão,

Senador Leomar Quintanilha
Presidente

Senador Heráclito Fortes
Relator

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

PROPOSIÇÃO: AIS Nº 4.9 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/02/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(A)

PRESIDENTE:	<u>J. Quintanilha</u>
RELATOR: "Ad Hoc" <u>Sibá Machado</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
KENATO CASAGRANDE-PSB	<u>Flávio Arns</u> FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT	<u>Augusto Botelho</u> AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	<u>Serys Slhessarenko</u> SERYS SLHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	<u>Inácio Arruda</u> INÁCIO ARRUDA-PCB 86 B
FERNANDO COLLOR-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	<u>Romero Jucá</u> ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	<u>Gilvam Borges</u> GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	<u>Garibaldi Alves</u> GARIBALDI ALVES
VALTER PEREIRA	<u>Geraldo Mesquita</u> GERALDO MESQUITA
PFL	
ELISEU RESENDE	<u>Adeimir Santana</u> ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	<u>Demóstenes Torres</u> DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO	<u>Edison Lobão</u> EDISON LOBÃO
JOSÉ AGripino	<u>Raimundo Colombo</u> RAIMUNDO COLOMBO
PSDB	
CÍCERO LUCENA	<u>Lúcia Vânia</u> LÚCIA VÂNIA
MARISA SERRANO	<u>Mário Couto</u> MÁRIO COUTO
MARCONI PERILLO	<u>Sérgio Guerra</u> SÉRGIO GUERRA
PDT	
EFFERSON PÉRES	VAGO

Publicado no Diário do Senado Federal, de 27-3-2007

PARECERES

Nº 175 e 176, DE 2007

Sobre o Aviso nº 10, de 2003 (Avisos nºs 303-SGS-TCU e 1.894-SGS-TCU) referentes às auditorias operacionais e de monitoramento realizadas para contribuir ao aperfeiçoamento de focalização do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal

PARECER Nº 175, DE 2007 (Da Comissão de Educação)

Relator: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Referente ao Aviso, encaminhado ao Senado Federal pelo Vice-Presidente Adylson Motta, do Tribunal de Contas da União (TCU), em cumprimento aos incisos IX e X do art. 49, da Constituição Federal, que tratam da função fiscalizadora e de controle externo do Poder Executivo, exercidas pelo Congresso Nacional, com auxílio do referido Tribunal.

O Aviso 303-SGS-TCU vem acompanhado do Acórdão 240/2003, aprovado pelo Plenário do TCU na Sessão Originária de 19/03/2003, bem como dos respectivos Relatório e Voto. Em anexo, o Relatório de Auditoria de responsabilidade da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas do Governo, daquele Tribunal. A auditoria operacional em questão foi realizada entre julho de 2001 e agosto de 2002, e trata do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.833, de 24/03/2001.

II – ANÁLISE

A análise e deliberação tem como objetivo avaliar a qualidade e confiabilidade das informações reunidas na documentação apresentada, por meio da verificação dos procedimentos utilizados e sua aplicabilidade.

O Relatório esclarece, em seu item 4.1., que a Secretaria de Estado de Assistência Social, que integrava a estrutura do Ministério da Previdência e Assistência Social, foi transformada no Ministério da Assistência e Promoção Social com base no art. 31, inciso VII da Medida Provisória nº 103, de 01/01/2003. Em consequência, as responsabilidades da antiga Secretaria de Estado foram transferidas ao novo Ministério, nelas incluídas o Cadastro Único dos Programas Sociais. Também, foram mantidas as mesmas referências aos órgãos federais envolvidos e suas atribuições, inclusive no tocante ao período anterior à edição da MP 103, reservando a menção ao novo Ministério às recomendações da auditoria.

Vale lembrar, igualmente, conforme explica o Ministro-Relator, que o Cadastro Único “*consubstancia-se em uma base de dados onde estarão identificados e caracterizados os beneficiários dos programas de transferência direta de renda, com o cadastramento não só das famílias beneficiárias por essas iniciativas, mas também de todas as demais que tenham renda familiar per capita até meio salário mínimo. Seu objetivo fundamental é identificar beneficiários efetivos ou potenciais de programas assistenciais. Segundo apurado, a sistemática desse Cadastro prevê que as famílias beneficiárias recebam os recursos diretamente na rede bancária por meio de cartões magnéticos, evitando atrasos no recebimento, decorrentes de problemas na intermediação dos repasses pelas esferas estadual e municipal*”.

Ao analisar o alcance da cobertura e a qualidade das informações inseridas nas bases de dados, a equipe de auditoria do TCU, visando a melhoria do processo de cadastramento e a consistência dos dados, procura responder às seguintes questões:

1. O Cadastro Único está conseguindo focalizar o seu público-alvo?
2. Que procedimentos podem ser adotados para permitir a manutenção de Cadastro Único?

3. Os módulos e aplicativos utilizados para a operação de banco de dados do Cadastro Único possuem mecanismos de verificação de consistência adequados?

4. Os procedimentos adotados para efetuar o cadastramento das famílias mostram-se adequados a essa finalidade?

5. Como são desempenhadas as funções de agentes operadores e pagadores?

6. Quais os efeitos do Cadastro Único para a gestão dos programas sociais e acesso aos benefícios?

Resultante de tal metodologia o Relatório registra um número considerável de questões de responsabilidade dos diferentes órgãos da administração federal, dentre as quais se destacam os seguintes itens.

I. OPERACIONALIZAÇÃO DA INICIATIVA

Sobre esse aspecto algumas questões são apontadas, como:

- a. a demora na edição do Decreto Presidencial que instituiu o grupo de trabalho "*para a condução das atividades de cadastramento nos municípios*";
- b. a inexistência de orçamento próprio para execução do programa;

¹ Na verdade, a disponibilização dos valores a serem recebidos é feita exclusivamente pelas unidades da Caixa Econômica Federal.

- c. a defasagem entre valores estimados (R\$ 159,3 milhões) para a execução operacional do cadastramento e o efetivamente gasto (R\$ 181,8 milhões); e

- d. a inexistência de rubricas orçamentárias próprias, a partir de 2002, para que os ministérios responsáveis pelos programas do Cadastro Único custeiem as despesas administrativas da CEF.

II. FOCALIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

Foram verificadas omissões de renda, critério básico para inclusão no cadastro, fazendo com que “famílias fora da faixa de atendimento dos programas sociais ocupem” o lugar de quem de direito. A auditoria constatou que:

a. “não têm sido empregados mecanismos de verificação dos rendimentos declarados no cadastramento”;

b. cruzadas as informações do Cadastro Único com a base de dados do Sistema de Benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (SISBEN) do Estado do Rio Grande do Norte, foi possível identificar 1.914 cadastrados que recebiam acima de R\$ 180 de benefício, conforme registro do INSS, dos quais 652 registros apresentaram uma subdeclaração de pelo menos R\$ 2.012, no Cadastro Único, incluindo 301 registros com diferenças superiores a um salário mínimo;

c. o SISBEN, esclarece o Relatório, contém dados sobre os pagamentos de 18 milhões de benefícios ativos do INSS, entre aposentadorias e pensões, dos quais 488.942 são destinados ao Rio Grande do Norte;

d. o Relatório da Auditoria de Acompanhamento de Gestão do INSS, referente ao exercício 2001/2002, elaborado pela Secretaria Federal de Controle Interno, apontou que 36% dos registros do SISBEN “apresentavam inconsistências no NIT”.

Tais observações levaram o Ministro-Relator Adylson Motta a concluir que as “inconsistências limitaram o escopo da comparação com a base do Cadastro Único, implicando que os resultados encontrados provavelmente estão subestimados.”

Destaca o Relatório do TCU que “cruzamentos, realizados periodicamente, tendem a aumentar a confiabilidade e a qualidade dos dados cadastrados, evitando classificar como carentes aquelas famílias que não registraram corretamente os seus rendimentos”. Alerta, ainda, para a recomendação de que o Ministério responsável determine à CEF, de acordo com a cláusula 4º do Contrato de 27/12/2001 (item I, alínea a, e item II, alíneas g e n), a criação da “sistematização crítica dos rendimentos declarados no Cadastro Único, tendo como referências as bases do SISBEN e da RAIS, como forma de aumentar a confiabilidade e qualidade dos dados cadastrados e evitar a inclusão indevida de famílias na faixa de renda do público-alvo”.

III. MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO

Conforme relata a auditoria: “ainda não existe sistemática definida pela coordenação do Cadastro Único a ser observada pelos municípios para operacionalizar a atualização e manutenção da base de dados”. Em razão da ausência dessa sistemática ocorreram inclusões, no Cadastro Único, de pessoas com registro de óbito, inclusive em data anterior ao início do cadastramento.

A preocupação em desenvolver um aplicativo para o programa de manutenção do Cadastro Único, segundo relatam os auditores, surgiu entre os participantes do Grupo de Trabalho, referido anteriormente, em agosto de 2002, ocasião em que a SEAS, coordenadora das ações relativas ao cadastramento, reconheceu a “*necessidade urgente*” de preparar o programa de manutenção. A ausência de prioridade ao processamento das alterações é sentida especialmente pelos gestores municipais, que não só utilizam as bases de dados para executar suas atribuições, mas são os responsáveis pela coleta de informações cadastrais e pela aplicação dos formulários que lhes são distribuídos. Foi constatado que, na maioria dos municípios, não houve orientação do Governo Federal sobre como proceder à manutenção e atualização das informações.

A rotina de manutenção, a ser realizada pelos municípios, é vista como extremamente necessária pelos auditores do Tribunal de Contas e sugerem, também, que “*parece viável a veiculação de mensagem, se necessária a convocação de beneficiários para fins de atualização de dados*”. Os municípios poderiam, igualmente, requisitar aos Cartórios de Registro Civil informações sobre nascimentos, casamentos e óbitos, acontecimentos que acarretam mudanças na composição das famílias; e o SISOB, já mencionado, poderia ser um “sinalizador” nos casos de convocação ou visita às famílias, visando à atualização de seus dados.²

IV. CONDIÇÕES OPERACIONAIS DOS MUNICÍPIOS

A SEAS, coordenadora das ações referentes ao Cadastro Único, orientou as Prefeituras Municipais no sentido de cadastrar as famílias até o mês de outubro de 2002, para que tivessem acesso aos recursos dos

² A Lei nº 8.212, de 1991, art. 68, determina que todos os serviços de Registro de Pessoas Naturais devem comunicar obrigatoriamente no INSS, até o dia 10 de cada mês, os óbitos registrados no mês imediatamente anterior.

programas, naquele mesmo ano; mas, constata o Relatório dos auditores “*o grau de cobertura já alcançado pelo Cadastro Único mostra-se insatisfatório, o que pode vir a penalizar famílias que já têm direito aos benefícios e/ou são potenciais beneficiários*”.

A falta de apresentação de documentos de identidade é a causa mais freqüente de não-repasso dos dados do formulário preenchido ao Cadastro Único, ficando pendente de apresentação da documentação cerca de 63% dos municípios. Já o número insuficiente de formulários, aliado à dificuldade de reproduzi-lo, em 31,3% dos municípios, atrasou o cadastramento.

A inexperiência e a não-familiaridade com a sistemática de trabalho evidenciou-se pela falta ou insuficiência de capacitação dos servidores envolvidos, repercutindo em falhas na consistência e qualidade dos dados, segundo os gestores municipais, “*principalmente quando as famílias não foram entrevistadas em seu próprio domicílio*”.

Outra dificuldade verificada para o cadastramento foi a dificuldade de acesso a famílias residentes na área rural, zona de ilhas, bem como, nos grandes centros urbanos, áreas de risco ou insegurança tais como: regiões com alto índice de criminalidade, invasões, favelas e grotas.

Finalmente, no que concerne aos efeitos do Cadastro Único, e mais especificamente à gestão de Programas Sociais, segundo os auditores, “*foi constatada a dificuldade de disseminação das informações contidas no Cadastro Único aos gestores dos programas sociais do Governo Federal, usuários dessa base de dados*”. Pois, “*tendo em vista que a informação é ferramenta fundamental ao acompanhamento dos programas, verifica-se que o cadastro não tem contribuído, de forma significativa, para esse fim*”, concluem.

No que se refere aos cartões eletrônicos distribuídos aos usuários dos programas sociais e ao acesso aos benefícios, cabe destacar algumas constatações dos auditores:

a. No 1º semestre de 2002, 34,4% dos recursos disponíveis da Bolsa-Alimentação não foram sacados; a média mensal de não-resgate fica em 37,3%;

b. No período de janeiro a agosto de 2002, foram emitidos 3.548.999 cartões, tendo sido distribuídos 2.342.184, ou seja, 67% do total;

c. Quase sempre, as famílias tomam conhecimento de que foram beneficiadas por algum programa quando ocorre a entrega dos cartões, no entanto, a lista fornecida pela CEF às municipalidades indica apenas o nome

do beneficiário, o que dificulta às prefeituras o contato com os usuários dos programas:

d. Apesar do cartão magnético não ser forma exclusiva de saque dos recursos distribuídos aos beneficiários - eles podem fazer o saque no caixa - a CEF não possui postos ou agências em todos os municípios, ou tem número limitado desses (dos 5.561 municípios, cinco não possuem representação da CEF e 4.412 têm apenas um correspondente bancário);

e. A obtenção de informações junto a esses correspondentes é quase nula, gerando atraso no recebimento dos benefícios, filas nos locais, ou deslocamento a outro município onde há agências da CEF, o que, em razão do custo, transforma-se em impedimento à população de baixa renda;

f. É importante ressaltar a inaptidão de alguns beneficiários ao uso de cartão eletrônico, havendo devolução de cartão e senha a funcionários da CEF; 38.767 cartões foram extraviados, e 388.157 senhas tiveram de ser recadastradas, o que sugere o despreparo dos usuários em lidar com este sistema de identificação e, obviamente, com o processo como um todo;

g. Não há um canal de comunicação institucionalizado, formalizado, para que os usuários recorram, no caso de dúvidas ou necessidade de informações, pois mesmo no Cartão Cidadão não consta nem um número de telefone para esse fím; a carta de encaminhamento do cartão informa um número apenas para notificação de perdas ou furtos.

O Ministro-Relator Adylson Motta inicia seu voto ressaltando a “*ineficiência crônica*” no gasto de recursos públicos, no Brasil, e afirma: “*sendo finita a riqueza, há que se buscar a excelência das ações*”. Nessa ótica insere-se a Auditoria Operacional que lhe coube relatar.

Para o Ministro, o Cadastro Único é “*iniciativa audaciosa que, vitoriosa, consistirá em importante instrumento para a formulação de diversas políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas para a alavancagem das condições socioeconômicas da população extremamente carente deste País.*” Tal iniciativa permitirá, segundo ele, “*a exata focalização dos beneficiários efetivos ou potenciais dos programas assistenciais governamentais, como também o controle dos recursos aplicados, com a certificação de que esses foram efetivamente recebidos pelo público-alvo (...)*”

Nesse sentido, a auditoria realizada evidencia, segundo o Ministro Adylson Motta, “*um impacto positivo do Cadastro Único na gestão*

dos programas governamentais, especificamente na ampliação da cobertura das ações sociais, uma vez que houve significativa melhora na identificação e localização das famílias carentes; favorecendo, ainda, o planejamento e implementação de novas ações destinadas às suas necessidades". O Ministro registrou "a ausência de indícios, como prática generalizada, de cadastramento direcionado por critérios político-eleitorais, fato esse que vem reforçar a credibilidade do Cadastro Único".

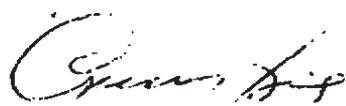
No entanto, aponta o Ministro, finalizados os trabalhos, *"algumas inconsistências foram detectadas"*, sinalizadas pela equipe de auditoria como *"graves"*, mas que podem ser contornadas *"sem maiores dificuldades, desde que sejam adotadas, imediatamente, providências saneadoras, sob pena de que se tenha de realizar, futuramente, novo cadastramento, com os indesejáveis custos adicionais."*

O Ministro Adylson Motta submeteu o relatório ao Pleno do Tribunal o Acórdão, para deliberação, tendo sido aprovado pelos oito ministros presentes, na sessão de 19/03/2003 (Ata 8/2003 - Plenário), ocasião em que o Ministro-Relator assinalava que *"o aconditamento na realização de boas idéias não raro termina na ineficiência da ação"*.

III – CONCLUSÃO

Dante do exposto, e considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional, bem como as específicas do Senado Federal, entre as quais a de "apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo", somos pelo envio da matéria a Comissão de Fiscalização e Controle para análise e providências cabíveis.

Sala da Comissão, 2 de março de 2004.



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO AVS N° 010/03 NA REUNIÃO DE 22/3/2007
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Assinatura de Presidente)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE

1- TIÃO VIANA

FLÁVIO ARNS

2- ROBERTO SATURNINO

IDELI SALVATTI

3- (VAGO)

JOÃO CABIBERIBE

4- (VAGO)

DUCIOMAR COSTA

5- (VAGO)

AELTON FREITAS

6- (VAGO)

CRISTOVAM BUARQUE

7- (VAGO)

VALMIR AMARAL

8- (VAGO)

HÉLIO COSTA

1- MÃO SANTA

MAGUITO VILELA

2- GARIBALDI ALVES FILHO

VALDIR RAUPP

3- PAPALEÓ PAES

GERSON CAMATA

4- LUIZ OTÁVIO

SÉRGIO CABRAL

5- ROMERO JUÇÁ

JOSÉ MARANHÃO

6- (VAGO)

DEMÓSTENES TORRES

1- EDISON LOBÃO

JORGE BORNHAUSEN

2- JONAS PINHEIRO

JOSÉ JORGE

3- JOSÉ AGRIPINO

EFRAIM MORAIS

4- MARCO MACIEL

MARIA DO CARMO ALVES

5- PAULO OCTAVIO

ROSEANA SARNEY

6- JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO GUERRA

PSDB

1- ARTHUR VIRGILIO

LEONEL PAVAN

2- EDUARDO AZEREDO

REGINALDO DUARTE

3- JOÃO TENÓRIO

ANTERO PAES DE BARROS

4- LÚCIA VÂNIA

PDT

1- JEFFERSON PÉRES

OSMAR DIAS

2- JUVÉNCIO DA FONSECA

ALMEIDA LIMA

PPS

1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

MOZARILDO CAVALCANTI

PARECER Nº 176, DE 2007**(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)**

DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE.

RELATOR "AD HOC": Senador **EXPEDITO JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão o Acórdão 2.015/2006-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo TC 001.838/2006-5, aprovado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 1º/11/2006, e encaminhado com as cópias do Relatório de Monitoramento, e do relatório e Voto que o fundamentam, mediante o Aviso nº 1.894-SGS-TCU-Plenário, do Presidente daquele Tribunal.

O mencionado Acórdão refere-se à investigação do cumprimento das deliberações e recomendações expedidas pelo TCU, quando do exame da auditoria operacional, efetuada entre julho de 2001 e agosto de 2002, no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico), instituído pelo Decreto nº 3.833, de 24/03/2001.

Anteriormente, o Acórdão 240/2003 e a respectiva documentação referentes à citada auditoria operacional, foi encaminhado ao Senado Federal, mediante o Aviso nº 10, de 2003, do TCU, e submetido às Comissões de Educação (CE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), respectivamente, em 2/3/2004, e 8/3/2005. Nessa data,

mediante o Ato nº 1/2005-CMA, o referido Aviso, bem como a documentação que o acompanhava, foram arquivados.

Em 21/11/2006, em decorrência da remessa do Acórdão 2.015/2006, o Aviso nº 10, de 2003, foi desarquivado, para anexação e apreciação das novas informações encaminhadas pelo Tribunal, que se referem ao terceiro e último monitoramento da implementação das determinações expedidas anteriormente pelo TCU, com respeito às conclusões da auditoria.

Mencione-se, em primeiro lugar, que, segundo o relatório do TCU que acompanha o Acórdão, já foram realizados o primeiro monitoramento, relativo ao período de 30/09 a 13/10/2003, e o segundo, de 29/11 a 08/12/2004.

As atribuições do Tribunal de Contas da União (TCU), a quem compete auxiliar o Congresso Nacional no controle externo dos gastos públicos, estão definidas, detalhadamente, no art. 71 da Carta Magna. Em síntese, cabe ao Tribunal emitir parecer prévio sobre as contas anuais do Governo, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis pela aplicação de dinheiro público, apreciar a legalidade de atos relativos ao pessoal na administração direta e indireta, realizar inspeções e auditorias nos órgãos e entidades dos três Poderes da União, por iniciativa própria ou a pedido dos órgãos do Poder Legislativo, além de fiscalizar a aplicação de recursos repassados às demais unidades da Federação, mediante convênio.

Trata-se aqui de verificar, por meio do monitoramento efetuado, se foram adotadas as determinações propostas pelo TCU quando da auditoria operacional no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24/07/01.

II – ANÁLISE

Com vistas à análise do material encaminhado pelo TCU, resumem-se a seguir os principais aspectos do Relatório de Monitoramento, bem como do

Acórdão do Plenário do TCU e do Voto, com vistas a dar cumprimento à determinação constitucional do art. 48, IX e X, que confere ao Congresso Nacional competência para apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O monitoramento de implementação das recomendações do Acórdão nº 240/2003 (Resumo do Voto e do Relatório do TCU)

O objetivo do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo é o de servir de base para a concessão de benefícios em programas do Governo Federal, de caráter permanente, exceto aqueles administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pela Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV).

O Cadastro é gerenciado pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em conjunto com os municípios, e operado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Atualmente, serve de base para três programas governamentais: o Bolsa Família, o Bolsa Criança Cidadã e o Bolsa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Desses, o programa de maior impacto em termos de volume de recursos e pessoas atendidas, é o Bolsa Família que, em setembro de 2006, atendeu 11.117.659 famílias, com recursos da ordem de 680 milhões de reais. Em 2005, o programa destinou R\$ 6,5 bilhões a famílias em situação de pobreza.

A auditoria operacional, efetuada em 2002, teve por objetivo avaliar a qualidade dos dados, sua consistência e cobertura, no sentido de permitir a identificação do público-alvo dos diferentes programas sociais do Governo. Em síntese, foram detectadas quatro principais deficiências, que afetam a prevenção de fraudes e a correta identificação dos potenciais beneficiários dos programas: descumprimento do critério de unicidade de identificação e cadastramento, observando-se entradas duplas; ausência de sistemática para atualização das informações; ausência de critica no sistema que possibilitem identificar

imprecisões em declarações de renda; problemas na disseminação de informações para os municípios e na oferta de capacitação para os gestores locais, atribuídos, principalmente, à insuficiência de apoio da Caixa Econômica e do MDAS aos agentes municipais.

Dessa feita, o monitoramento, efetuado por uma equipe da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (SEPROG), da Secretaria Geral de Controle Externo do TCU, foi estruturado em torno de quatro questões: 1) se a base de dados do Cadastro Único se encontra adequadamente atualizada; 2) se o critério de unicidade no Número de Identificação Social (NIS) está sendo observado na base do cadastro único; 3) se os municípios estão sendo devidamente apoiados pelo MDS e CEF para trabalharem com o cadastro; e 4) se existem procedimentos para identificar subdeclaração de renda. Além disso, foram também verificadas as providências adotadas quanto à elaboração de indicadores de desempenho e à situação das supostas irregularidades relatadas nos processos apensados ao presente monitoramento.

A metodologia utilizada, descrita detalhadamente no relatório da Seprog, constou de questionários postados, visitas e entrevistas locais, em doze municípios de quatro estados, com uso de software especializado em cruzamento de bases de dados. O trabalho envolveu gestores da Senarc/MDS, gestores municipais, cadastradores e famílias cadastradas. A pesquisa postal foi realizada por meio de envio de questionários aos mesmos 648 municípios pesquisados em 2002, permitindo a comparação das atuais condições do Cadúnico com as observadas em 2002. Foram também utilizados cruzamentos da base de dados do Cadastro com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Relação do Sistema Nacional de Óbitos (SISOBI) e o Sistema Nacional de Benefícios do (INSS-SISBEN).

Constatou-se também que o MDS promoveu, a partir de novembro de 2005, uma campanha de recadastramento geral das famílias carentes, tanto as já incluídas no Cadastro Único, quanto as ainda não cadastradas. Além disso, foi definida política de incentivo financeiro para que os municípios atualizem dados cadastrais das famílias residentes. A CEF também implementou um conjunto de

procedimentos para identificar inconsistências, em especial duplicidades e repetições de NIS. Embora persistam problemas, no Rio Grande do Norte, por exemplo, onde foi inicialmente detectado um grande número de inconsistências, foram encontradas, agora, 1.765 duplicidades, em comparação a 4.892, em 2002. Destes, verificou-se que 82 receberam efetivamente pagamentos em duplicidade.

Por outro lado, verificou-se melhora na comunicação com o nível central, ou seja, da CEF e MDS com os municípios, embora persistam dificuldades no envio de informações dos municípios para esses órgãos. Ao mesmo tempo, foram implementadas ações de capacitação de gestores municipais para uso do aplicativo de cadastramento e atualização de dados, crucial para a correta alimentação do Cadastro, por meio de manuais e eventos, embora ainda existam críticas ao seu conteúdo. Assim, apesar dos avanços, a equipe de fiscalização propôs a conveniência de programação de trabalhos adicionais nos sistemas que suportam a operacionalização do Cadastro, por parte da recém criada Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU.

Com relação a declarações indevidas de renda, as recomendações do TCU instavam o MDS a realizar cruzamento com os dados de outras bases de dados, a exemplo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Como resultado, foram excluídas 80.289 famílias que recebiam benefício indevido por declaração falsa de renda, estimando-se, em decorrência, economia de R\$ 59,3 milhões ao ano. Entretanto, ainda não se procedeu ao cotejamento mais amplo com o Sistema SISBEN, do INSS.

A importância de acelerar esse cruzamento com o SISBEN foi demonstrada pela equipe de auditoria ao identificar pagamentos indevidos calculados em R\$ 527.485,00/mês, somente no Rio Grande do Norte, resultantes de subdeclaração de renda. Se projetado para o País, pode-se estimar um montante de 400.000 pagamentos indevidos, com um potencial desvio de R\$ 295 milhões/ano, decorrente de falsas declarações.

O relatório assinala, ainda, que a implementação da recomendação do Acórdão 240/2003, de cruzar dados com a RAIS e com o INSS já contribuiu para a economia de R\$ 17,2 milhões/mês, ou seja, R\$ 260 milhões ao ano, estimando-se a possibilidade de prevenir desvios estimados em R\$ 378,0 milhões ao ano.

Em suma, segundo o relatório, ao final do monitoramento, observou-se o cumprimento de 68,2% das recomendações exaradas pelo TCU no Acórdão anterior.

Todas essas observações motivaram o relator, Ministro Walmir Campelo, a ressaltar, em seu Voto, o esforço empregado pelo MDS, ao registrar que a implantação das recomendações chega a quase 70% em um ano – entre junho de 2005 a junho de 2006 –, muito superior ao do segundo monitoramento, quando esse percentual não chegava a 30%. Em suas palavras, *Sob a ótica do impacto da implementação das recomendações, pode-se afirmar, a partir dos resultados sob exame, que o Cadastro observou melhorias em todas as quatro áreas em que foram observadas inconsistências e fragilidades.*

O relator assinala, também, entre outros, o cumprimento de importante recomendação preconizada no Acórdão 240/2003-Plenário, qual seja, a instituição pelo MDS de indicadores de desempenho, de modo a permitir ao Tribunal continuar acompanhando a evolução do Cadastro Único, por meio das contas anuais do Senarc.

Antes de concluir seu Voto, em que acolhe, com adaptações, as propostas da equipe de monitoramento referentes a providências remanescentes a serem tomadas pela CEF e pelo MDS, avalia de forma bastante positiva o monitoramento efetuado: *Demonstra-se, assim, que o trabalho do Tribunal, sem dúvida, contribuiu para consolidar o Cadúnico como instrumento fundamental para operacionalização dos programas governamentais voltado para a população mais carente do País, minimizando os riscos de desvios de recursos e de destinação indevida dos benefícios ofertados.*

As determinações do Acórdão

Consideradas as conclusões do monitoramento efetuado, foi determinado, por intermédio do Acórdão 2.015/2006, que sejam adotadas, pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as seguintes providências:

- realize crítica periódica dos rendimentos declarados no Cadastro Único, com base no SISBEN, do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e na Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, para identificar omissões de rendimentos que possam levar a pagamentos irregulares, informando as providências adotadas nas contas anuais do exercício de 2007, inclusive quanto ao número de famílias com renda subdeclarada, valor total dos benefícios cancelados e medidas para o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente;
- realize crítica periódica do Cadastro Único com base no Sistema Nacional de Óbitos (SISOBI), para identificar alterações na composição familiar, informando as providências adotadas em 2007;
- adote medidas com vistas a divulgar e estimular o uso da base do Cadastro Único por outros órgãos do governo para programas focalizados do governo federal, de caráter permanente, em cumprimento ao Decreto nº 3.877, de 24/07/2001, informando as providências adotadas nas contas anuais do exercício de 2007;
- passe a informar no relatório de gestão que acompanha suas tomadas de contas anuais, a evolução de indicadores de desempenho que refletem a execução do Cadastro Único;
- corrija as informações cadastradas e, se for o caso, adote providências para suspender o pagamento de benefícios irregulares e buscar o ressarcimento de valores indevidamente pagos, informando os resultados

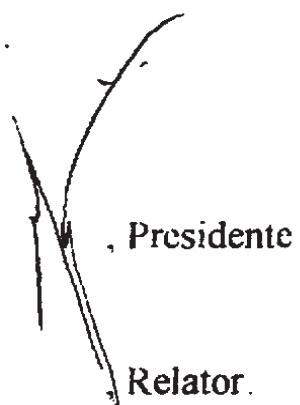
ao TCU, no prazo de 60 dias, com relação aos beneficiários com NIS duplicado:

- determine à CEF que aperfeiçoe o Módulo de Auditoria do Cadastro Único de forma a garantir unicidade dos NIS, em atendimento ao Decreto nº 3.833, de 24/03/2001, informando ao Tribunal, no prazo de 60 dias, as providências adotadas e os resultados alcançados quanto ao número de ocorrências de duplicidades encontradas e as medidas para sua correção;
- determine à Secretaria Geral de Controle Externo que avalie a conveniência de programar oportunamente trabalhos adicionais a serem desenvolvidos pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação nos sistemas informatizados que suportam a operacionalização do Cadastro Único e dos pagamentos dos benefícios a ele vinculados.

III – VOTO

Em face do exposto, cabe a esta Comissão tomar conhecimento das informações contidas no Acórdão 2.015/2006-TCU – Plenário, bem como nos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam e, não havendo outras providências a tomar, voto pelo encaminhamento da matéria ao arquivo, com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno.

Sala da Comissão. 14 de março de 2007.



A handwritten signature is present above the title 'Presidente'. Below it, another handwritten signature is present above the title 'Relator'.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: Ave Nº 16 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/03/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>Lúcio Alcides</i>
RELATOR :	<i>Adelmir Santana</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	<i>Renato Casagrande</i>
SIBÁ MACHADO-PT	<i>Sibá Machado</i>
FÁTIMA CLEIDE-PT	<i>Fátima Cleide</i>
JOÃO RIBEIRO-PR	<i>João Ribeiro</i>
FERNANDO COLLOR-PTB	<i>Fernando Collor</i>
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	<i>Leomar Quintanilha</i>
WELLINGTON SALGADO	<i>Wellington Salgado</i>
VALDIR RAUPP	<i>Valdir Raupp</i>
VALTER PEREIRA	<i>Valter Pereira</i>
PFL	
ELISEU RESENDE	<i>Eliseu Resende</i>
HERÁCLITO FORTES	<i>Heráclito Fortes</i>
JONAS PINHEIRO	<i>Jonas Pinheiro</i>
JOSÉ AGripino	<i>José Agripino</i>
CÍCERO LUCENA	<i>Cícero Lucena</i>
MARISA SERRANO	<i>Marisa Serrano</i>
MARCONI PEREIRO	<i>Marconi Pereiro</i>
PDT	
JEFFERSON PERES	<i>Jefferson Peres</i>
VAGO	

Atualizada em: 26/02/2007

Publicado no Diário do Senado Federal, de 27/3/2007.

Marco de 2007

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 27 06709

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Com relação aos **Pareceres nºs 172 a 176, de 2007**, lidos anteriormente, referentes aos **Avisos nºs 239, de 2000; 4, 9 e 10, de 2003**, a Presidência, em observância à conclusão dos referidos pareceres, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2006** (nº 5.318/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/6, de 2007** (nº 348/2007, na origem), de 15 do corrente, do Banco do Nordeste do Brasil S.A, encaminhando nos termos nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referentes ao ano de 2006.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 232, de 2007**, na origem, encaminhando cópia do Acórdão 267/2006 – TCU (Plenário),

proferido nos autos do Processo TC-011.320/2003-2, bem como o relatório e voto que o fundamentam.

O expediente, juntado ao processado do **Requerimento nº 616, de 2001**, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência lembra às Sras e aos Srs. Senadores que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de amanhã será destinado a homenagear a Campanha da Fraternidade de 2007, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, intitulada Fraternidade e Amazônia, com o lema – *Vida e Missão neste Chão*, de acordo com os **Requerimentos nºs 135, 137 e 164, de 2007**, de iniciativa do Senador Flávio Arns e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 241 DE 2007

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente do dia 25 de abril de 2007, seja destinado a comemorar os quarenta e cinco anos de atividades da Universidade de Brasília – UnB, inaugurada em 21 de abril de 1962.

Sala das Sessões, 26 de março de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 242, DE 2007

Requeremos, nos termos do Regimento Interno, seja aprovado VOTO DE GRATULAÇÕES pelo transcurso do aniversário de noventa e um anos do ilustre brasileiro, bahiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade.

Justificação

Padre Sadoc, como prefere ser chamado, comemorou neste 20 de março, noventa e um anos.

Tudo que se disser sobre a trajetória deste homem será pouco, muito pouco, e não lhe fará justiça. Por viver pela Igreja e pelos baianos, sua vida e sua obra se confundem.

Há 38 anos está à frente da Paróquia Nossa Senhora da Vitória.

Nascido em 1916, em Santo Amaro da Purificação, ainda rapaz de 13 anos mudou-se para Salvador. Lá estudou, graduou-se em filosofia e teologia no Seminário de São José Maior. Tomou-se professor de Latim e História – foi mestre de padres e bispos.

É uma honra para qualquer bahiano celebrar Padre Sadoc. E é por essa razão que apresento o presente Requerimento de Congratulações ao Padre Sadoc, à Paróquia de Nossa Senhora da Vitória e ao povo do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 26 de março de 2007. – **Antonio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148 DE 2007

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir

a dedução, para apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com a remuneração e formação de mão-de-obra prisional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

§ 3º Podem ser deduzidas as despesas referentes à remuneração e à formação educacional e profissional de trabalhadores em cumprimento de pena privativa de liberdade ou em prisão provisória, desde que:

I – a contratação dos trabalhadores presas seja precedida da celebração de convênio com os órgãos públicos federais ou estaduais responsáveis pela administração penitenciária que estabeleça as condições de trabalho e a remuneração dos trabalhadores;

II – seja oferecida formação profissional e educacional ao trabalhador preso que favoreça sua ressocialização após o cumprimento da pena;

III – o número de trabalhadores contratados não ultrapasse o percentual de trinta por cento do número total de trabalhadores a serviço da empresa;

IV – seja apresentado, anualmente, aos órgãos fiscalizadores da Receita Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério da Justiça, demonstrativo com relação nominal, dos trabalhadores contratados;

§ 4º As deduções previstas no § 3º deste artigo serão asseguradas desde que, no momento da contratação, a empresa contratante esteja adimplente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

§ 5º As empresas que contratarem trabalhadores presos nos termos do § 3º deste artigo terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente junto ao Banco Nacional de De-

senolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Banco do Brasil S.A.

§ 6º O descumprimento, pela empresa, do disposto no § 3º deste artigo, incisos II, III e IV, sujeita-a a multa de dois salários-mínimos, por trabalhador contratado, a qual reverterá, em percentuais iguais, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e ao órgão de administração penitenciária que tenha fornecido a mão-de-obra.

§ 7º O disposto no § 6º deste artigo não se aplica aos descontos já autorizados, referentes a contratos aperfeiçoados anteriormente à solicitação de bloqueio. (NR)"

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei, bem como fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à aludida renúncia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A natureza ressocializadora do trabalho é uma verdade universal.

O exercício de uma atividade profissional, no âmbito do cumprimento de uma Pena Privativa de Liberdade constitui, com efeito, uma das melhores políticas de prevenção à reincidência e de combate à criminalidade. Naturalmente, essa assertiva não constitui nenhuma novidade, mas, antes, resulta da percepção oriunda de quase três séculos de desenvolvimento do Direito Penal.

Trancafiado e abandonado à ociosidade, o ser humano não consegue, salvo raríssimas exceções, reunir a força de vontade moral necessária para garantir sua reinserção na sociedade.

A prisão é, como se sabe, um ambiente brutal e intimidador e o interno, mesmo que não seja criminoso habitual, termina por se sentir impelido a se embrenhar cada vez mais na vida do crime, quer pela

necessidade de sobrevivência no ambiente hostil da prisão, quer pelas sombrias perspectivas de reingresso no mercado de trabalho que o aguardam quando de sua libertação.

Como sabemos todos, igualmente, o histórico do Brasil em promover a regeneração dos detentos é lamentável. Nossas superlotadas prisões não costumam lograr sequer a manutenção da higiene e das boas condições de alojamento, quanto muito oferecer, aos detentos, postos de trabalho e educação decentes.

Porém, mesmo levando-se em conta essas dificuldades, o registro do trabalho prisional no País é assombrosamente insuficiente. Apenas o Estado de São Paulo possui números relativamente expressivos de utilização de mão-de-obra interna. Mesmo lá, contudo, apenas cerca de 18 mil detentos exercem algum labor para empresas estranhas à administração pública. Nas demais unidades da Federação, os números não atingem, individualmente, 10% dos de São Paulo.

Assim, venho apresentar a presente proposição, que busca instituir incentivo para que mais empresas venham a assumir o papel de tomadoras do serviço dos presidiários e contribuir com sua reinserção social.

Para tanto, é estabelecida dedução dos valores pagos aos presos a título de remuneração e daqueles referentes aos programas de formação profissional e educacional dos presos. Essa dedução torna mais interessante ao empresário desenvolver programa de cunho social destinado a criar condições efetivas de utilização racional do trabalho dos presos, ao mesmo tempo em que oferece condições efetivas de treinamento aos internos.

Ainda, o projeto cria uma preferência no financiamento público aos empregadores que, licitamente, ofereçam trabalho aos presidiários, ao mesmo tempo em que estabelece mecanismos de verificação das condições estabelecidas para a concessão dos benefícios conferidos pela Lei.

Naturalmente, sabemos que uma única proposição não possui o condão de modificar, drástica e rapidamente condições que são fruto de anos e anos de descaso. Consideramos, no entanto, que será um instrumento útil para começar a mudá-las, pelo que pedimos, a nossos Pares, sua aprovação.

Sala das Sessões, 26 de março de 2007. – Senador **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITA DA

LEI N° 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As bases de cálculo e o valor dos tributos e contribuições federais serão expressos em Reais.

Art. 2º O imposto de renda das pessoas jurídicas e a contribuição social sobre o lucro líquido serão determinados segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta Lei.

Art. 3º A alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas é de quinze por cento.

~~§ 1º A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, apurado anualmente, que exceder a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento.~~

~~§ 2º O limite previsto no parágrafo anterior será proporcional ao número de meses transcorridos, quando o período de apuração for inferior a doze meses.~~

§ 1º A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento. (Redação dada pela Lei 9.430, de 1996)

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação. (Redação dada pela Lei 9.430, de 1996)

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à pessoa jurídica que explore atividade rural de que trata a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990.

§ 4º O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

Art. 4º Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e o art. 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.

Art. 5º O inciso IV do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 187....."

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;

....."

Art. 6º Os valores controlados na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real, existentes em 31 de dezembro de 1995, somente serão corrigidos monetariamente até essa data, observada a legislação então vigente, ainda que venham a ser adicionados, excluídos ou compensados em períodos-base posteriores.

Parágrafo único. A correção dos valores referidos neste artigo será efetuada tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996.

Art. 7º O saldo do lucro inflacionário acumulado, remanescente em 31 de dezembro de 1995, corrigido monetariamente até essa data, será realizado de acordo com as regras da legislação então vigente.

§ 1º Para fins do cálculo do lucro inflacionário realizado nos períodos-base posteriores, os valores dos ativos que estavam sujeitos a correção monetária, existentes em 31 de dezembro de 1995, deverão ser registrados destacadamente na contabilidade da pessoa jurídica.

§ 2º O disposto no parágrafo único do art. 6º aplica-se à correção dos valores de que trata este artigo.

§ 3º À opção da pessoa jurídica, o lucro inflacionário acumulado existente em 31 de dezembro de 1995, corrigido monetariamente até essa data, com base no parágrafo único do art. 6º, poderá ser considerado realizado integralmente e tributado à alíquota de dez por cento.

§ 4º A opção de que trata o parágrafo anterior, que deverá ser feita até 31 de dezembro de 1996, será irretratável e manifestada através do pagamento do imposto em cota única, podendo alcançar também o saldo do lucro inflacionário a realizar relativo à opção prevista no art. 31 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.

§ 5º O imposto de que trata o § 3º será considerado como de tributação exclusiva.

Art. 8º Permanecem em vigor as normas aplicáveis às contrapartidas de variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual.

Art. 9º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

~~§ 1º O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.~~

§ 1º O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996)

§ 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

§ 3º O imposto retido na fonte será considerado:

I - antecipação do devido na declaração de rendimentos, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real;

II - tributação definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, ressalvado o disposto no § 4º;

~~§ 4º No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, os juros de que trata este artigo serão adicionados à base de cálculo de incidência do adicional previsto no § 1º do art. 3º. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

§ 5º No caso de beneficiário sociedade civil de prestação de serviços, submetida ao regime de tributação de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, o imposto poderá ser compensado com o retido por ocasião do pagamento dos rendimentos aos sócios beneficiários.

§ 6º No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o imposto de que trata o § 2º poderá ainda ser compensado com o retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração de capital próprio, a seu titular, sócios ou acionistas.

§ 7º O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo do disposto no § 2º.

§ 8º Para os fins de cálculo da remuneração prevista neste artigo, não será considerado o valor de reserva de reavaliação de bens ou direitos da pessoa jurídica, exceto se esta for adicionada na determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

~~§ 9º À opção da pessoa jurídica, o valor dos juros a que se refere este artigo poderá ser incorporado ao capital social ou mantido em conta de reserva destinada a aumento de capital, garantida sua dedutibilidade, desde que o imposto de que trata o § 2º, assumido pela pessoa jurídica, seja recolhido no prazo de 15 dias contados a partir da data do encerramento do período-base em que tenha ocorrido a dedução dos referidos juros, não sendo reajustável a base de cálculo nem dedutível o imposto pago para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

~~§ 10. O valor da remuneração deduzida, inclusive na forma do parágrafo anterior, deverá ser adicionado ao lucro líquido para determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Parágrafo único. No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

Art. 11. Os rendimentos produzidos por aplicação financeira de renda fixa, auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto de renda à alíquota de quinze por cento.

§ 1º Os rendimentos de que trata este artigo serão apropriados pro rata tempore até 31 de dezembro de 1995 e tributados, no que se refere à parcela relativa a 1995, nos termos da legislação então vigente.

~~§ 2º No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, os rendimentos de que trata este artigo, bem como os rendimentos de renda variável~~

~~e os ganhos líquidos obtidos em bolsas, serão adicionados à base de cálculo de incidência do adicional previsto no § 1º do art. 3º. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

§ 3º O disposto neste artigo não elide as regras previstas nos arts. 76 e 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Art. 12. O inciso III do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77.....

III - nas operações de renda variável realizadas em bolsa, no mercado de balcão organizado, autorizado pelo órgão competente, ou através de fundos de investimento, para a carteira própria das entidades citadas no inciso I;"F

Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

I - de qualquer provisão, exceto as constituídas para o pagamento de férias de empregados e de décimo-terceiro salário, a de que trata o art. 43 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável; (Vide Lei 9.430, de 1996)

II - das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

III - de despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

IV - das despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores;

V - das contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica;

VI - das doações, exceto as referidas no § 2º;

VII - das despesas com brindes.

§ 1º Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I - as de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II - as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

Art. 14. Para efeito de apuração do lucro real, fica vedada a exclusão, do lucro líquido do exercício, do valor do lucro da exploração de atividades monopolizadas de que tratam o § 2º do art. 2º da Lei nº 6.264, de 18 de novembro de 1975, e o § 2º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.730, de 17 de outubro de 1979.

Art. 15. A base de cálculo do imposto, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de oito por cento sobre a receita bruta auferida mensalmente, observado o disposto nos arts. 30 a 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995. (Vide Lei nº 11.119, de 205)

§ 1º Nas seguintes atividades, o percentual de que trata este artigo será de:

I - um inteiro e seis décimos por cento, para a atividade de revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;

II - dezesseis por cento:

a) para a atividade de prestação de serviços de transporte, exceto o de carga, para o qual se aplicará o percentual previsto no caput deste artigo;

b) para as pessoas jurídicas a que se refere o inciso III do art. 36 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 da referida Lei;

III - trinta e dois por cento, para as atividades de: (Vide Medida Provisória nº 232, de 2004)

a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares;

b) intermediação de negócios;

c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;

d) prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

§ 2º No caso de atividades diversificadas será aplicado o percentual correspondente a cada atividade.

§ 3º As receitas provenientes de atividade incentivada não comporão a base de cálculo do imposto, na proporção do benefício a que a pessoa jurídica, submetida ao regime de tributação com base no lucro real, fizer jus.

§ 4º O percentual de que trata este artigo também será aplicado sobre a receita financeira da pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, quando decorrente da comercialização de imóveis e for apurada por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

Art. 16. O lucro arbitrado das pessoas jurídicas será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta, quando conhecida, dos percentuais fixados no art. 15, acrescidos de vinte por cento.

Parágrafo único. No caso das instituições a que se refere o inciso III do art. 36 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, o percentual para determinação do lucro arbitrado será de quarenta e cinco por cento.

Art. 17. Para os fins de apuração do ganho de capital, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real observarão os seguintes procedimentos:

I - tratando-se de bens e direitos cuja aquisição tenha ocorrido até o final de 1995, o custo de aquisição poderá ser corrigido monetariamente até 31 de dezembro desse ano, tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996, não se lhe aplicando qualquer correção monetária a partir dessa data;

II - tratando-se de bens e direitos adquiridos após 31 de dezembro de 1995, ao custo de aquisição dos bens e direitos não será atribuída qualquer correção monetária.

Art. 18. O ganho de capital auferido por residente ou domiciliado no exterior será apurado e tributado de acordo com as regras aplicáveis aos residentes no País.

Art. 19. A partir de 1º de janeiro de 1996, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido, de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a ser de oito por cento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para as quais a alíquota da contribuição social será de dezoito por cento.

~~Art. 20. A partir de 1º de janeiro de 1996, a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, devida pelas pessoas jurídicas que efetuarem o pagamento mensal a que se referem os arts. 27 e 29 a 34 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e pelas pessoas jurídicas desobrigadas de escrituração contábil, corresponderá a doze por cento da receita bruta, na forma definida na legislação vigente, auferida em cada mês do ano-calendário.~~

Art. 20. A base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, devida pelas pessoas jurídicas que efetuarem o pagamento mensal a que se referem os arts. 27 e 29 a 34 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e pelas pessoas jurídicas desobrigadas de escrituração contábil, corresponderá a doze por cento da receita bruta, na forma definida na legislação vigente, auferida em cada mês do ano-calendário, exceto para as pessoas jurídicas que exerçam as atividades a que se refere o inciso III do § 1º do art. 15, cujo percentual corresponderá a trinta e dois por cento. (Redação dada Lei nº 10.684, de 2003) (Vide Medida Provisória nº 232, de 2004) (Vide Lei nº 11.119, de 2005)

~~Parágrafo único. A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao quarto trimestre calendário de 2003, optar pelo lucro real, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos três primeiros trimestres. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 2003)~~

§ 1º A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao 4º (quarto) trimestre-calendário de 2003, optar pelo lucro real, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos 3 (três) primeiros trimestres. (Renumerado com alteração pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 2º O percentual de que trata o caput deste artigo também será aplicado sobre a receita financeira de que trata o § 4º do art. 15 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

Art. 21. A pessoa jurídica que tiver parte ou todo o seu patrimônio absorvido em virtude de incorporação, fusão ou cisão deverá levantar balanço específico para esse fim, no qual os bens e direitos serão avaliados pelo valor contábil ou de mercado.

§ 1º O balanço a que se refere este artigo deverá ser levantado até trinta dias antes do evento.

§ 2º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, que optar pela avaliação a valor de mercado, a diferença entre este e o custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão, será considerada ganho de capital, que deverá ser adicionado à base de cálculo do imposto de renda devido e da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 3º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, os encargos serão considerados incorridos, ainda que não tenham sido registrados contabilmente.

§ 4º A pessoa jurídica incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar declaração de rendimentos correspondente ao período transcorrido durante o ano-calendário, em seu próprio nome, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Art. 22. Os bens e direitos do ativo da pessoa jurídica, que forem entregues ao titular ou a sócio ou acionista, a título de devolução de sua participação no capital social, poderão ser avaliados pelo valor contábil ou de mercado.

§ 1º No caso de a devolução realizar-se pelo valor de mercado, a diferença entre este e o valor contábil dos bens ou direitos entregues será considerada ganho de capital, que será computado nos resultados da pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido devidos pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado.

§ 2º Para o titular, sócio ou acionista, pessoa jurídica, os bens ou direitos recebidos em devolução de sua participação no capital serão registrados pelo valor contábil da participação ou pelo valor de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica que esteja devolvendo capital.

§ 3º Para o titular, sócio ou acionista, pessoa física, os bens ou direitos recebidos em devolução de sua participação no capital serão informados, na declaração de bens correspondente à declaração de rendimentos do respectivo ano-base, pelo valor contábil ou de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica.

§ 4º A diferença entre o valor de mercado e o valor constante da declaração de bens, no caso de pessoa física, ou o valor contábil, no caso de pessoa jurídica, não será computada, pelo titular, sócio ou acionista, na base de cálculo do imposto de renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 23. As pessoas físicas poderão transferir a pessoas jurídicas, a título de integralização de capital, bens e direitos pelo valor constante da respectiva declaração de bens ou pelo valor de mercado.

§ 1º Se a entrega for feita pelo valor constante da declaração de bens, as pessoas físicas deverão lançar nesta declaração as ações ou quotas subscritas pelo mesmo valor dos bens ou direitos transferidos, não se aplicando o disposto no art. 60 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e no art. 20, II, do Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.

§ 2º Se a transferência não se fizer pelo valor constante da declaração de bens, a diferença a maior será tributável como ganho de capital.

Art. 24. Verificada a omissão de receita, a autoridade tributária determinará o valor do imposto e do adicional a serem lançados de acordo com o regime de tributação a que estiver submetida a pessoa jurídica no período-base a que corresponder a omissão.

§ 1º No caso de pessoa jurídica com atividades diversificadas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado, não sendo possível a identificação da atividade a que se refere a receita omitida, esta será adicionada àquela a que corresponder o percentual mais elevado.

§ 2º O valor da receita omitida será considerado na determinação da base de cálculo para o lançamento da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social - COFINS e da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.

§ 3º ~~Na hipótese deste artigo, a multa de lançamento de ofício será de trezentos por cento sobre a totalidade ou diferença dos tributos e contribuições devidos, observado o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

Art. 25. Os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na determinação do lucro real das pessoas jurídicas correspondente ao balanço levantado em 31 de dezembro de cada ano. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 1º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na apuração do lucro líquido das pessoas jurídicas com observância do seguinte:

I - os rendimentos e ganhos de capital serão convertidos em Reais de acordo com a taxa de câmbio, para venda, na data em que forem contabilizados no Brasil;

II - caso a moeda em que for auferido o rendimento ou ganho de capital não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais;

§ 2º Os lucros auferidos por filiais, sucursais ou controladas, no exterior, de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil serão computados na apuração do lucro real com observância do seguinte:

I - as filiais, sucursais e controladas deverão demonstrar a apuração dos lucros que auferirem em cada um de seus exercícios fiscais, segundo as normas da legislação brasileira;

II - os lucros a que se refere o inciso I serão adicionados ao lucro líquido da matriz ou controladora, na proporção de sua participação acionária, para apuração do lucro real;

III - se a pessoa jurídica se extinguir no curso do exercício, deverá adicionar ao seu lucro líquido os lucros auferidos por filiais, sucursais ou controladas, até a data do balanço de encerramento;

IV - as demonstrações financeiras das filiais, sucursais e controladas que embasarem as demonstrações em Reais deverão ser mantidas no Brasil pelo prazo previsto no art. 173 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º Os lucros auferidos no exterior por coligadas de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil serão computados na apuração do lucro real com observância do seguinte:

I - os lucros realizados pela coligada serão adicionados ao lucro líquido, na proporção da participação da pessoa jurídica no capital da coligada;

II - os lucros a serem computados na apuração do lucro real são os apurados no balanço ou balanços levantados pela coligada no curso do período-base da pessoa jurídica;

III - se a pessoa jurídica se extinguir no curso do exercício, deverá adicionar ao seu lucro líquido, para apuração do lucro real, sua participação nos lucros da coligada apurados por esta em balanços levantados até a data do balanço de encerramento da pessoa jurídica;

IV - a pessoa jurídica deverá conservar em seu poder cópia das demonstrações financeiras da coligada.

§ 4º Os lucros a que se referem os §§ 2º e 3º serão convertidos em Reais pela taxa de câmbio, para venda, do dia das demonstrações financeiras em que tenham sido apurados os lucros da filial, sucursal, controlada ou coligada.

§ 5º Os prejuízos e perdas decorrentes das operações referidas neste artigo não serão compensados com lucros auferidos no Brasil.

§ 6º Os resultados da avaliação dos investimentos no exterior, pelo método da equivalência patrimonial, continuarão a ter o tratamento previsto na legislação vigente, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

Art. 26. A pessoa jurídica poderá compensar o imposto de renda incidente, no exterior, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital computados no lucro real, até o limite do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os referidos lucros, rendimentos ou ganhos de capital.

§ 1º Para efeito de determinação do limite fixado no caput, o imposto incidente, no Brasil, correspondente aos lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior, será proporcional ao total do imposto e adicional devidos pela pessoa jurídica no Brasil.

§ 2º Para fins de compensação, o documento relativo ao imposto de renda incidente no exterior deverá ser reconhecido pelo respectivo órgão arrecadador e pelo Consulado da Embaixada Brasileira no país em que for devido o imposto.

§ 3º O imposto de renda a ser compensado será convertido em quantidade de Reais, de acordo com a taxa de câmbio, para venda, na data em que o imposto foi pago; caso a moeda em que o imposto foi pago não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais.

Art. 27. As pessoas jurídicas que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior estão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real.

Art. 28. A alíquota do imposto de renda de que tratam o art. 77 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e o art. 100 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, com as modificações posteriormente introduzidas, passa, a partir de 1º de janeiro de 1996, a ser de quinze por cento.

Art. 29. Os limites a que se referem os arts. 36, I, e 44, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com a redação dada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, passam a ser de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

Art. 30. Os valores constantes da legislação tributária, expressos em quantidade de UFIR, serão convertidos em Reais pelo valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996.

Art. 31. Os prejuízos não operacionais, apurados pelas pessoas jurídicas, a partir de 1º de janeiro de 1996, somente poderão ser compensados com lucros de mesma natureza, observado o limite previsto no art. 15 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

Art. 32. (VETADO)

Art. 33. (VETADO)

Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente:

I - o Decreto-Lei nº 1.215, de 4 de maio de 1972, observado o disposto no art. 178 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

II - os arts. 2º a 19 da Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989;

III - os arts. 9º e 12 da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990;

IV - os arts. 43 e 44 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992;

V - o art. 28 e os incisos VI, XI e XII e o parágrafo único do art. 36, os arts. 46, 48 e 54, e o inciso II do art. 60, todos da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e o art. 10 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

Brasília, 26 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Pullen Parente

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania,
e à de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão
terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, despachos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

DESPACHO

OFÍCIO “S” Nº 3, DE 2007

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.”

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Federal, redistribuir o presente Ofício “S” à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

Senado Federal, 26 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2005

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.”

Decido

De acordo com o inciso X do art 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Lei da Câmara à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

Senado Federal, 26 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – As Srãs Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia e os Srs. Senadores João Tenório, Marconi Pe-

rillo e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exãs. serão atendidos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srãs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Educação para Terceiro Mundo”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 8 de fevereiro do corrente ano.

O autor, em seu artigo, discute as últimas avaliações da escola fundamental e do ensino médio, divulgadas recentemente pelo Ministério da Educação, e as consequências para a economia brasileira em função dos resultados negativos apresentados. Para Rolf Kuntz, “Apesar das implicações evidentes desse quadro, o debate econômico tem-se voltado muito mais para as deficiências e para a deterioração do sistema de infra-estrutura do que para as falhas e para a degradação do sistema de ensino”.

Ainda segundo o jornalista, “nenhum plano ou programa de aceleração do crescimento econômico será completo sem uma boa estratégia de reforma educacional”.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, requeiro que o artigo do jornalista Rolf Kuntz seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA MARISA SERRANO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Educação para Terceiro Mundo

Quem está apavorado como dólar barato e com as dificuldades para competir fora e dentro do

País deve dar uma espada nas últimas avaliações da escola fundamental e do ensino médio recém-divulgadas pelo Ministério da Educação. Cotações em alta de alguns produtos podem atenuar o problema cambial. As compras de dólares pelo Banco Central podem pelo menos impedir uma valorização maior da moeda brasileira. Investimentos na infra-estrutura podem propiciar a redução de custos. Se o governo refrear a gastança - hipótese quase fantasiosa -, haverá espaço para a diminuição de impostos. Mas todos esses fatores são insuficientes, a curto, a médio e a longo prazos, para criar o necessário poder de competição, se o Brasil continuar incapaz de formar mão-de-obra tão produtiva e tão adaptável quanto a de outras economias emergentes.

Ninguém se iluda. Custos baixos, subsídios e câmbio depreciado são fatores importantes, mas insuficientes, mesmo hoje, para

explicar o crescimento econômico e o sucesso comercial da China e de outros emergentes da Ásia. O dinamismo dessas economias tem sido alimentado também por fatores qualitativos, como a absorção e a criação de tecnologia. E todas estão empenhadas na formação de capital humano, condição indispensável para a passagem a níveis mais sofisticados de produção.

O Brasil está atrasado também nessa corrida e a cada ano a desvantagem aumenta. Em 2005, os alunos da quarta e da oitava séries da escola fundamental e do terceiro ano do curso médio tiveram desempenho inferior ao de 1995, nas provas de português e de matemática, segundo relatório do Ministério da Educação. Numa escala de zero a 500, a média nacional para a quarta série da rede urbana foi 175,52 nas provas de português. Na de matemática, não passou de 185,66. Nas duas provas, as médias haviam sido 191,57 e 192,83 em 1995. As marcas foram igualmente ruins nos exames da oitava série.

O Ministério divulgou também as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2006. Participaram da prova 3,74 milhões de inscritos. Numa escala de zero a 100, as notas médias de todo o conjunto foram 36,90 para a prova objetiva e

52,08 na de redação.

Tanto na quarta e na oitava séries do ensino fundamental quanto na terceira do ensino médio o desempenho dos alunos da escola privada foi bem melhor que o dos estudantes da rede pública. Na prova objetiva, do Enem, quem estudou somente na escola pública obteve em média a marca de 34,94. Seus colegas da rede privada alcançaram a marca de 50,57. Na prova de redação a diferença foi menor, mas não desprezível: as notas médias foram 51,23 e 59,77, respectivamente. A desigualdade acadêmica refletiu, como se podia prever, a disparidade socioeconómica entre estudantes e entre regiões.

Apesar das implicações evidentes desse quadro, o debate econômico tem-se voltado muito mais para as deficiências e para a deterioração do sistema de infra-estrutura do que para as falhas e para a degradação do sistema de ensino. Degradação é a palavra correta, quando se considera a série de resultados num período longo. O acesso à escola tem melhorado, em todos os níveis, mas a formação dos estudantes, de modo geral, tem ficado muito longe de qualquer resultado aceitável.

O empresariado, no entanto, parece pouco preocupado com a situação do ensino. A Confederação Nacional da Indústria

(CNI) divulgou, ontem à tarde, um levantamento de opiniões sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo os entrevistados, os grandes temas negligenciados no programa foram a redução de gastos públicos, a diminuição de impostos e as reformas tributária e trabalhista.

Elestêm razão quando se queixam dessas lacunas. Mas nenhum plano ou programa de aceleração do crescimento será completo sem uma boa estratégia de reforma educacional. O governo federal, no entanto, continua a agitar bandeiras muito mais visadas do que eficazes. Promete a democratização do ensino superior, sem cuidar seriamente da formação básica e dos estudantes e do fortalecimento do ensino médio. Mantém na pauta a distribuição de computadores baratos a escolas públicas, quando deveria cuidar muito mais de objetivos elementares, como o ensino de português, matemática e rudimentos de ciências. Enquanto essas tarefas continuam negligenciadas, o presidente anuncia triunfalmente a inclusão da história da África no currículo. É o terceiro-mundismo extravasando da política externa para a educação. O rumo é o Terceiro Mundo, não o terceiro milênio. •

*Rolf Kuntz é jornalista

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Retrcesso à vista na Educação”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 15 de Fevereiro de 2007.

O editorial alerta para a possibilidade de o Presidente Lula, por questões políticas, indicar para o Ministério da Educação a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy. O alerta também é uma crítica já que, desde 1995, a pasta esteve aos cuidados de dois ex-reitores, Paulo Renato Souza e Cristovam Buarque, um político e um acadêmico, e tem agora outro aca-

dêmico no comando: Fernando Hadad, formado em direito, pós-graduado em economia, doutor em filosofia e professor de ciência política na Universidade de São Paulo. Além do perfil técnico Hadad acrescenta a seu perfil a propensão ao diálogo. A troca do jovem ministro da Educação se daria para satisfazer setores do Partido dos Trabalhadores que apresentam Marta Suplicy como presidenciável em 2010. O retrcesso que se desenha é portanto triplo: a irrupção em cena de uma figura voluntariosa,. Pouco a fim com a área e, pior ainda, a degradação do Ministério em trampo-lim eleitoral.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Retrocesso à vista na Educação

O noticiário político de ontem atribui ao presidente Lula a queixa de que, se dependesse só dele, o critério de escolha dos ministros do segundo governo seria técnico, porque "políticos dão muito trabalho". Por mais que se saiba que trabalho não é propriamente a praia do presidente e por menos respeitável que seja o motivo por ele invocado para preferir técnicos a políticos no comando da administração federal, do que se dá como certo ou muito provável na formação do novo Gabinete se chega sem trabalho algum à conclusão de que o queixume é falso como uma nota de 3 reais. É verdade que, nas democracias, não depende só do governante a escolha da sua equipe. No presidencialismo brasileiro, então, freqüentemente o máximo que o titular no Executivo pode nesse processo – e pensa duas vezes antes de fazê-lo – é pedir a um partido da sua coalizão que apresente outro nome para determinada vaga, por essa ou aquela razão.

Tanto assim que o dono da caneta que nomeia chega a dizer, e ninguém se escandaliza com isso, que a responsabilidade pelo desempenho dos ministros que não forem de sua cota pessoal é das legendas que os indicaram. Mas, na atual temporada de loteamento da Esplanada dos Ministérios, pelo menos em um caso o presidente se abriu o suficiente com os seus interlocutores para que se possa afirmar que ele tende a fazer, por livre e espontânea vontade, uma daquelas infelizes nomeações políticas, em detrimento das qualificações téc-

nícias que finge ser o seu critério por excelência de seleção. E não se trata de politizar um Ministério de fundo de quintal, como os que andou criando para acomodar a companheirada no primeiro mandato. Trata-se, nada menos, do Ministério da Educação, cuja importância para o País não precisa ser demonstrada nem pode ser subestimada.

No seu encontro com a cúpula do PMDB, o presidente só faltou soletrar o nome da ex-prefeita Marta Suplicy para identificar quem escolheu para a Pasta. "Será uma ministra", anunciou – e não houve quem

O Ministério da Educação não pode ser um trampolim eleitoral

saisse da conversa imaginando que a ministra seria, digamos, a também ex-prefeita e ex-deputada Angela Guadagnin, a da dança da pizza. Por que Marta? A resposta errada é porque Lula se dobrou a uma exigência do PT. No último fim de semana, como se sabe, o diretório nacional do partido apresentou-lhe a fatura de que se julga credor por ter eleito, apesar da fieira de seus próprios escândalos, a segunda maior bancada da Câmara, com 83 cadeiras, apenas 8 a menos que em 2002 – e por ter levado o companheiro Arlindo Chinaglia à presidência da Casa. Nas suas demandas, os petistas fizeram questão de destacar a Educação, "um dos eixos do programa de governo vencedor em outubro último".

Não por isso, poderia ter

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

respondido o presidente, se pensasse nas próximas gerações e não na próxima eleição. O atual ministro, Fernando Haddad, além de petista, está dando conta da menina dos seus olhos no setor: o apregoador pacote que prevê mais do que dobrar o total de vagas nas universidades federais. Ocorre que Marta é a única petista cinco-estrelas que não apenas sobreviveu inteira aos escândalos, mas ainda se fortaleceu como presidenciável. Chefiando a campanha paulista de Lula no segundo turno, ela o ajudou a receber 2,6 milhões de votos novos. Para retribuir e robustecer as suas aspirações, ele teria pensado em nomeá-la titular das Cidades. Como o PP ficou pé em manter ali o seu único ministro, Lula capturou a Educação.

Que retrocesso! Desde 1995, a Pasta esteve aos cuidados de dois ex-reitores, Paulo Renato Souza e Cristovam Buarque, um político e um acadêmico. O político, Tarso Genro, nomeou o acadêmico, Fernando Haddad, secretário-executivo do Ministério e praticamente lhe entregou a sua condução. Tanto ele se houve bem que Lula o promoveu a ministro, quando mandou Genro cuidar do partido. Este jornal muitas vezes o criticou, mas nunca questionou as suas qualificações. Formado em direito, pós-graduado em economia, doutor em filosofia e professor de ciência política na USP, Haddad acrescenta ao seu perfil técnico a propensão para o diálogo. O retrocesso que se desenha é portanto triplo: a irrupção em cena de uma figura voluntariosa, pouco afim com a área e, pior ainda, a degradação do Ministério em trampolim eleitoral.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Tucanos criticam proposta do governo para o crescimento”, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em sua edição de 07 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que o PSDB divulgou críticas ao PAC, Programa de Aceleração da Economia, lançado pelo presidente Lula. Líderes tucanos apontam pelo menos duas medidas provisórias com problemas legais. A primeira concede crédito a Caixa Econômica

Federal de R\$5,2 bilhões para aplicação em saneamento básico e apresenta vício de constitucionalidade. A segunda permite o uso de R\$5 bilhões do FGTS para financiar investimentos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

DATA: 07/02/2007

OPOSIÇÃO ■ PSDB ameaça votar contra duas MPs do pacote de Lula

Tucanos criticam proposta do governo para o crescimento

■ BRASÍLIA. O PSDB divulgou, na tarde de ontem, um documento com críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo governo federal. O texto irá nortear a atuação do partido e servirá de base para a apresentação das emendas ao projeto pelos parlamentares tucanos no Congresso. O prazo para entrega de emendas termina às 18h de hoje.

De acordo com o documento, a proposta não concede incentivos fiscais ao agro-negócio, um dos principais responsáveis pelo saldo positivo na balança comercial brasileira nos últimos anos.

O texto revela ainda que o setor de habitação não receberá investimentos adicionais. O montante previsto para os próximos quatro anos (R\$ 106 milhões) não ultrapassa a quantia repassada ao setor no primeiro mandato de Lula. O PSDB lembra que a desoneração do setor de investimentos, inicialmente estimada em R\$ 12 bilhões, caiu para a metade (R\$ 6,6 bi-

lhões) justamente porque o governo preferiu aumentar o salário mínimo a incentivar investimentos privados.

O documento mostra falhas contidas em pelo menos duas medidas provisórias que fazem parte do PAC. O partido deverá contestar, por exemplo, a MP 347, que autoriza a União a conceder à Caixa Econômica Federal crédito de R\$ 5,2 bilhões para aplicação em saneamento básico e habitação popular. De acordo com o relatório tucano, a medida revela vício de constitucionalidade ao permitir que o superávit financeiro de 2006, do Tesouro Nacional, possa ser destinado à cobertura do crédito a ser concedido à Caixa.

Outra falha apontada pelo documento está contida na MP 349, que permite a utilização de R\$ 5 bilhões do FGTS para financiar investimentos. Para tanto, será criado o Fundo de Investimento. No entanto, a MP não prevê cobertura de riscos de crédito para o novo fundo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Cadê o espetáculo?”, publicada pela revista Época em sua edição de 05 de Março de 2007.

A matéria destaca que o que já se sabia de forma extra-oficial agora foi confirmado pelos números. O tal “espetáculo de crescimento”, prometido pelo presiden-

**Em vez do show
de crescimento
prometido por Lula,
mais uma vez o país
tem de se contentar
com um PIBinho...**

Cadê o espetáculo?



QUE JÁ SE SABIA DE FORMA EXTRA-oficial agora foi confirmado pelos números. O tal “espetáculo de crescimento”, prometido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, no início de seu primeiro mandato, não passou mesmo de uma bravata. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB), que reflete todas as riquezas produzidas no país, cresceu apenas 2,9% em 2006, uma das menores taxas de crescimento do mundo, bem aquém da estimativa feita pelo próprio governo no início do ano, de 4,5%. É um PIBinho.

A China cresceu 10% no mesmo período. A Índia, 8,3%. Entre os 18 países da América Latina, o desempenho do Brasil só foi melhor que o do Haiti, o país mais pobre da região, imerso numa guerra civil desde o início de 2004. A Argentina cresceu 8%. O México, 4,6% (veja o quadro ao lado). A média dos países emergentes ficou em 6,5%, mais que o dobro da nossa. Mesmo em relação à média global, que inclui o desempenho dos países desenvolvidos, normalmente mais baixo que os dos emergentes, o crescimento do Brasil foi frustrante. A média mundial foi de 5,1%. “O resultado decepciona quem produz e quem trabalha”, afirma Paulo Skaf, presidente da Fiesp, entidade que reúne o empresariado paulista. “É muito pouco para o potencial econômico do país”, diz Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Com o resultado alcançado no ano passado, o país cresceu apenas 2,6%, em média, por ano, no primeiro mandato de Lula, praticamente a mesma média registrada durante os oito anos

de mandato de Fernando Henrique Cardoso, de 2,3%. Só que, no governo FHC, o mundo passou várias crises financeiras – a do México, a da Tailândia e a da Rússia. Foram crises dramáticas, de proporções globais. Lula só agora, já em seu segundo mandato, enfrenta sua primeira crise financeira internacional: o caso da China, que eclodiu na semana passada (veja a reportagem à pág. 42). Mesmo assim, ao que tudo indica, é uma crise menor que as demais. É preciso observar também que na época de FHC o grande desafio era a estabilidade econômica. Lula pegou o terreno aplaudido. O fato: até aqui seu governo foi incapaz de fazer o Brasil crescer como outros países emergentes.

Os cardeais do governo tentam justificar os números desalentadores. “A média do primeiro mandato foi muito influenciada pela taxa do primeiro ano (2003), de 0,4%, em decorrência da crise cambial de 2002. Não serve de base para comparação. A partir de 2004, em decorrência da

te Lula em 2003, não passou de bravata. Segundo o IBGE, o PIB brasileiro em 2006 foi de 2,9%.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

política econômica desta administração, a média sobe para 3,4%”, diz o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. “Estamos na direção correta. O país está saindo de um patamar de crescimento baixo, que prevaleceu por duas décadas e meia, para um patamar de crescimento mais elevado.” Tudo bem. Esqueça o primeiro ano. Mesmo assim, a média de 3,4% é mediocre. Na arena internacional, outros alunos estão tendo boletins imensamente superiores aos do Brasil. O país vai-se tornando coadjuvante entre seus pares emergentes, sobretudo China e Índia. E isso só vai mudar se o boletim brasileiro melhorar.

O que Lula não conseguiu no primeiro mandato virá no segundo? Um dado positivo é que o tema do crescimento, definitivamente, virou prioridade – timidamente, é verdade – na agenda presidencial. Lula parece ter tomado consciência de que seu tamanho na História será, em grande parte, definido pelo crescimento do ▶

país. A posteridade reconhecerá em FHC o artífice da estabilidade, a mãe de todas as virtudes econômicas de um país. E, para Lula, o que sobrará? Manter a estabilidade era obrigação. O mérito real esteve em conquistá-la depois de tantos anos de inflação desstruidora. A relevância de Lula como presidente, perante a História, provavelmente estará associada ao capítulo do crescimento.

Lula quer que o Brasil cresça, e tem dito isso nos últimos tempos com freqüência. Para tanto, ele tem tentado até uma aproximação com antigos adversários políticos. Na semana passada, o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), foi recebido por Lula e pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, no Palácio da Alvorada, em Brasília. Uma nova reunião entre Lula e Serra deverá ocorrer dentro de 15 dias.

Por mais que Lula tenha feito esforços para mostrar seu empenho pelo crescimento, a questão é que não se cresce por ato de vontade ou por decreto, assim como um aluno não tira nota alta apenas porque deseja. É necessário trabalho duro para fazer

reformas que destravem a economia. Antes disso, é imperioso ter visão e ação de estadista para compreender os passos fundamentais para o avanço e, mesmo contrariando interesses específicos, dá-los em nome da nação. Lula passará para a História como um grande presidente? Os resultados consolidados de seus oito anos dirão. Os números parciais – os dos quatro iniciais – não autorizam entusiasmo.

É certo que, em seu primeiro mandato, Lula ajudou a melhorar a vida dos mais pobres. O Bolsa-Família, a despeito de seu caráter assistencialista, cumpre um papel relevante num país com tantas desigualdades como o Brasil. Lula criou um novo parâmetro de atenção presidencial às camadas mais pobres, e é difícil imaginar recuos aí em futuros governos. Isso é um mérito. Mas, ainda assim, o fato é que não há ação social mais eficaz que o crescimento econômico. Um país que floresce tem mais empregos, mais oportunidades, mais dinheiro a ser distribuído.

Também é verdade que alguns setores têm apresentado índices chineses de crescimento. As vendas de computadores cresceram 30% no ano passado. As de cosméticos, 10%. Mas

nomia mundial. Na era da globalização, afirma, os países competem por mercados, tecnologia, talentos e investimentos. O objetivo dessa competição, de acordo com Vietor, é o crescimento e o desenvolvimento, para reduzir a pobreza, humanizar a urbanização e criar emprego.

Para se dar bem na disputa, é necessário que o governo cumpra seu papel com eficiência. O governo deve administrar a política econômica e moldar a política industrial, além de garantir um ambiente estimulante para os negócios e o cumprimento dos contratos. Deve também garantir a segurança, prover recursos para habitação, educação, saúde, pesquisa e defesa. "É o governo que tem de criar as condições para as empresas prosperarem", diz Vietor. "Todos os governos precisam seguir certas políticas para o país crescer. Essas políticas dependem de uma série de decisões macroeconómicas. São escolhas cruciais que geralmente influenciarão o país por anos ou até décadas."

são exceções. A maioria dos empresários se queixa do desempenho de Lula como líder de uma economia emergente no mundo globalizado.

Segundo o economista americano Richard Vietor, professor da Universidade Harvard há 25 anos, existe uma agenda que os países precisam cumprir para prosperar no mundo de hoje. Autor do livro *How Countries Compete* (Como os Países Competem), lançado recentemente nos Estados Unidos e ainda sem tradução no Brasil, Vietor diz que os países – como se fossem empresas – brigam por participação de mercado na eco-

Não existe uma fórmula para a economia de um país crescer sem as empresas crescerem

poderiam, deveriam e gostariam. O país não voará alto se não mexer, também, na Previdência. Hoje, a soma de todas as contribuições é insuficiente para pagar as

aposentadorias e os benefícios. Isso gera um buraco crescente que inibe sonhos de crescimento econômico. No primeiro mandato de Lula, o governo pouco fez nessa direção. Há algumas semanas, Lula chegou a declarar que a reforma da Previdência não seria necessária. "É uma pena que estejamos saíndo de um período de céu de brigadeiro na economia mundial sem ter dado alguns passos fundamentais para as reformas", diz Fernando Sotelino, ex-comandante da área corporativa do Unibanco e hoje dedicado à área acadêmica. Sotelino dá cursos semestrais de Macroeconomia e Economia Internacional na Universidade Colúmbia, de Nova York, e no Ibmec de São Paulo, escola especializada em administração e economia.

Ninguém é ingênuo o suficiente para dizer que as reformas necessárias ao crescimento econômico são fáceis de fazer. São complexas, geram atritos, trazem desgaste político. Parceiros tão caros a Lula, como os sindicatos, oferecem uma resistência quase desumana a mudanças na legislação trabalhista. Nada é simples e nada é fácil. O problema é que, sem as reformas – por mais desagradáveis que elas sejam ou pareçam –, o Brasil não será competitivo no mundo globalizado. Sem elas, para usar as palavras do professor Vietor, de Harvard, não estarão dadas as condições para que as empresas brasileiras prosperem. E ainda não se inventou uma fórmula pela qual a economia de um país cresça sem que as empresas desse país cresçam também. ♦

**COM MARIA LAURA NEVES, MURILO RAMOS
E WALTER NUNES**

Assim falou o presidente As principais frases de Lula sobre o crescimento

“Como diria meu lado musical, estamos afinando a orquestra. Logo, logo, o espetáculo do crescimento vai começar”

em 2003

“2005 será o ano do desenvolvimento brasileiro, em que as coisas vão acontecer com muito mais fluidez, com muito mais rapidez”

em 2004

“Este é o grande ano para o país provar que é possível, mantendo a economia equilibrada, garantir um crescimento econômico forte”

em 2005

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Uso do FGTS causa polêmica no Congresso”, publicada no jornal *Valor Econômico* de 1º de Março do corrente.

A matéria destaca que cresce no Congresso a polêmica em torno da Medida Provisória 349, que autoriza a transferência de R\$5 bilhões do patrimônio líquido do FGTS para um fundo de investimento destinado a projetos de infra-estrutura.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Uso do FGTS causa polêmica no Congresso

Por **Francisco Domelles** **Parlamentares questionam sobre o destino que será dado à remuneração do Fundo**

deveria seguir a mesma sistemática existente para os investimentos em habitação e saneamento. O Conselho Curador do FGTS fixaria periodicamente um montante de recursos a ser aplicado em infra-estrutura, e tais financiamentos seriam concedidos diretamente pela Caixa Econômica Federal". Assim, assimilar o setor, o risco do investimento em infra-estrutura seria da CEF, a quem o senador Francisco Domelles (PP-RJ), em pronunciamento no plenário da Casa, argumentou que não é a menor necessidade de ser criado um fundo com esse objetivo, embora não seja contrário ao uso dos recursos do fundo em obras de infra-estrutura.

"Entendo que esse investimento

estrutura, assumindo integralmente o risco da operação. "Se o BNDES fizer um mau negócio, ele é que arca com os prejuízos. O FAT, ou melhor, o patrimônio do conjunto dos trabalhadores não está em jogo", disse. "Acho a criação do Fundo de Investimento uma precedente perigoso e desnecessário", concluiu.

Há ainda um outro detalhe "obscuru" na MP 349, segundo Domelles. Este se refere à apropriação da remuneração dos recursos do Fundo de Infra-estrutura enquanto não forem concretizados os investimentos.

A forma sugerida por Domelles é

exatamente a mesma aplicada hoje

ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). Este empresta ao BNDES

que usa os recursos para conceder

financiamentos à projetos de infra-

depositados na CEF, enquanto não são aplicados em projetos de habitação e saneamento, são investidos em títulos de Tesouro e sua remuneração, com base na Selic. Pertence ao FGTS. A MP é omisiva nessa questão e o senador que foi ministro Traballho, Luiz Marinho, prestou informações sobre as contas do FGTS de 2006, já que os últimos dados co-

nhecidos sobre as demonstrações financeiras do fundo se referem ao ano de 2005 e foram divulgados só no final de 2005, ainda faltariam seis anos para esse montante ser totalmente contabilizado e, portanto, para o capital próprio do FGTS.

A MP autoriza, a critério do Con-

selho Curador, a aplicação de até

80% do patrimônio líquido que o

FGTS contabilizava em dezembro de

2006 no Fundo de Investimento, o

que corresponderia à cerca de R\$

16,7 bilhões. A questão é saber

quando de fato soma o patrimônio

do fundo de garantia, considerando

e o passivo, cerca de R\$ 29 bilhões. A Lei Complementar nº 110, de 2001, que homologou o acordo de estabilização do passado.

O senador César Borges (PFL-BA) já fez requerimento à mesa da Câmara solicitando que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, preste informações sobre as contas do FGTS de 2006, já que os últimos dados co-

nhecidos sobre as demonstrações financeiras do fundo se referem ao ano de 2005 e foram divulgados só no final de 2005, ainda faltariam seis anos para esse montante ser totalmente contabilizado e, portanto, para o patrimônio líquido do fundo de garantia "ser de fato, real", pondera Domelles, na mesma linha de preocupação de Cesar Borges quanto à efetiva existência de recursos disponíveis no FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, agradecendo a todos os servidores e ao País, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA
Às 16horas

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 333, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 333, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 24-5-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 334, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 334, de 2006, que *autoriza a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA a efetuar doação de área ao Governo do Estado do Amazonas, objeto de ocupação, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, para atender ao interesse público social.*

Relator revisor: Senador Arthur Virgílio

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 29-5-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 336, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 336, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de*

trezentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscientos e cinqüenta e sete reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006), que *altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 343, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 343, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de novecentos e cinqüenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

10

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que *abre crédito*

extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

16

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.*

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Na-*

cional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.*

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Juvêncio da Fonseca.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de*

1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.*

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de*

junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heiloísa Helena e Eduardo Suplicy.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “*dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências*”.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 37 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.**

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaleó Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
 SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
José Nery	

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaleó Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
 Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
 Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
 E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	<u>6^a Eleição Geral:</u> 06.03.2007

Presidente:
Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Álvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
PTB
PSB
PL
PPS

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS